

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

5

1998 - Departamento de Geografia

ISSN-14147416

GEOUSP

Revista da pós-graduação em Geografia

N. 3

Universidade de São Paulo
Reitor: Jacques Marcovitch
Vice-Reitora: Myriam Krasilchik

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Diretor: João Baptista Borges Pereira
Vice-Diretor: Francis Henrik Aubert

Departamento de Geografia
Chefe de Departamento: José Bueno Conti
Suplente de Chefe: Maria Elena Ramos Simielli

Departamento de Geografia Coordenação da Pós-Graduação
(Geografia Humana)
Coordenador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Vice-Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos

**GEOUSP Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia FFLCH/USP**
Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos

Comissão Redatorial*
Ana Maria Marangoni Rita de Cássia Ariza da Cruz
Eduardo Yázigi Paulo César Scarim

Comissão Científica

Adyr Balastrieri Rodrigues (USP)	Eliseu Spósito (UNESP/P.P.)
Ariovaldo U. de Oliveira (USP)	Silvana Maria Pintaúdi (UNESP/R.C.)
Amália Inês G. de Lemos (USP)	Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)
Iraci Palheta (USP)	Pablo Ciccollela (Univ. Buenos Aires)
Maria Elena Ramos Simielli (USP)	Lia Osório Machado (UFRJ)
Nídia Nacib Pontuschka (FE/USP)	

Capa e Projeto Gráfico
Eduardo Yázigi

Revisão
Marisa Midori Deaecto (Português/Francês)
Lucas Janonni Soares (Inglês)

Ilustração da Capa
O Mundo, obra de Rogério Gimenes de Campos, janeiro de 1998. Acrílico sobre tela. 24x30cm.

Diagramação/Editoração
Jocely Vieira de Souza (jocely@usp.br)

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

*abril de 1997/abril 1999



© *Copyright* 1998 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade de São Paulo. Humanitas Publicações FFLCH/USP - março/1998

SUMÁRIO

Editorial

Ariovaldo Umbelino de Oliveira 05

Artigos

- Rita de Cássia Ariza da Cruz 09 Dimensão social da questão ambiental: contribuições da obra do Prof. Milton Santos à compreensão do espaço geográfico
- Delfina Trinca Figuera 13 Redescobrimo o espaço geográfico através da técnica
- Maria de Fátima F. Rodrigues 17 Terra coletiva, terra comunitária: realidade ou mistificação?
- Regina Celly Nogueira da Silva 29 As várias faces do uso do bairro e a cotidianidade do morador
- Genovan Pessoa de M. Ferreira 39 TV Viva: da não comunicação à comunicação no lugar
- Maria de Fátima Almeida Martins 51 Migração e cotidiano
- Ana Lucy Oliveira Freire 63 O comércio tradicional na cidade que se produz: o centro de Belo Horizonte
- Januário de Oliveira Amaral 79 Rondônia: espaços e tempos dilacerados
- Maria de Jesus B. da Silva 85 Ilha de Caratateua, Belém/Pa: o núcleo modelo de ocupação e as formas de produção do espaço
- Nilson Santos 91 Os propósitos da conservação ambiental na Amazônia

Nota de Pesquisa de Campo

Reinaldo Corrêa Costa 101 O trabalho de campo na pesquisa

Notícias de Encontros

- Adilson Rodrigues Camacho 109 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana de 21 a 24/10/1997
- Ana Cristina Mota e Anselmo Alfredo 115 Breve relato sobre a viagem para a Alemanha e a participação do laboratório de Geografia urbana no seminário do grupo Krisis

Resenha

Paulo César Scarim 121 *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city-market.*

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

126 Resumos de teses defendidas

CONTENTS

Editorial

Ariovaldo Umbelino de Oliveira 05

Artigos

- Rita de Cássia Ariza da Cruz 09 A Social Dimension of the environment: contributions of Milton Santos' work toward a comprehension of Geographical Space
- Delfina Trinca Figuera 13 Rediscovering the Geographic Space through the Technique
- Maria de Fátima F. Rodrigues 17 Collective land, commune land: reality or mystification?
- Regina Celly Nogueira da Silva 29 The several faces of the District's use and the inhabitant's routine
- Genovan Pessoa de M. Ferreira 39 TV Viva: From noncommunication to the local communication
- Maria de Fátima Almeida Martins 51 Migration and Quotidian
- Ana Lucy Oliveira Freire 63 The Traditional Trade at the city that products itself: Belo Horizonte's downtown
- Januário de Oliveira Amaral 79 Rondônia: Spaces and times destroyed
- Maria de Jesus B. da Silva 85 Caratateua Island (Belém-PA): the occupation model nucleous and production forms of the space
- Nilson Santos 91 The purposes of environmental conservation at Amazon Region

Nota de Pesquisa de Campo

Reinaldo Corrêa Costa 101 The field work at research

Notícias de Encontros

- Adilson Rodrigues Camacho 109 Meetings news: 5th National Symposium of Urban Geography
- Ana Cristina Mota e Anselmo Alfredo 115 A brief account of trip to German and the participation of the urban Geographic Laborator at the *Krisis* Seminary

Resenha

Paulo César Scarim 121 *Spectacle city: politics, planning and city-market.*

Teses e Dissertações de Mestrado Defendidas

126 Summary of defended thesis

EDITORIAL

Com o início do ano de 1998 chegamos ao nº 3 da Revista GEOUSP. O ano de 1997 foi repleto de novidades. A primeira delas refere-se a nossa pós-graduação em Geografia (Física e Humana). Foram defendidas 36 dissertações de mestrado e 26 teses de doutorado, distribuídas da seguinte forma: Geografia Física: 15 dissertações de mestrado e 10 teses de doutorado; Geografia Humana: 21 dissertações de mestrado e 16 teses de doutorado. Assim, chegamos nesses mais de 50 anos de pós-graduação a um total de 618 defesas (Geografia Física: 148 mestrados e 97 doutorados; Geografia Humana: 246 mestrados e 127 doutorados). Certamente uma parte expressiva da produção científica da Geografia Brasileira está presente nestes trabalhos aqui realizados. Continuamos, ano a ano, superando os anteriores e caminhando na direção de uma pós-graduação calcada principalmente na qualidade.

A segunda novidade do ano de 1997 foi a manifestação concreta da crise que vive o capitalismo mundializado, também denominado pelos neoliberais de globalização. O mito do fim da história mostrou sua cara. A crise financeira, que levou de roldão as chamadas *exemplares* economias dos tigres asiáticos, revelou o quão frágeis são as economias nacionais mundializadas pelo capitalismo monopolista. A crise não esgotou sua voracidade e os denominados capitais *voláteis*, estão por aí à espera de novos lances para a realização de seus lucros fáceis. O Brasil, como era de se esperar, sofreu os respingos da crise. O governo de Fernando Henrique Cardoso baixou sobre os mortais brasileiros um pacote (e ele não gosta dessa denominação). Alta dos juros, restrições ao consumo, falta de crédito, desequilíbrio nas contas públicas e *déficit* no balanço de pagamento, foram muitas das medidas que chegaram para ficar entre os brasileiros. Muitos não entendiam o que tinha a ver a queda das bolsas dos países asiáticos com as medidas no Brasil. São os prêmios da mun-

dialização. Certamente, a crise de agora em diante será sempre internacional.

A primeira consequência da crise e das medidas adotadas pelo governo brasileiro, foi a de sempre: corte no orçamento público. Os setores mais atingidos foram os de sempre: saúde, educação, ciência e tecnologia. Em outras palavras, o pacote atingiu também a nossa pós-graduação: bolsas e verbas foram cortadas. Outra vez teremos que continuar a pagar a crise financeira que abate o mundo. É assim: primeiro foi o esforço nacional para construir estatais fortes. E os brasileiros pagaram a conta. Agora elas são privatizadas e os recursos obtidos são insuficientes para pagar a conta. Conclusão: os brasileiros mais uma vez, são forçados a pagá-la. Mas agora há uma diferença: pagaremos a conta e não teremos sequer a sucata da industrialização tardia. Apenas o governo vai recheiar os bolsos dos banqueiros nacionais e/ou internacionais.

A terceira novidade é nova apenas na aparência: o desemprego. Nossos estudantes formam-se e são obrigados a conviver com o fantasma do não emprego. Os que trabalham têm que conviver com o fantasma do desemprego. E os empresários e seus economistas de plantão jogam pesado contra os trabalhadores. Agora sim começam a aparecer os efeitos da crise que se abateu sobre os países socialistas. Com o ideário socialista em crise, o capital, como nunca na história, avança sua exploração sobre os trabalhadores. E ainda tentam nos convencer de que não há saída. Ou seja, uma parte da humanidade estaria fadada à exclusão sumária.

É fundamental que coloquemos nossas pesquisas no sentido de buscarmos novos caminhos para o país e o mundo, se não concordamos com este que aí está. Quem sabe das pós-graduações em crise deste país não brote a alternativa. É preciso acreditar sempre no futuro e nas novas gerações.



DIMENSÃO SOCIAL DA QUESTÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DO PROF. MILTON SANTOS À COMPREENSÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Rita de Cássia Ariza da Cruz
Departamento de Geografia FFLCH/USP

RESUMO:

O presente texto tem como principal objetivo discutir a natureza da chamada *questão ambiental*, entendida como uma questão social. Esta reflexão está baseada, sobretudo, na obra do Prof. Milton Santos, geógrafo brasileiro que mais contribuiu – até hoje – para a compreensão da dimensão social do espaço geográfico.

PALAVRAS-CHAVE:

meio ambiente – natureza – questão ambiental – discurso ecológico – questão social

ABSTRACT:

This text intends to discuss the nature of *environmental matter*, understood as a social matter. This reflection is based, mainly, on Professor Milton Santos' works, the brazilian geographer who has most contributed to the comprehension of the social dimension of the geographic space.

KEYWORDS:

environment – nature environmental matter – ecological speech – social matter

Introdução

Um dos grandes paradigmas deste fim de século é a *questão ecológica*.

Termos como degradação, conservação e preservação ambientais tornaram-se expressões cotidianas, apropriadas (na maior parte das vezes, com pouca ou nenhuma reflexão) pelos grupos denominados ambientalistas, e transformadas neste *senso comum* que tem permeado os debates acerca do que se habituou chamar *questão ambiental*.

É neste contexto que, por exemplo, a Amazônia, o Pantanal matogrossense e a Mata Atlântica - falando-se apenas do território brasileiro -

são promovidos à condição de santuários, dando sentido ao que DIEGUES (1995) chama de *mito da natureza intocada*.

Esta natureza intocável, porém, tão cara aos movimentos ambientalistas é, cada vez mais e mais intensamente, um dado social. Conforme M. SANTOS:

A primeira presença do homem é um fator novo na diversificação da natureza, pois ele atribui às coisas um valor, acrescentando ao processo de mudança um dado social (1996, p. 105).

E, desde esta primeira presença do homem na natureza, até hoje, toda a evolução histórica da humanidade se deu no sentido da socialização dos homens e da socialização da natureza.

O meio ambiente do discurso ecológico dominante carece, muitas vezes, de dimensão social, essência de todo espaço geográfico. Desta forma, constitui um meio de materialidade apenas parcial, a materialidade dos elementos naturais que o compõem conforme convém à manutenção e perpetuação do discurso e dos interesses dos atores hegemônicos.

Meio ambiente e ecologismo

O *movimento ecológico* constitui, na atualidade, um dos movimentos melhor organizados da sociedade civil. Em todo o mundo, multiplicam-se entidades governamentais e não-governamentais cujo principal desígnio é o gerenciamento de questões relacionadas à conservação/preservação do planeta.

Ser ambientalista ou, simplesmente, posicionar-se a favor da causa defendida por este, significa estar em consonância com o *senso comum* relativo à problemática ambiental (Por que contrapor-se ao discurso dominante?).

Diversas teses e dissertações, nas mais variadas áreas do conhecimento, têm se dedicado ao estudo de questões relativas ao tema. Cursos nesta área, em nível de graduação e pós-graduação, têm sido criados (Bacharelado em Ecologia, Unesp, Rio Claro; Mestrado em Ciências Ambientais, USP, São Paulo). Tudo isso resultando numa *ecologística*, amplamente apoiada pela mídia e, conseqüentemente, com grande repercussão sobre todas as camadas ou classes sociais, em todos os recantos do planeta.

O discurso ecológico vigente, apoiado nesta visão parcial e equivocada do ambiente, não contém o verdadeiro significado de um *movimento ecológico*: trata-se, na verdade, de uma forma de *ecologismo*, ou seja, um (frágil) modismo em torno de temas ecológicos.

É a partir destes modismos que é criada e difundida a *ecoterminologia*, que enfeita o discurso do ecologismo: *ecodesenvolvimento, ecosustentabilidade, ecoindústria, ecomarketing, ecobusiness, ecomercado, ecoturismo...* (Daqui a pouco não se poderá denominar nada sem o prefixo eco: ecosapato, ecobiscoito). Difícil tem sido saber o que se quer dizer com estes verbetes, sub-repticiamente acrescentados ao nosso vocabulário cotidiano.

Meio ambiente/meio técnico-científico-informacional

Houve um tempo em que a natureza se resumia à natureza natural e entre esta natureza e o homem não havia intermediações. A criação e o aperfeiçoamento de objetos alteram substancialmente esta relação, que passa, gradativamente, a ser mediada pela técnica. Este salto se dá entre final do século XVIII e início do século XIX. O meio técnico substitui o meio natural. (SANTOS, 1994a)

Já no século XX, fundamentalmente após a II Guerra Mundial, dá-se o grande desenvolvimento das ciências em geral, acompanhado da crescente *informatização do território*.

Meio ambiente, espaço geográfico, meio técnico-científico-informacional. Diferentes designações para um mesmo significado: o espaço, hoje impregnado de técnica, ciência e informação.

Algumas das principais características desta nova fase histórica, sob a qual se engendra esta nova dimensão do espaço geográfico, são a "multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economia da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática" (SANTOS, 1994a:123).

O meio técnico-científico-informacional corresponde ao meio geográfico do período histórico atual. Regido pela técnica e pela ciência, o espaço assim concebido é, ainda, fortemente determinado por fluxos de informação. Neste sentido, coloca M. Santos:

Os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação (1994a, p.140).

O meio ambiente do discurso ecológico dominante tem se reduzido, porém, àquela natureza natural, dos primórdios da história do homem no planeta. E como esta natureza há muito deixou de existir, este discurso, carente de fundamentação teórico-filosófica, tem se limitado à criação de chavões e à difusão de modismos. O meio ambiente, assim concebido, é irreal.

A dimensão social da questão ambiental

Diversos problemas de dimensão eminentemente social têm afligido a humanidade, principalmente as sociedades mais pobres. Dentre estes, podem ser citados os elevados índices de analfabetismo, as altas taxas de mortalidade infantil, a disseminação da pobreza e da miséria, a excessiva concentração de renda, a violência urbana nas grandes metrópoles, a fome, as guerras, o desemprego, o consumo e o tráfico de drogas, entre muitos outros.

Uma listagem exaustiva destes problemas consumiria diversas páginas iguais a esta (além do que poderia levar algum leitor a um estado de depressão). Mas, uma rápida reflexão sobre estes indicadores sociais leva às seguintes conclusões:

1. a maximização da questão ecológica tem levado a uma supervalorização de problemas ambientais, em detrimento de outros problemas sociais, igualmente relevantes (veja-se as vultosas quantias de capital destinadas às *causas ambientalistas*);

2. em consequência do exposto acima, o discurso ambientalista tem constituído mais uma forma de dominação ideológica por parte dos atores hegemônicos, pouco contribuindo para o necessário repensar da relação entre os homens e entre estes e o meio que os acolhe e lhes dá suporte;

3. a questão ambiental, da forma como vem sendo tratada, ensombreia a compreensão do espaço geográfico - espaço social - contribuindo para a perpetuação da ordem vigente: aquela em que o mundo se apresenta dividido entre espaços do mandar e espaços do fazer, entre atores hegemônicos e atores hegemonzados, entre pobres e ricos.

A razão técnica do discurso ecológico dominante

Cabe, neste momento, indagar: por que a questão ambiental ganha tamanho destaque frente a tantos outros - e igualmente tão graves - problemas sociais? Resolvendo-se as distorções presentes na relação homem-natureza estará se resolvendo os problemas que as engendraram?

Isto funciona tanto quanto eliminar o efeito, visando-se eliminar a causa, ou matar o doente para erradicar a doença.

Diversas respostas podem vir à tona frente a estas indagações e, entre elas se encontra a *razão técnica da questão ambiental*.

Problemas como a fome, a pobreza ou o consumo de drogas, por exemplo, não podem ser banidos a partir da simples utilização de algum tipo de tecnologia. Estes são problemas cujo conteúdo sócio-político-econômico é evidente.

Por outro lado, a despoluição de um rio, a recuperação de uma área degradada, a reciclagem do lixo, embora somente sejam possíveis a partir de uma posição sócio-política-econômica que defina a utilização da tecnologia para estes fins, constituem objetivos passíveis de serem alcançados uma vez tomada aquela posição pelo uso da técnica.

Mas, qual a técnica capaz de eliminar a fome no mundo, de assegurar a produção cada vez maior

de alimentos e com menor custo, não assegura a igual distribuição destes alimentos entre todos os habitantes do planeta?

Talvez esta seja uma das razões porque os problemas ambientais têm se sobreposto a todos os outros problemas sociais. Despoluir o rio Tietê é infinitamente mais fácil do que eliminar a pobreza no município de São Paulo.

Considerações Finais

Não são os micos-leões-dourados ou as araras-azuis, tampouco as tartarugas marinhas, os responsáveis pelas alterações negativas na qualidade do ambiente, a que habituamos chamar de problemas ou de impactos ambientais.

Quem são, então, os responsáveis por tais danos? A resposta o homem surge rapidamente. Mas a qual homem esta afirmativa se refere? Ao aborígene australiano, a uma tribo ianomâmi, aos empresários ou a nós, nossos familiares, amigos e vizinhos?

Sendo o espaço geográfico uma construção social, as relações homem-natureza são intermediadas, sempre, pelas relações que se estabelecem entre os homens, pelas relações sociais. Não há relação homem-natureza que não seja o resultado, a tradução, no espaço, das relações sociais.

Desta forma, os *problemas ambientais* nada mais são do que a materialização, no espaço, das distorções e contradições presentes nas relações sociais.

Por fim, pode-se concluir que toda medida relativa à melhoria da qualidade ambiental preservação de uma dada área, despoluição de um rio, rodízio de automóveis será sempre um paliativo, por mais significativa que possa parecer.

Tais medidas não são capazes de atingir o cerne da questão. Sem alterações profundas nas relações entre os homens não será possível modificar as relações entre estes e a natureza. E oitocentos milhões de pessoas continuarão dormindo com fome todos os dias, salvaguardadas pela proteção das baías, das araras-azuis, dos micos-leões-dourados.

Bibliografia

DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB, 1995.

SANTOS, Milton. *Técnica, tempo, espaço: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994a.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão*

e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 3a. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994b.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Espaço e sociedade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.



REDESCOBRINDO O ESPAÇO GEOGRÁFICO ATRAVÉS DA TÉCNICA

Delfina Trinca Fighera

Profa. do Instituto de Geografía y Conservación de Recursos Naturales.
Universidad de los Andes Venezuela

RESUMO:

Este artigo pretende discutir a técnica enquanto expressão das relações entre o Homem e o espaço por ele ocupado, por ele transformado. Buscando nos aproximar de uma visão geográfica das ações do Homem sobre a Natureza, tentamos entender a construção do "presente" e sua configuração nos tempos atuais.

PALAVRAS-CHAVE:

técnica – espaço – história do presente

ABSTRACT:

This paper purposes to discuss the technical matter as an essential expression of the relationship between the Man and the nature. So, it approaches a geographical view of the human action over the nature, trying to understand the construction of "today" and its configuration on our time.

KEY-WORDS:

technic – space – actual history

Introdução

Com este trabalho, pretendo discutir a técnica como expressão concreta das relações essenciais do homem - na sua condição de ser social - com a natureza e o espaço como categoria analítica fundamental da ciência geográfica. Isto significa aproximar-se do processo mediante o qual o homem, como criador da sua história, produz, constrói e transforma o espaço aceitando, portanto, o conteúdo social presente nos objetos materiais (e por extensão geográficos), pois eles existem graças à técnica.

Este assunto conduz a não desprezar os acontecimentos que caracterizam o mundo na atualidade, sobretudo porque a carga técnica presente

neles (definida pela quantidade de ciência, tecnologia e informação que cada um contém) e materializada, entre outras coisas, em objetos geográficos, coloca-nos de forma acelerada frente a uma realidade cada vez mais simultânea e, portanto, mais interdependente.

Então, para a Geografia as reflexões sobre a história do presente se convertem em uma tarefa fundamental, prioritária, pois ela contém, ao mesmo tempo, os elementos que aceleram e retardam a mutação e, em consequência, aqueles que sendo ou não os mesmos nas suas recombinações, dão um novo conteúdo ao espaço.

O Mundo de hoje, Técnica e Espaço

A história das técnicas, incluindo sua história presente, é a história recriada em suas possibilidades. É a história da aventura humana e esta história é, também, em essência, espacial. Isto significa que o espaço não poderia ser compreendido fora do contexto dos processos materiais, porquanto participa do jogo criativo que reproduz a vida social.

Nesse sentido, como realidade objetiva, o espaço é condição de existência do social e, em consequência, a precede; porém, dado que só se apresenta, real e objetivamente, enquanto momento da práxis humana, sua existência é parcialmente determinada pelo social. É, daí, que o espaço, nas palavras de Milton SANTOS (1991, p. 26 e s.), não seja "nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas", e é por isto que sua definição só tem sentido em relação a outras realidades, vale dizer, a natureza e a sociedade mediatizadas pelo trabalho. Este, e não outro, é o espaço que deve ser objeto de interesse da Geografia!

Reconhecer que o espaço geográfico é "um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, (...) a sociedade em movimento" (loc.cit.), é aceitar que as formas espaciais (objetos geográficos) contêm e expressam frações da sociedade em movimento, ou melhor, da sociedade convertida em espaço, como bem sustenta Milton Santos. Em consequência, o espaço, uma vez que concretiza a realidade em movimento, seu conteúdo existencial expressaria o hoje, sendo o ontem e a possibilidade do amanhã.

Os objetos geográficos se materializam graças ao trabalho social, pois este corresponde a uma prática criadora de objetos, ou seja, é mediador entre o homem (social) e a natureza. Em consequência, a técnica participa ativamente de seu conteúdo existencial, posto que nele ela se materializa, funcionalizando sua existência. Por isto, não se pode separar, desligar a técnica de seu conteúdo social e histórico,

do qual é parte essencial, uma vez que este, uma vez que a determina, é determinado por ela. Não é o que se conhece da técnica o que vai determinar o processo, mas são as condições objetivas internas e externas - a ela que possibilitarão sua existência.

Por isto, podemos dizer que os objetos geográficos, cada vez mais, derivam em objetos técnicos, pois são necessários, de maneira crescente e complexa, para a produção e reprodução material da sociedade; ou melhor, para buscar otimizar essa produção e reprodução material, pois sua localização sempre responderá a um ato deliberado, intencional.

As realizações do homem não ocorrem no vazio; materializam-se, entre outras coisas, como objetos geográficos, em lugares concretos e em momentos precisos. Assim, em seu vir a ser, o homem social se recria e se projeta pelo (e no) espaço. É neste processo que os eventos, extraíndo seu significado da trama social, materializam-se, singularizando-se nos lugares. Desta forma, os lugares se totalizam, mas, de maneira parcial, já que a trama dos eventos só se realiza na totalidade em movimento.

Isto significa que os lugares, em sua singularidade, expressam frações da totalidade social. Por esta razão, cada lugar "combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares" (SANTOS, 1991, p. 58). Só que hoje em dia, os lugares, em sua singularidade, são expressão do mundo em movimento, graças ao conteúdo crescente em ciência, tecnologia e informação presente em seu sistema de objetos, posto que este, ao se funcionalizar, concretiza as relações sociais, as quais, ao se realizarem enquanto possibilidade, expressam o mundo.

Se antes tínhamos um mundo de lugares que em sua realização, eram independentes, hoje temos o contrário: um mundo de lugares interdependentes e com diferenciações crescentes. Lugares cujo sistema de objetos (funcionalizado), expressaria sua posição (hierarquia) dentro do processo de reprodução social, que hoje é mundial.

Esta posição dos lugares tem sido terrivelmente móvel ao longo da história humana. Em um dado momento, este ou aquele lugar pode ocupar uma posição estratégica dentro do processo que o privilegia perante outros lugares, em função de como se combinam, em sua materialização, o sistema de objetos e o sistema de ações.

Historicamente, para cada lugar esta combinação nunca é a mesma, pois varia e se transforma dependendo de quais sejam as condições objetivas (internas e externas) para (e na) sua realização. Por isto, hoje, os lugares são muito mais flexíveis e, tendencialmente, cada vez mais especializados; no entanto, sua maior ou menor flexibilidade vai depender de como é funcionalizada a carga técnica de seus objetos, em razão do que, a adequação dos lugares será mais ou menos rápida, mais ou menos violenta mas, em essência, continuará sendo desigual.

Algumas Considerações Finais

O mundo de hoje mudou e, nisto, a técnica, enquanto expressão histórico-concreta da mediação do homem social e a natureza, tem desempenhado um papel essencial. Não somente hoje, em toda a história do homem a técnica sempre esteve presente; em um primeiro momento, precedendo à ciência e, agora, como em nenhum outro momento, sendo precedida por esta.

É neste processo histórico, é neste seu vir a ser que o homem social transforma seus ritmos, passando de uma quase imobilidade isolante a uma mobilidade que, medida em tempo real, põe-nos diante de um mundo interdependente e simultâneo, pleno de ciência, tecnologia e informação; fato este que nos conduz a evidenciar que, hoje, convivemos, essencialmente, com um único sistema técnico, um sistema técnico que se impõe, aceleradamente, perante os outros.

Se na era industrial o sistema geral de transportes servia não apenas para transportar mercadorias mas também, homens e informações, hoje, a informação não caminha mais ao ritmo dos meios de transporte dos homens, como afirma FEL (1978), senão ao das telecomunicações, com o qual o mundo se conecta, instantaneamente, com todo o mundo.

Este fato nos confronta, de forma acelerada, com um novo espaço. Com efeito, agora esta "realidade relacional de coisas e relações juntas" está nos mostrando que esse conteúdo existencial está mudando. Isto significa que o espaço, agora, na medida em que contém e concentra mais conhecimento, mais rapidamente poderá, em sua realização concreta, conter o mundo.

Noje, os lugares, em sua singularidade crescente, mundializam-se graças ao conteúdo técnico de seus objetos. Assim, em seu processo de reprodução, o capital, sendo global, seleciona-os, diferenciando-os em virtude de como se combinam, em um momento dado, os elementos do espaço. Assim, os lugares se transformam, em sua especificidade, na oportunidade de realização das possibilidades do mundo.

A história da técnica é, na sua essência, espacial. Se reconhecemos isto, seu estudo deve ser fundamental para a ciência que se ocupa de estudar o espaço, vale dizer, a Geografia e, mais ainda, se se pretende aproximar à compreensão da história do presente, a qual, como se tentou mostrar neste trabalho, mostra-nos que o mundo é outro e, nesta transformação, a técnica tem sido essencial. Daí, a necessidade de, ao menos, intentar contribuir na interpretação da lógica de como funciona a realidade do presente, utilizando para esta tarefa a categoria de análise que nos identifica no mundo científico: o espaço geográfico.

Bibliografia

- ELLUL, Jacques. *La technique ou l'enjeu du siècle*. Paris: Librairie Armand Colin, 1954.
- FEL, André. "La géographie et les techniques" In: *Histoire des Techniques*. Paris: Encyclopédie de la Pléiade, 1978.
- GILLE, Bertrand. *Histoire des Techniques*. Paris: Encyclopédie de la Pléiade, 1978.
- HARVEY, David. "La pratique de la géographie humaine: théorie et spécificité empirique dans le passage du fordisme à l'accumulation flexible". In: *Cahiers de Géographie du Québec*. 32(87): 291-301. 1988.
- _____. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1992
- HEIDEGGER, Martin. "La question de la technique" In: *Essais et Conférences*. Paris: Gallimard, 1954
- LEVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Editora 34 - Associada a Editora Nova Fronteira S.A., 1993 (1ª edição em francês, 1990).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.
- _____. "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo" In: *O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Editora Hucitec - ANPUR, 1993.
- SILVEIRA, Maria Laura. "Totalidade e fragmentação: o espaço global, o lugar e a questão metodológica, um exemplo argentino" In: *O Novo Mapa do Mundo. Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Editora Hucitec - ANPUR, 1993.



TERRA COLETIVA, TERRA COMUNITÁRIA: REALIDADE OU MISTIFICAÇÃO?¹

María de Fátima Ferreira Rodrigues
Depto. de Geografia - Universidade Federal da Paraíba

RESUMO:

Este artigo trata de uma pesquisa realizada sobre um grupo social camponês residente no Assentamento Maceió – Município de Itapipoca (Litoral Norte do Ceará) e de suas estratégias de reprodução social, especialmente, as práticas sociais que deram origem ao *trabalho comunitário*.

PALAVRAS-CHAVE:

camponês – comunidade – assentamento rural – solidariedades costumeiras

ABSTRACT:

This paper is about a research realized in a peasant social group that lives in the Maceió Settlement municipality of Itapipoca (Ceará North Seaside) and is also about its social reproductions strategies, chiefly, its social practices that originated the communitarian-work.

KEYWORDS:

peasant – community – rural settlement – usual solidarities

Falar sobre comunidade camponesa na sociedade moderna é, para muitos, uma *invenção*, ou simplesmente uma postura resultante de incompreensão teórica, uma mistificação. Afinal, em que bases pode assentar-se uma comunidade camponesa nesta sociedade? Como pensar questões como a competitividade, a concorrência, o poder e até mesmo a política? Segundo WOLF:

Há sem dúvida muitas situações em que os homens cooperam e coordenam suas ações

para seu bem comum e individual. Mas há também aquelas em que eles falharão nas expectativas, errarão no seu julgamento social, violando a boa vontade, fraudando, enganando, transgredindo. Contudo, em uma comunidade camponesa os homens geralmente dependem mutuamente, o que lhes dá um senso de continuidade que torna a vida praticável e significativa (WOLF, 1976, p. 31).

Sem adentrar-me nos meandros dessa discussão e considerando o processo produtivo e organi-

¹ Este artigo constitui um capítulo da minha Dissertação de Mestrado defendida em fevereiro de 1995 no Depto.

de Geografia - FFLCH/USP, intitulado: "Terra Camponesa Como (Re)criação - Genealogia do Lugar e da Paisagem".

zativo das comunidades residentes no Assentamento Maceió². a questão central é o desvelar dos mecanismos e do modo de vida que lhe dão sustentáculo tarefa primordial para a compreensão das novas espacialidades da terra camponesa no Brasil - neste artigo, centrarei minhas reflexões nessa direção. Afinal, pesquisas desenvolvidas por uma gama de autores têm evidenciado novas formas de gestão da terra por diversos grupos sociais. Dentre esses o exemplo mais expressivo é a forma de gestão posta em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que, incentivando a produção coletiva e tendo como lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, vem sendo responsável, em grande parte, pelo aumento da produtividade, nas "áreas de Reforma Agrária"³

É importante ressaltar que não há aqui nenhuma pretensão de fazer uma discussão teórica sobre a existência ou não do campesinato, tarefa já realizada anteriormente⁴; nem mesmo de fazer um resgate teórico das posturas de autores que já refletiram sobre esta temática. Estas devidamente explicitadas numa série de trabalhos publicados, correspondentes às bases teóricas sobre as quais se assentam as duas posições; a que postula a existência do campe-

sinato no Brasil e a que nega tal existência⁵; sendo tarefa daqueles que desejam aprofundar-se sobre esta temática levantar bibliografia a ela pertinente.

A discussão que trago à tona é fruto de um trabalho de campo contabilizado, em meses, na leitura e interpretação de documentos sobre a posse da terra, a organização política, e o processo produtivo no Assentamento Maceió. Foi basicamente a partir do trabalho de campo, que apreendi o sentido da terra para os camponeses do Assentamento Maceió. As diferentes denominações que eles dão para a terra ao organizarem a produção, são metáforas espaciais e estratégias de sobrevivência em sua defesa, por ser esta motivo de confrontos e embates.

Foi na luta pela terra que se gestaram as comunidades que residem no Assentamento Maceió, fortalecidas pelo trabalho de *evangelização* feito pela Igreja Católica através das CEBs. O trabalho feito pelas CEBs contribuiu, fundamentalmente, no sentido de fortalecer as práticas comunitárias no interior do Assentamento. Segundo Airton Kern, técnico do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Traba-

² Localizado no município de Itapipoca - Litoral Norte do Ceará. o Assentamento Maceió é composto por onze localidades: *Maceió, Apiques, Córrego da Estrada, Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Bode, Mateus, Córrego Novo, Bom Jesus e Lagoinha*. Cada uma dessas localidades, recebe a *denominação interna* de comunidade. No *Dictionnaire De La Géographie*, de autoria de Pierre George, o termo *localidade* significa "lugar determinado por uma apelação toponímica, correspondendo a uma ocupação ou um habitat. Frequentemente é sinônimo de lugarejo" GEORGE, Pierre. *Dictionnaire De La Géographie*. Paris: Presses Universitaires, 1970, p. 274. Tomando como ponto de partida o referido autor, usarei o termo localidade quando se tratar de referências externas ao Assentamento Maceió. Quando se tratar de depoimentos, informações e descrições que digam respeito ao lugar, utilizarei o termo comunidade. Ressalte-se que, embora no Assentamento Maceió o termo comunidade esteja ligado ao lugar, sua valoração maior advém do sistema de crença e da mística que caracteriza as sociedades camponesas.

³ Cf. Reforma Agrária - O relatório da FAO em Debate. Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

⁴ Fiz esta discussão em julho de 1992 e apresentei a Comunicação: Camponeses ainda existem? no 9º Encontro Nacional de Geógrafos "Geografia Democracia e a (Des)ordem Mundial" Presidente Prudente, São Paulo: 1992. E também incluí no Relatório de Qualificação apresentado em dezembro de 1993 no Depto. de Geografia - FFLCH/USP, um capítulo intitulado: "Reflexões Sobre o Camponato Brasileiro".

⁵ Vale à pena destacar algumas das obras mais polêmicas que tratam deste debate: WANDERLEY, Maria de Nazaré. *O camponês: Um Trabalhador Para o Capital*. Brasília: EMBRAPA, 1984; MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1990; MARTINS, José de Souza. "Pequena Produção Agrícola - Antimito da Produção Capitalista no Campo (crítica aos críticos)". In: *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986; SILVA, Sérgio. *Valor e Renda da Terra*. São Paulo: Polis, 1981; SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Camponato (A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil)*. São Paulo: Polis, 1980.

lhador (CETRA) e profissional que dá assessoria a esses moradores, “eles ainda formam uma grande Comunidade Eclesial de Base”

Para sobreviver à extorsão da renda, feita pelos patrões antigos, as doações de alimentos, as trocas de dias, os mutirões para construir casas, plantar roçados e fazer farinha lhes bastavam. Mas para enfrentar o patrão que queria modernizar a produção, implantando um projeto de plantio de coqueiro e retirando-os da terra onde nasceram e viveram, entenderam os camponeses que só resolveria a situação com a união de TODOS em torno do mesmo fim, o de permanecer na terra. Essa foi a questão de fundo encarada por aquele grupo social ao se defrontar com o novo patrão: a Agropecuária Arvoredo Ltda., na figura do empresário Tasso Jereissati.

O confronto pela terra contribuiu para solidificar alianças internas e motivou o surgimento de estratégias próprias do campesinato em situações de crise.

As solidariedades, especialmente aquelas manifestadas no trabalho em mutirão, e as diversas ações desenvolvidas no sentido de impedir a apropriação da terra pela empresa, foram constantes e deram mais coesão ao grupo. Foi nesse processo que a forma comunitária de usufruto da terra consolidou-se; essa forma é, inegavelmente, o resultado de alianças políticas e estratégias de sobrevivência daquele campesinato.

As comunidades que compõem o Assentamento Maceió vivem tanto da produção agrícola, quanto da pesca, da coleta de algas marinhas e do artesanato. Cultivam, especialmente, mandioca, milho, feijão, batata, coco e caju. A produção é organizada de duas formas; há a comunitária, que se realiza nos “campos comunitários”⁶; e há a *individual*,

que se realiza nos roçados e quintais⁷. Já o artesanato é praticado individualmente dentro das unidades domésticas, sendo mais frequentes os trabalhos de renda e palha. A produção de renda funciona como uma fonte complementar que as mulheres levam para as famílias, prática que se estende, muitas vezes, da infância até a velhice.

Para os camponeses do Assentamento Maceió, as cercas têm a utilidade de proteger os roçados e as plantações, e nunca o sentido de apropriação individual. As famílias que residem naqueles 5.888ha de terras podem fazer seus roçados onde quiserem, sem que isso dê origem a conflitos. Esta liberdade de plantar em qualquer localidade no interior do Assentamento é amplamente utilizada, especialmente por aqueles que residem mais próximo da praia, onde os solos são menos férteis.

Existem, no Assentamento Maceió, vários *campos comunitários*, os campos de mandioca, de coqueiro e de cajueiro, onde os camponeses de cada comunidade dão, semanalmente, um dia de trabalho. A produção obtida nesses campos é dividida em partes iguais, de acordo com a quantidade de famílias que participa do trabalho. Visando o melhor funcionamento das atividades produtivas, é estabelecido um cronograma e, a cada dia da semana, um grupo de trabalhadores cuida do cultivo, da *limpa* ou da colheita nos campos. O trabalho é feito sob a orientação de um apontador⁸.

A produção nos Campos Comunitários é organizada com fins comerciais, embora venha obtendo financiamentos, a princípio, do Programa de Cré-

⁶ É importante ressaltar que os camponeses do Assentamento Maceió usam tanto a expressão Campo Comunitário, como Campo Coletivo; aqui optei usar a expressão Campo Comunitário por perceber ser ela usada com mais frequência, e pelo próprio conteúdo ideológico que contém tal expressão no interior das discussões políticas.

⁷ Por mais que a produção nos quintais e roçados contenham traços e peculiaridades do trabalho individual, ela contém também solidariedades pois as próprias relações de vizinhança e parentesco levam a isso.

⁸ O apontador é um membro da comunidade que recebe a incumbência de registrar o nome daqueles que participam, a cada dia do trabalho, nos campos de cultivo, além de desenvolver as mesmas tarefas que os demais camponeses.

dito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e, a partir de 1993, do FNE⁹, feitos, respectivamente, através do BB e do BNB. O trabalho é, de certa forma, ritmado e ordenado para atender às demandas do capital ali investido. Isso nem sempre significa que a orientação quanto ao destino da produção não possa ser modificada. Por exemplo, devido à escassez de chuvas, a produção de mandioca do ano de 1993 não foi destinada em sua totalidade ao fabrico de raspa, conforme havia sido planejado. Parte dela, foi destinada ao fabrico de farinha para o consumo interno, e a raspa fabricada não foi vendida para fora, foi destinada ao rebanho comunitário.

Além do caráter comercial, outro traço marcante da produção nos Campos Comunitários é ser toda ela de responsabilidade do conjunto dos moradores que compõem as comunidades. Ressalte-se que são freqüentes as reclamações acerca da falta de envolvimento de alguns nos trabalhos comunitários. São mais freqüentes as reclamações a respeito da pouca participação dos pescadores nas atividades agrícolas, por serem tais atividades, segundo relatos dos camponeses, consideradas menos lucrativas¹⁰

O trabalho comunitário também se estende às hortas, que são, por sua vez, organizadas basicamente pelas mulheres. Os produtos resultantes desta atividade, tais como cheiro-verde, tomate, alface, hortelã e malva são usados no preparo da comida ou de remédios. Quanto aos demais produtos, como pimentão, nabo, agrião, cenoura, couve, e beterraba, são geralmente vendidos em Itapipoca, pois não fazem parte da dieta alimentar local¹¹

O dinheiro obtido através desta atividade é dividido pela quantidade de mulheres responsáveis pelo cultivo das hortas. E são as mulheres do Assentamento Maceió que, falando sobre as hortas, explicitam o seu significado:

Horta é onde existe muitos tipos de plantas que servem de remédio e plantas que servem de alimento.

Nasceu uma necessidade nas comunidades de se criar hortas coletivas, e, através de reuniões de mulheres com uma pessoa técnica da EMATER-CE, podemos começar a fazer algumas hortas. Vendo a necessidade de se ter uma boa alimentação, com isso, já tem algumas hortas quase se mantendo com a sua própria produção; algumas vendem verdura para comprar outros tipos de sementes que não tem plantadas.

Nossas hortas são tratadas só com matéria orgânica, nada de adubo químico¹².

Além da terra, todo o patrimônio das Comunidades, os equipamentos agrícolas, os caminhões, as ferramentas, a Casa de Farinha Comunitária, os rebanhos, enfim, tudo que foi adquirido via empréstimo, é comunitário. A forma de gestão desse patrimônio é decidida em assembléia. Nada pode ser vendido sem que passe pela aprovação da Assembléia Geral, apesar da existência da Comissão de Finanças e de outras comissões (Comissão de Educação, Comissão de Alimentação, Comissão de Agricultura entre outras) que ajudam a administrar o referido patrimônio. Recentemente (março de 1994), foi aprovada, em Assembléia Geral da ASCIMA, a transferência do seu patrimônio para a COPAIM. A administração de quase todo o patrimônio do Assentamento, é, atualmente, uma atribuição da Cooperativa e não mais da

⁹ Vale ressaltar que a partir da liberação de empréstimos pelo FNE, o Assentamento Maceió passa por transformações significativas no que concerne a produção.

¹⁰ Em verdade, a menor participação dos pescadores nas atividades agrícolas, advém das suas preferências pela pesca e da sua relação como o mar e não simplesmente pelo trabalho em si.

¹¹ Predomina, na dieta alimentar local, o consumo de farinha, feijão, macaxeira, peixe, mandioca, cuscuz, batata

doce, caju, coco, ata, murici. Os pratos mais consumidos são cambica (mingau feito de batata doce e leite de coco), peixe frito com tapioca e peixada (peixe cozido com leite de coco, coentro e cebola).

¹² Depoimento dado pelas mulheres do Assentamento Maceió em reunião ocorrida em janeiro de 1993.

Associação, conforme acontecia anteriormente. Segundo justificativa apresentada por Maria Nazaré de Sousa, Presidente da Cooperativa, essa transferência se deu para facilitar a administração, uma vez que:

prá organizar a produção e a comercialização no Assentamento, quem é legalmente capaz de fazer isso é só a Cooperativa, porque a Associação até mesmo pelos seus estatutos ela é sem fins lucrativos, ela não pode comercializar. (Depoimento de Nazaré Apiques, Março de 1994).

O fato do Estatuto da Associação Comunitária do Imóvel Maceió (ASCIMA) conter limitações no tocante à comercialização, foi decisivo na definição da criação da Cooperativa de Produção Agropecuária do Imóvel Maceió (COPAIM). Contudo, foi decisão da maioria manter a associação. Ressalte-se que grande parte do quadro de associados da cooperativa e da associação é praticamente comum. Tratando-se ainda da produção nos Campos Comunitários, a orientação técnica¹³ é um componente bastante forte, nesses espaços produtivos, em decorrência das exigências feitas pelos órgãos financiadores; e também o controle do trabalho é mais rigoroso uma vez que os custos e riscos que envolvem as culturas que têm um caráter comercial são bem maiores.

Comunidade, comunitário, comum, coletivo e assentamento integram o vocabulário utilizado por

camponeses e pescadores no dia-a-dia no Assentamento Maceió; o significado de tais palavras remete a uma teia de relações sociais e políticas que foram construídas e fortalecidas no processo de luta pela terra.

Comunidade significa para eles, o conjunto formado por todas aquelas famílias, solidarizadas no trabalho familiar, nos campos e nas hortas comunitárias, nos roçados, bem como nas celebrações e festas¹⁴. *Comunitário, coletivo e comum* remetem à apropriação e ao usufruto, em comum, da natureza e dos bens e serviços, em detrimento dos interesses particulares; já *Assentamento* é a área que eles ocupam, *é o imóvel* e refere-se à delimitação territorial, tendo, portanto, uma conotação jurídica.

A terra, como a principal fonte de atividades produtivas, e as relações de parentesco são elementos fundamentais para a compreensão de como fortaleceu-se o sentimento comunitário no Assentamento Maceió. Associados à terra e às relações de parentesco, coloca-se, na mesma escala de importância para uma análise mais acurada, a própria atuação da Igreja Católica, através do trabalho desenvolvido junto àquele grupo social, por intermédio de suas pastorais progressistas. Essas pastorais, utilizando-se de músicas e poesias, denunciam, com freqüência a controvertida prática de alguns católicos proprietários de terras e a situação de expropriação a que está submetida a maioria da sociedade brasileira:

*Tem gente com muita terra
Outros não tem pra morar
Quem tem muita nem arrenda
Para o pobre trabalhar*

¹³ A preocupação com a orientação técnica se faz presente nas normas para financiamento através do PROCERA: "Artigo 12 - As atividades de assistência técnica deverão ser beneficiários e em busca do desempenho de duas funções básicas junto aos projetos de assentamento, ambas a serem implementadas de forma coordenada: a) de caráter técnico-econômico, diretamente vinculada à formulação, execução e acompanhamento das ações e atividades relacionadas à estruturação econômica das unidades produtivas; b) de caráter técnico-social, relacionada com o estímulo, apoio e assessoramento às famílias beneficiadas, visando a melhoria de suas condições de vida, especialmente nos aspectos de habitação, saneamento, educação, nutrição e organização comunitária". *Programa Especial de Crédito Para a Reforma Agrária*. Brasília: MIRAD, 1991, p. 12.

¹⁴ "Comunidade designa qualquer corpo social mais ou menos importante (matrimônio, família, parentesco, tribo, povo, Estado, associação, igreja, seita e até uma fábrica ou uma empresa) somente quando os vínculos de seus membros, uns em relação aos outros, são de tal forma primordiais e sólidos que qualquer litígio que a vida possa ocasionar entre seus membros se eleve além desse vínculo que nunca é posto em dúvida". SCHILLING, Kurt. *História das Idéias Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 53.

*Mais quando chega na missa
É o primeiro a comungar¹⁵.*

Alguns depoimentos acerca do processo produtivo, permitem-nos constatar que as práticas de solidariedade já existiam no Assentamento Maceió desde o tempo dos *mais antigos*, tendo se consolidado durante os embates com os primeiros *patrões* e, posteriormente, com a entrada do empresário Tasso Jereissati naquelas terras. As referidas práticas, expressas por meio de mutirões e outras atividades, fazem parte de um código costumeiro, próprio das sociedades camponesas, conforme vários estudos têm demonstrado. O que, neste caso, é singular, é a construção de uma unidade política que se consubstanciou no processo de luta pela terra e que perdura até o presente, apesar de algumas crises manifestadas especialmente nas últimas eleições.

O "sentimento comunitário"¹⁶ que nasceu e solidificou-se no processo de luta pela terra, não se baseou em nenhum modelo previamente planejado, mas teve como princípios básicos os ensinamentos bíblicos.

Tudo que existe aqui fomos nós que fizemos; por isso é que a gente quis se segurar na Bíblia, e eu poderia até citar alguns textos bíblicos, como por exemplo o Pentateuco, Gêneses, entre outros textos bíblicos que a gente pegava assim e lia e tinha como ponto básico de nossa caminhada. O certo é que, com a luz do Evangelho, e eu digo isso com segurança, nós estamos aqui e, por isso, quando eu digo seguro, é porque nós conseguimos nosso objetivo e o nosso objetivo que me refiro foi permanecer numa terra onde a gente nasceu, se criou e quis ter como nosso ponto de permanência. E conseguimos, graças a Deus! (Depoimento de Benedito, Bode, janeiro de 1993).

Afirmativas como essas, feitas por Benedito e por seus companheiros, revelam a força adquirida através dos rituais de fé, tais como celebrações, caminhadas, missas, entre outros; ocasiões em que, além de rezar, são discutidos também problemas políticos.

Por outro lado, fica claro que as pressões exercidas pela Empresa Agropecuária Arvoredo Ltda., para que os moradores vendessem suas fruteiras e casas, levou-os a uma atitude de descompromisso com o novo patrão, resultando em boicotes e enfrentamentos: "e eles deixavam um monte de madeira e a gente queimava. Um dia a gente tocou fogo na madeira e veio um caminhão de polícia" ou,

hoje a gente quer estrada, mas naquele tempo a gente tinha medo de deixar fazer a estrada. Por várias vezes a Comunidade se reuniu para impedir as máquinas de trabalhar na estrada... Uma vez foram só as mulheres para impedir o trabalho das máquinas. (Depoimento de Sezinha. Córrego da Estrada, janeiro de 1992).

Em outras ocasiões, os moradores não ousaram enfrentar os patrões e, por muitas vezes, entregaram a última produção de farinha de que dispunham como forma de pagamento da renda da terra, sem que recorressem à justiça.

Uma outra questão que contribuiu para fortalecer o *sentimento comunitário*, foi a constatação da fragilidade de um confronto em nível individual diante da superioridade do inimigo com suas máquinas. Os camponeses contam que se espalhou nas Comunidades, na época do conflito, um boato de "que o Tasso tinha uma máquina que não precisava de motorista e que ia mandar o trator derrubar as casas" No imaginário daqueles camponeses, *o Tasso* com suas máquinas, tinha uma superioridade que só a força de Deus poderia vencer: "e a gente rezava, a gente rezava e era constante; a nossa força era de Deus e graças a Deus a nossa luta foi abençoada!"

Por todas as questões que até aqui pude registrar, concernentes ao uso da terra, creio que o trabalho e a Terra Comunitária no Assentamento Maceió

¹⁵ Poesia de autoria de Nazaré membro da Comunidade de Apiques.

¹⁶ Ouvi o seguinte depoimento do Sr. Manoel Assis, membro da comunidade Jacaré: " se eu pudesse, até a chinela que calço tinha escrito o nome comunidade; assim, por onde eu passasse, deixava a minha mensagem"

devam ser analisados a partir de *seus* referenciais históricos¹⁷ e da sua realidade interna. Não pretendo, com isso, negar as semelhanças que existem entre este e outros casos como as Terras de Índio, Terras de Preto e Terras de Santo, e até a Terra Coletiva organizada sob a direção do MST. Entretanto, acho fundamental explicitar as particularidades inerentes a este caso.

Tal como é interpretada por alguns autores que consideram a terra comum no Brasil resultante de processos históricos¹⁸, no caso em discussão, destaco a forma de usufruto comum da terra e dos demais recursos naturais no Assentamento Maceió, engendrada num momento de crise como estratégia de auto-defesa:

Outra coisa que a gente descobriu; ninguém mais dizia meu; tudo quanto existia aqui dizia nosso ! Então o cara chegou aqui ele queria saber quem era o dono pra indenizar. Quando ele chegou num roçado tinha 30 homens...

- De quem é esse roçado?- É nosso!

- Não, mais ele tem dono, o nome do dono...

É nosso! Então nós começamos a usar a palavra o nosso e assim ninguém nunca pôde identificar quem era o dono.

- Quem é o chefe aqui da Comunidade?

- Ninguém, é nós !

- Mas quem é mesmo que dirige aqui?

- É nós! Então Nós começamos a usar a palavra nós e esse nós nunca apareceu o eu, porque quando aparece o eu é mais perigoso, né? Era só o nós nessa época. (Depoimento de Nazaré, Apiques, janeiro de 1992).

A solidariedade e as práticas comunitárias já compunham o quadro de valores desses camponeses antes do conflito com os grileiros. Eram práticas comuns entre eles a troca de dias de trabalho e a realização de mutirões. São exemplos disso, as derrubadas, os encoivamentos, as queimadas, as sementeiras, as limpas e colheitas feitas conjuntamente por motivações de amizade, parentesco ou compadrio. Porém, diferentemente do que ocorre nas Terras de Preto e nas Terras de Índio, o uso comum da terra no Assentamento Maceió, não se deu em decorrência de questões étnicas, porém teve, antes, como elemento fortalecedor das relações de solidariedade, as relações de parentesco. Tais relações são importantes na definição das estratégias até mesmo de ocupação do território. O exemplo mais expressivo da força que os laços de parentesco expressam é a organização dos quintais.

É importante ressaltar que os dados estatísticos sobre a produção agrícola do Assentamento Maceió revelam, até 1992, um percentual maior da produção individual para a maioria dos produtos cultivados. Com a liberação dos dois empréstimos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE I e II), através do Banco do Nordeste, ocorreu um aumento da produção nos campos comunitários. Mas será esta a questão mais importante para entender o sentido da terra comunitária ?! Penso que a auto-definição de comunidade, enfatizada em todos os momentos do nosso contato, pode ser compreendida, especialmente pela liberdade com que aqueles camponeses usam toda a terra para o plantio, e pela solidariedade que os une.

Outra questão que contribui para fortalecer o sentimento comunitário é o respeito ao trabalho e à liberdade¹⁹, que, no caso do Assentamento Maceió,

¹⁷ Os processos históricos a que me refiro são aqueles vivenciados pela própria comunidade no seu cotidiano e que MARTINS, em sua pesquisa sobre São Caetano, denomina Pequena História. "Nela, o tempo e o espaço não podem ser separados. Por isso é uma história local. A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola". MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 13.

¹⁸ Refiro-me, de forma especial, aos trabalhos das antropólogas ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio Terra de Uso Comum e Resistência Camponesa*. São Paulo: USP, 1991 (mimeogr.); e GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo uma luta muitas lutas*. São Paulo: USP, 1990 (mimeogr.).

¹⁹ Segundo MOURA, "ser livre significa estar voltado às exigências da produção da vida da própria família". MOURA, Margarida Maria. "Liberdade e Igualdade: Reflexões Sobre Campesinato Sertanejo e Política" In: *Cadernos CERU*, nº 03, Série II, 1991.

antecede a preocupação com a posse individual da terra. Os cajueiros, coqueiros, mangueiras entre outras árvores, são propriedades daqueles que as cultivam; daí os camponeses ressaltarem sempre ser-lhes impossível acatar a idéia de divisão da terra, por não ter como fazê-lo sem prejudicarem-se e sem prejudicar muitos dos seus companheiros. Como concentrar numa faixa de terra individual as atividades de cada uma daquelas famílias? Como fazê-lo sem apropriar-se do trabalho alheio, uma vez que costumam cultivar seus roçados onde querem? Como ficariam os Campos Comunitários? Como ficariam aqueles que recebessem os lotes menos férteis? Estas são as principais questões que os moradores levantam para justificar a resistência frente à proposta de titulação individual, feita, algumas vezes, pelo INCRA: "e hoje só uma pessoa, que não tem juízo é que pensa em dividir a terra; só quem for doido!":

o fato que a gente decidiu que essa terra não deve ser dividida e que tem que ser terra comum é dado em vista o nosso caso aqui do Bode, do Maceió, do Humaitá. São três comunidades, são comunidades que eu moro aqui, Anaíde mora aqui, Zé Chiquita mora aqui e cada comunidade, cada família onde mora, tem lá os seus coqueiros, os seus cajueiros, que é o que nós chamamos de benfeitorias. Se eu tenho que me deslocar, praticamente eu perco o que eu fiz; eu perco prá alguém o que eu fiz durante 50, 60 anos. Daí - 1ª ponto de vista; 2ª é o número de pessoas por família. Sabe que cada município tem o seu módulo, o nº de hectares de terras, Itapipoca, se não me engano é 10 ha. O aumento da população vai diminuindo a terra. Somos cinco mil e poucos hectares. Se a gente for ver o nº de famílias, vai tocar hoje 3ha para cada família, que aqui, nessa comunidade, prá uma família, prá um casal que não tem nenhum filho, podia a terra dá; mas um pai de família que tem 10, 12 filhos a terra não dá; a terra que tá com 3ha só dá prá um filho, dois. Terceiro é o poder aquisitivo: ninguém aqui é rico, mas a gente sabe que tem pessoa aqui dentro que tem o poder aquisitivo melhor do que outro. Eu tô numa situação ruim hoje, outro acolá que tá numa situação melhor chega prá mim e diz: rapaz, tu tá numa situação meio ruim. Esses 3 ha de

terra, tu quer me vender? E vai comprando de um, vai comprando de outro, e termina se tornando um latifundiário depois. Quarto: é que, assim se procedendo, não adiantou se lutar; a gente volta ao que éramos comparados aos outros segmentos, uma vez que eu me torne um latifundiário, tenha tudo em minhas mão e o resto que se dane!!! (Depoimento de Benedito. Bode, janeiro de 1993).

Inúmeros são os trabalhos realizados por pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre as diversas formas de organização do trabalho no campo. Uma gama de denominações e a discussão em torno de sua origem redundaram, no caso brasileiro, num debate nas Ciências Humanas, cujo período mais fértil foram as décadas de 40, 50 e 60 deste século. Para alguns pesquisadores, a origem dos mutirões, principal forma de ajuda mútua no campo brasileiro, decorre da nossa origem indígena; para outros, eles são resultantes das nossas raízes africanas e portuguesas²⁰ Esse debate trouxe grande contribuição no sentido de resgatar as diversas manifestações de solidariedade no trabalho, existentes nos lugares mais recônditos do Brasil, proporcionando condições para o entendimento de suas semelhanças e diferenças. No interior desse debate, ficou evidenciada a necessidade de se buscar uma visão mais ampla desta questão, pois o que interessava não era simplesmente fazer um levantamento dos nomes que se davam para as diferentes formas de organização do trabalho no campo, interessava buscar entender as motivações para determinadas práticas de ajuda mútua no trabalho. Importante contribuição nesse sentido é dada por GNACARINI, ao comentar a obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido:

Quanto à instituição social da ajuda mútua, ou do mutirão, refere uma entrevista tomada por Antonio Cândido que 'a ninguém é dado

²⁰ CALDEIRA, Clovis. *Mutirão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

recusar auxílio', pois a obrigação é para com Deus e não com as pessoas. Um outro parceiro entrevistado contava que 'antigamente' era o 'tempo da caridade' - justamente por essa 'disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse' nos limites do bairro rural. Não é destarte um ato unilateral, pois envolve retribuição eventual, e é uma forma de cooperação produtiva obrigatória marcada pela sacralização dos vínculos e a ausência de considerações de cunho privado. (GNACCARINI, 1980, p. 138).

Questões dessa natureza, constatadas por Antônio Cândido e Gnaccarini, permeiam as relações de diversas comunidades camponesas que, segundo SHANIN, "têm freqüentemente mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo"(SHANIN 1980, p. 47).

As práticas de solidariedade existentes no Assentamento Maceió são, por várias vezes, citadas ao longo deste trabalho; afinal, muitas são as ocasiões em que tais práticas se manifestam. Entendo que elas devam ser compreendidas como herança cultural e como estratégias políticas. O fato de se tornarem um instrumento político, não subtrai os valores culturais que nelas estão subjacentes; muito ao contrário, reforça tais valores.

No litoral do Ceará, é comum entre pescadores e camponeses as várias formas de mutirão e ajuda mútua. Tais manifestações ganham concretude não apenas no trabalho, mas na própria gestão dos recursos naturais, especialmente na gestão da terra. Nas muitas localidades praianas, onde os nativos resistem à especulação imobiliária e ao turismo, é freqüente encontrarem-se grupos sociais que utilizam a terra de forma comunitária. Um exemplo disso é a comunidade de Batoque, localizada no município de Aquiraz, onde a presença forte da especulação imo-

biária não conseguiu extinguir aquela forma de reprodução social²¹

Foi organizando uma série de princípios para gerir a terra por eles *conquistada*, e tendo como fundamento a herança cultural dos seus ancestrais quanto às práticas de solidariedade no trabalho, que os camponeses e pescadores do Assentamento Maceió optaram por trabalhar a terra de forma comunitária. Para garantir a sua reprodução, aprovaram, em assembléia, uma série de normas que norteiam as práticas comunitárias, especialmente no concernente ao uso da terra, entre elas:

Todo trabalho deve ser combinado na comunidade para defesa ou apoio do mesmo;

Participação ativa de todas as comunidades nos trabalhos comunitários;

Não aceitar propostas de pessoas de fora, para morar ou trabalhar dentro da área;

Ter consciência de que a terra é de todos e não minha;

Respeitar o que é de todos;

Quem tem propriedade fora da área não pode fazer outra aqui;

Não podemos fazer outra propriedade particular além do quinta²²

O campesinato se reproduz de diferentes formas no Brasil e a sua expressividade está historicamente inscrita nos diversos movimentos sociais: em Canudos, no Contestado, na Guerrilha do Araguaia, no MST etc. Sua presença se inscreve também na produção agrícola e agropecuária, que é garantidora, em grande parte, do abastecimento interno brasileiro. Seus vários nomes são objeto de muitas polêmicas, *mistificações*²³ e variam de um lugar para outro: agri-

²¹ Normas Como Vamos Utilizar Nossa Terra. Quais os Critérios que Temos de Obedecer. Documento escrito em 1987, após a desapropriação feita pelo INCRA.

²³ Segundo SHANIN, camponês é uma mistificação. "Para começar, um camponês' não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo" SHANIN, Teodor. "A Definição de Camponês: Conceituações e desconceituações" In: *Estudos CEBRAP*, nº 26, 1980, p. 44

²¹ Segundo D. Odete, Presidente da Associação de Batoque, não há uma delimitação individual da propriedade naquela localidade; o que há é um tipo de acordo quanto ao uso de determinadas áreas. Depoimento feito em dezembro de 1993.

cultores, pequenos produtores, lavradores, trabalhadores rurais.

No Assentamento Maceió, poucas são as ocasiões e as pessoas que se auto-denominam camponeses. Elas se auto-denominam agricultores ou trabalhadores rurais, reconhecem a importância do seu papel social, como produtores de alimento e sabem valorizar a terra como fonte imprescindível, matéria-prima para sua reprodução. Cientes de que querem permanecer na terra onde nasceram e

sempre viveram, ao obter o título da terra, através do INCRA, decidiram, em assembléia, que iriam cultivá-la de forma comunitária e transformaram as grandes áreas, que antes eram de uso exclusivo dos *patrões* em campos comunitários. Decidiram também que teriam direito a uma pequena área (de no máximo 2ha) a fim de fazer os seus quintais, garantindo, com isso, a posse de uma área individual onde plantam as culturas que são do interesse de cada unidade familiar.

Bibliografia

- ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio Terra de Uso Comum e Resistência Camponesa*. São Paulo: USP, 1991 (tese - mimeogr.).
- CALDEIRA, Clovis. *Mutirão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987
- CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision. 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1989.
- GEORGE Pierre. *Dictionnaire De La Géographie*. Paris: Presses Universitaires, 1970.
- GNACCARINI, José César. "A Resistência à Acumulação: O trabalho como Atividade Lúdica" In: *Latifúndio e Proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo uma luta muitas lutas*. São Paulo: USP, 1990 (tese mimeogr.).
- MARTIN, Isabela. *Os Empresários no Poder*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará, 1993.
- MARTINS, José de Sousa. "Introdução" In: *Tempo de Vida e Tempo da História no Mundo Camponês* (Livre-Docência). São Paulo: USP, 1992, (mimeogr.).
- MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MOURA, Margarida Maria. "Liberdade e igualdade: reflexões sobre o campesinato sertanejo e política" In: *Cadernos CERU* nº 03, série 11, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. "A Luta pela Terra no Ceará" *Anais do IX Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo: AGB, 1993.
- SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Campesinato (A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil)*. São Paulo: Polis, 1980.

SHANIN, T. *A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações*. São Paulo: Estudos CEBRAP, nº 26, 1980.

SILVA, Sérgio. *Valor e Renda da Terra*. São Paulo: Polis, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. *O camponês: Um Trabalhador Para O Capital*. Brasília, EMBRAPA, nº 26, 1984.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.



AS VÁRIAS FACES DO USO DO BAIRRO E A COTIDIANIDADE DO MORADOR¹

Regina Celly Nogueira da Silva
Departamento de Geografia – FFLCH/USP

RESUMO:

Este artigo visa apreender as diferentes formas de uso do bairro enquanto um fragmento no vasto universo que é a cidade, lugar que guarda uma singularidade, antigas e novas formas de apropriação e uso mas, principalmente, uma identidade histórica/espacial.

PALAVRAS-CHAVE:

lugar – bairro – uso – cidade

RÉSUMÉ:

Il s'agit de prendre en compte les différentes manières de l'usage du quartier comme un fragment dans le vaste univers qui est la ville, lieu qui garde une singularité, anciennes et nouvelles formes d'appropriation et d'usage, mais principalement une identité historique/spaciale.

MOTS-CLÉS:

lieu – quartier – usage – ville

“Mas porque estar aqui é excessivo e todas as coisas parecem precisar de nós, essas efêmeras que estranhamente nos solicitam.

A nós, os mais efêmeros.

Uma vez cada uma, somente uma vez.

Uma vez e nunca mais. E nós também, uma vez, jamais outra. Porém este ter sido uma vez, jamais outra. Porém este ter sido uma vez, ainda que apenas uma vez, ter sido terrestre, não parece revocável.” RILKE

O Bairro da Torre² pode ser considerado como uma realidade que abrange ou encerra muitos elementos, observáveis sob diferentes aspectos e que responde a diferentes formas de uso: é o lugar por excelência de um habitat, um lugar de trabalho, um lugar onde o morador passa o seu tempo livre e visita familiares e amigos, ou ainda um lugar de

¹ Este trabalho foi elaborado no primeiro semestre de 1997 enquanto parte do exame de qualificação.

² O Bairro da Torre localiza-se a sudeste do centro antigo da cidade de João Pessoa no nordeste brasileiro. Enquanto um dos bairros mais antigos da cidade de João Pessoa,

visto que a sua origem data do final da década de 20 deste século enquanto um espaço eminentemente residencial e hoje se transformando em um bairro prestador de serviços a cidade de João Pessoa.

passagem para outros lugares da cidade. Todavia, colocamos a seguinte questão: em que medida é possível afirmar as várias formas de uso do bairro da Torre? E, quais as suas várias faces?

As diversas formas de uso do bairro são verificadas no dia-a-dia das atividades estabelecidas pelo morador. É a nível deste estabelecimento prático-cotidiano que se travam os embates e as lutas pelo uso e pela apropriação do lugar (LEFEBVRE, 1979, p.85). É nesta perspectiva que Henri Lefebvre afirma que é no ato de apoderar-se do lugar que o morador vive essencialmente os sentidos da vida e as dimensões da existência, tendo-se em vista que, é no viver o lugar que se encontram as resistências ou o que na denominação de Lefebvre é concebido como os resíduos irredutíveis ao domínio da lógica, da razão (SEABRA, 1996, p.71).

Buscando encontrar “os resíduos irredutíveis ao domínio da lógica e da razão” é que nos debruçamos sobre as diferentes formas de apropriação do Bairro da Torre. O morador, ao viver a cotidianidade do bairro, privilegia certos usos em detrimento de outros, rechaçando-os ou aceitando-os por distintos motivos (SILVA, 1993, p. 88). Ou ainda, nesse viver a cotidianidade do bairro o morador tem acesso limitado a determinadas formas de uso; esses limites são impostos pelas relações sociais que aí se estabelecem e que se expressam no processo de segregação dos lugares no interior do bairro.

O uso é aqui compreendido como um conceito que nos permite apreender as diversas formas de apropriação do bairro pelo morador, mediada por uma prática social criadora que explora o encontro, a festa, a brincadeira, o trabalho, o simples caminhar pelas ruas e, sobretudo, o habitar poeticamente o bairro. Por outro lado, o uso é também revelador das formas de propriedade que se contrapõem à apropriação (SEABRA, 1996).

Nesse sentido, o uso se liga ao bairro, ao local e nos permite apreender tanto as possibilidades, aceitas ou rejeitadas pelos moradores, como os limites que aí se estabelecem e se expressam na sua

paisagem urbana e na vida dos seus moradores, seus trajetos e percursos dizem respeito à vida apropriadas pelo corpo e também como consumo do espaço (CARLOS, 1996).

É habitando poeticamente o bairro que o morador constrói ao nível do vivido uma relação afetiva com o lugar. Para o morador o ato de habitar significa, antes de tudo, o sentir-se em casa, o manter-se afetivamente com o outro. É o não ter sentimento de estranhamento diante do lugar. É o sentir-se familiarizado com as calçadas por onde passa, das quais conhece todas as pedras (HALBWACHS, 1990, p. 134) e que despertam o sentimento de enraizamento no lugar. Pode-se dizer que esta é uma das primeiras e mais importantes formas de uso do bairro pelo seu morador.

Talvez tenhamos alguma possibilidade de compreender esta questão, guiando-nos por uma citação significativa de Simone Weil: “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana e uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 1979, p. 317). O próprio morador da Torre compreende esse enraizamento:

realmente é uma coisa muito importante e boa, porque você morando muito tempo num canto assim é certeza que você tem tranqüilidade, né! Pra mim é gratificante morar há quarenta e cinco anos numa casa, porque eu tenho tranqüilidade, num é! Foi onde eu construí meu lar e a tranqüilidade gira em torno disso. Adoro passar pelos lugares, porque em todo o canto que eu passo eu tenho amigos e muita gente conhece a mim e a toda a minha família. Em todo canto que eu passo, eu tenho conhecimento, é muito bom a turma me conhece bastante. Como morador antigo do bairro, eu tenho um conhecimento profundo do bairro. Tem pessoas que me conhecem, fala o meu nome, que às vezes eu não sei nem quem é, sei que mora no bairro, mas é preciso demorar um pouco para recuperar a memória e saber quem é (Seu Zito).

Na Torre, ainda se conservam vivos *certos tesouros do passado*. Esse sentimento de que nos fala Simone Weil, é perceptível através da sua paisagem. Entretanto, essa relação afetiva do morador com o bairro é algo complexa e feita de várias maneiras. Cada rua, cada pedra, cada praça, a simplicidade de suas casas traz sua contribuição para a essência afetiva, assim, cada parte do bairro contribui para chamá-lo ao imaginário do seu morador (WEIL, *Idem*, *Ibidem*, p. 172).

Deitar o olhar sobre algumas ruas ou lugares que se localizam no seu interior como: as ruas Marroquina Ramos, a Hortense Peixe, a Joaquim Torres, a Feliciano Dourado, a Professor Paredes, é nos depararmos com esse tempo passado que insiste em permanecer, de casas simples com pequenos terraços e cadeiras nas calçadas, enquanto local da conversa, da troca de informação, da sociabilidade. O portão e o muro baixo, os velhos nas esquinas conversando no final da tarde, a porta da frente aberta onde basta um olhar para se ver o fundo do quintal, crianças jogando bola na rua, muitos seriam os exemplos para justificarmos esta realidade. Esse habitar poeticamente o lugar ainda é uma realidade possível para o morador do Bairro da Torre. Sobretudo, aquele morador que habita ruas que se mantêm residenciais, abrigando muitas vezes apenas um pequeno comércio local, do próprio bairro, que atende ao seu morador a exemplo dos armarinhos, das mercearias e das oficinas de pequenos consertos.

Algo que nos chama a atenção são as suas antigas vilas. As vilas são resíduos de um tipo de moradia que remonta à gênese do bairro. No passado, elas eram comuns, tendo-se em vista a escassez de moradia na cidade de João Pessoa. A moradia na Torre sempre esteve voltada para atender a uma população empobrecida, oriunda do interior do Estado, que migrava para a cidade expulsa de suas terras pelas constantes estiagens, como também por questões políticas ligadas à luta pela posse da terra. Essa população via na cidade a única possibilidade para sobreviver ao violento processo de expropriação.

Esse tipo de moradia abrigava também uma classe trabalhadora empobrecida, desempregada, empurrada para os subúrbios da cidade. Ou ainda, moradores do próprio bairro, filhos de antigos moradores, que casavam e não queriam se afastar das suas famílias indo morar em lugares mais distantes. Quase sempre são casas conjugadas, com uma porta de entrada e uma janela na frente, possuindo às vezes um pequeno terraço, umas de frente para as outras. Algumas vilas possuem uma só entrada, e outras ligam muitas vezes duas ruas paralelas, o acesso quase sempre é pelo oitão³ estreito da casa do proprietário que, através da sua presença mantinha a ordem e a boa vizinhança. É a articulação de vínculos familiares já existentes e os laços de solidariedade mútua que resultam na apropriação do espaço e na sociabilidade típica do lugar. Um antigo morador do bairro da Torre nos relata a existência das vilas dizendo:

Eu mesmo tenho uma vila ali na General Bento da Gama, com dezenove casinhas. Naquela época não existia conjunto habitacional, quem tinha um quintal grande fazia um quartinho e alugava, outro quartinho e alugava, e aí foram surgindo as vilas. A vila Patriarca, a vila Ponce Leon, a vila Levi e outras. Essa população vinha do campo ou daqui da Torre mesmo. Os filhos iam casando e iam para onde? Aí que alugavam um quartinho numa vila para ficar próximo da família. (Sr. Vítório Trocoli).

Nesse sentido, se por um lado, as vilas expressam na sua realidade sócio-espacial as desigualdades e contradições de uma sociedade hierarquizada e dividida em classes sociais, por outro lado, elas são lugares onde o nível de solidariedade ainda é exercitado, as relações de amizade e vizinhança tendem a se aprofundar e se tornarem mais duradouras, sobretudo por uma questão de sobrevivência

³ Oitão- cada uma das paredes laterais da casa situada nas linhas de divisa do lote. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Ed. Nova Fronteira, 1986.

dessa população. É lugar comum o conhecimento e a participação mútua. Tais relações se estreitam na cotidianidade através do encontro, sempre freqüente das festas comemorativas, a exemplo das comemorações juninas, das festividades natalinas, dos batizados e dos velórios. Estas são algumas dentre tantas outras formas de envolvimento.

Todavia, os *pressentimentos do futuro*, de que nos fala Simone Weil, mudam o sentido do habitar o bairro. Hoje, muitos são os moradores que utilizam o espaço da casa para o comércio. Criam-se assim, por um lado, novas possibilidades de ganho e, por outro, um novo sentido para o lugar. Utilizando o mesmo espaço de moradia, os moradores montam na parte de baixo ou na frente da casa pequenos estabelecimentos comerciais, tais como: lanchonetes, fiteiros, mercadinhos, armarinhos, oficinas de pequenos concertos.

Esse novo sentido de uso da casa, deve-se, sobretudo, ao processo de empobrecimento crescente dessa população, que procura na multiplicação de pequenos negócios se defender da crise econômica por que passa o país. Ou ainda, chegando-se a casos extremos, quando o capital e o progresso, com sua força devastadora, operam mudanças consideráveis, expulsam o morador da casa e adentram pelas salas, quartos, cozinha, impondo-lhe um novo sentido ou, para o morador, a falta de sentido. A casa e o bairro já não lhe pertencem mais, quando muito, ele os carrega apenas em sua memória, a exemplo do que nos diz um morador:

O problema do dia-a-dia do bairro hoje é diferente de seus quarenta anos atrás. Porque aqui não existia nenhuma atividade comercial ou industrial que desse para o povo sobreviver. Então o povo se deslocava para outros locais, para o centro da cidade, para as indústrias. Hoje a maioria do povo que mora aqui, por causa do crescimento do bairro vive aqui mesmo, trabalha aqui mesmo, convive aqui mesmo. Tanto através de um comércio ou na pequena indústria ou ainda como empregado. O que mudou mais no bairro foi isso. A maioria do povo usa o bairro para moradia e também para

um pequeno comércio de sobrevivência. Para você ter uma idéia, hoje eles adotaram fazer a parte de baixo da residência comércio e fazer um tipo de sobradinho para morar em cima, que dizer, eles usam hoje o bairro assim pra própria moradia e pra sobrevivência. A diferença é grande do tempo passado por causa disso.(...) Os comerciantes antigos muitos ainda moram no bairro outros se mudaram para a praia e outros bairros, os novos que vieram para cá negociam aqui e moram em outros bairros. (...) O que ocorreu também é que muita gente vendeu seu imóvel e saiu da Torre para outros bairros mais tranquilos. (Seu Zito)

Nos últimos anos da década de oitenta e início dos anos noventa, o bairro viu se desenvolver uma economia urbana pautada no setor secundário e terciário. Lojas de peças para automóveis, concessionárias de carros, consultórios médicos, clínicas médicas, depósitos de material de construção, que passaram a se concentrar nas avenidas principais que cruzam o bairro na sua porção central, e nas suas laterais, e que servem como corredores de circulação e eixos de ligação do bairro com outras partes da cidade. O seu ritmo se intensifica, as pessoas passam a freqüentar o bairro a procura de novos serviços, suas ruas se tornam mais movimentadas e a sua paisagem social se transforma, criam-se novos signos e significados para o bairro.

Entretanto, caminhando pelo interior da Torre, encontramos ainda pequenos negócios e formas de trabalho que remontam o seu passado. Nas esquinas das Avenidas Bento da Gama com a Carneiro da Cunha, na Barão de Mamanguape com a Manoel Deodato e na Manoel Deodato com a Julia Freire, é possível encontrarmos as antigas mercearias⁴ com suas portas altas e largas que quase sempre abrangem as transversais, com suas paredes pouco acabadas e seus balcões de madeira desgastados

⁴ Loja onde se vendem a retalho gêneros alimentícios; armazém. Cf. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Ed. Nova Fronteira, 1986.

pelo uso, as mercadorias expostas nas prateleiras guardando assim um aspecto de um tempo passado, como também, antigas formas de negociação, como a caderneta, onde o morador compra para pagar no final do mês e volta todos os dias para realizar alguma compra. Quase sempre são fregueses que moram no bairro há muitos anos e construíram no dia-a-dia relações de confiança mútua com o proprietário. Moradores que quase sempre possuem pouco poder aquisitivo e que não se sentem à vontade para freqüentar o supermercado. Essa forma de comercialização é rememorada pelo morador:

Aquí na Torre há moradores que ainda compram nas mercearias para pagar no fim do mês, com caderneta, e compra todos os dias, todos os dias um pouquinho, tem morador que nunca entrou no supermercado Primo⁵ (Seu Zezé).

Aos domingos, dia de feira, o ritmo do bairro intensifica-se, sobretudo, ao redor do mercado Joaquim Torres, quando um número considerável de pessoas se deslocam em direção ao mercado para as compras. O mercado Joaquim Torres foi construído em terreno doado pelo Sr Joaquim Torres, sendo inaugurado pelo então prefeito Miranda Freire em 30.II.1962. Contudo, anos depois, na administração do então Prefeito Hermano Augusto de Almeida, o mercado passou por reformas consideráveis, sendo assim reaberto em 14.03.1979, no mandato do Prefeito Dorgival Terceiro Neto (SILVA, 1997). O mercado abrange uma área total de 5.060,00m e possui apenas 1.260,00m de área construída, contém 69 boxes e 190 barracas (JOÃO PESSOA, 1985), oferece uma grande variedade de produtos hortigranjeiros e atrai a população residente no bairro, como também, pessoas de outras localidades da cidade. Esta prática não atende apenas a uma população pobre, mas também uma população de um maior poder

aquisitivo, sobretudo do próprio bairro. Ao redor do mercado, concentram-se aqueles pequenos serviços como os armarinhos, as lanchonetes, os sapateiros, e um número considerável de carroceiros⁶ que transportam as feiras dos usuários que moram naquelas imediações ou em lugares mais distantes da cidade.

Vale salientar que esses carroceiros são tradicionais no bairro e podem ser vistos, sobretudo, aos sábados e domingos quando o movimento do mercado aumenta. Eles se aglomeram ao redor do mercado a partir das 5:00 horas da manhã e só se vão ao entardecer quando a feira acaba. Quase sempre são trabalhadores oriundos das vacarias que se localizam às margens do rio Jaguaribe ou nas suas proximidades, vindo ainda de outras partes mais pobres da cidade. Pessoas que trazem em sua história de vida uma origem rural e como eles próprios dizem “para sobreviver na cidade adquirem uma carroça para ganhar a vida” Durante a semana, comumente são vistos transportando outros tipos de mercadorias como material de construção e mudanças, atendendo quase sempre a uma população pobre que reside tanto no bairro como em outras partes mais distantes da cidade. Os carroceiros significam, à sua maneira, resíduos de hábitos ainda rurais encravados no interior do bairro e da cidade de João Pessoa.

Segundo Maia, João Pessoa é uma cidade que ainda guarda no seu espaço urbano a existência de hábitos rurais. O encontro nas ruas e avenidas da cidade com as carroças e pequenas boiadas, desvelam a resistência de hábitos rurais no interior da própria cidade e do bairro. Maia constata que em João Pessoa o campo não se limita apenas a ocupar as bordas do seu tecido urbano, mas entranha-se pela sua malha urbana, através de vazios urbanos, nas margens dos vales dos rios⁷ que a entrecortam. São nes-

⁵ Supermercado construído em 1990 na Avenida José Américo de Almeida- Beira Rio, com instalações modernas e uma grande diversidade de produtos.

⁶ Carro grosseiro, geralmente de tração animal, para cargas.

⁷ Nos vales dos rios Jaguaribe, Timbó, Laranjeiras, Cuiá e Bomba que entrecortam a malha urbana da cidade de João Pessoa.

ses espaços que se encontram vacarias, currais, granjas, pocilgas e chácaras, onde, de uma forma ou de outra, realizam-se práticas de trabalho tipicamente rurais (MAIA, 1994). Desse modo, ainda é possível nos depararmos com a presença de animais bovinos e eqüinos passando ou pastando em terrenos vazios, praças e áreas vazias da cidade e do bairro da Torre. Não obstante, a prática destes trabalhos e/ou hábitos rurais estão presentes na Torre, na margem esquerda do vale do rio Jaguaribe. A prática mais usual é a da criação de gado leiteiro ou de corte, quase sempre praticado por uma população carente como forma de sobrevivência mas, também, por uma população que possui melhores condições de vida e que faz dessa atividade uma segunda fonte de renda, servidores públicos, trabalhadores liberais.

Desse modo, ruas, praças, esquinas e outros lugares estão lá, com seus usos e sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa: a rua vira trajeto devoto em dia de procissão de São Gonçalo, vira o espaço da festa de São João com suas fogueiras e seus pavilhões, as esquinas local do encontro e da conversa dos velhos, as áreas vazias local de pastagem para o gado. Na realidade, são as práticas sociais que dão significado ou resignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer; propriedade/apropriação e assim por diante.

Para a Torre as festas eram consideradas muito mais do que um simples evento social. No passado elas tinham um componente afirmativo referido ao estabelecimento e reforço de laços de sociabilidade, desde o núcleo familiar até o círculo mais amplo que envolvia os amigos, os chegados e até desconhecidos" (MAGNANI, 1996). Assim, a festa, enquanto uma prática cultural popular que supõe a formação de vínculos e implica determinadas formas de relação com o espaço, sempre teve uma importância singular para o bairro.

Quase sempre a festa de São João é iniciada na noite antecedente ao dia do Santo. São acesas as

fogueiras, faz-se adivinhações, ocorrem os banhos rituais, dança-se, come-se, soltam-se fogos. Assim, toda a comemoração é de caráter noturno. A fogueira (CHIANCA, p. 113) é identificada na festividade enquanto uma prática purificatória, como força renovadora e vital. Não obstante, esta é na realidade a forma como a festa é apreendida na experiência dos que a comemoram. Desse modo, a festa de São João surge enquanto celebração onde a preocupação como fecundidade humana ou agrícola, se revela em toda ordem de associação (CHIANCA, 113) se refere sobretudo às mulheres, e ao casamento, construção social religiosa cristã oficializadora das uniões. No entanto, a celebração, refere-se sobretudo ao Santo e encerra um universo de símbolos e valores ligados a uma vida rural.

Segundo Chianca, no Brasil, sobretudo no Nordeste, o São João coincide com o período em que as populações rurais festejam as colheitas, as fogueiras teriam uma importância fundamental, visto que afastariam a possibilidade de estiagem, pestes, esterilidade do solo etc. Também a Europa conheceu esta tradição de acender fogueiras nas suas planícies, de dançar ao redor do fogo, de saltar sobre as chamas, assim, todas as esperanças do convívio e das expectativas de meses abundantes.

No dia 23 de junho à noite, iniciou-se a festa. As fogueiras foram acesas e dois eram os pavilhões armados para as festas juninas. Um na Carneiro da Cunha no sentido bairro-centro, o Selva de Pedra e o outro na Feliciano Dourado com a Avenida Prof. Paredes, o Pindura a Saia. Todos os dois em estilo chalé, de madeira e plástico preto no teto com fitinhas de papel branco, verde e amarelo penduradas em cordões no teto e folhas de coqueiro verde no interior dos pavilhões. Na realidade, o bairro parecia deserto, apenas com alguns bares abertos e pessoas tomando cerveja próximo a um dos Pavilhões, o Selva de Pedra, na Carneiro da Cunha. Em algumas ruas crianças brincavam nas calçadas com fogos de artifício, donas de casa vendiam milho cozinhado nas portas das casas e o mercado Joaquim Torres já se

encontrava fechado, totalmente tomado pelas palhas do milho verde que foram vendidas durante o dia. No interior das casas as moças faziam adivinhações, presságios, plantavam alhos para que se ao amanhecer estivessem germinados, seria sinal de que a moça se casaria.

Assim, nos dirigimos para o pavilhão do Pindura Saia, na rua Feliciano Dourado, onde fomos informados pelos moradores de que não haveria apresentação de quadrilha naquela noite, pois a costureira contratada para confeccionar as roupas não conseguira terminar tudo a tempo. Assim, seguimos pela Feliciano Dourado em direção ao mercado, entramos à direita na Barão de Mamanguape e pegamos a Carneiro da Cunha em direção ao pavilhão Selva de Pedra. Conseguimos chegar a tempo de assistir a apresentação da quadrilha infantil que, como nos havia relatado seu Bomba rouca ao entardecer de uma sexta-feira quente ao lado do mercado, “o São João e as quadrilhas da Torre já não existem mais como no passado, estão todas descaracterizadas” Entretanto, não conseguíamos entender com clareza a marcação da quadrilha, visto que, o organizador que a ditava não parecia muito preocupado com os visitantes e tampouco em estimular a graça da dança e suas especificidades. As músicas eram conhecidas, havia um pequeno conjunto com um sanfoneiro, um triângulo e um surdo.

As meninas trajavam vestidos de algodão com duas saias, sendo uma saia quadriculada de vermelho e azul e a outra de chifon vermelho com enfeites de bico de algodão branco nas pontas. Na blusa, o enfeite com fita de seda vermelha, mangas fofas com bico de algodão nas pontas, chifon vermelho, chapéu com o mesmo tecido da saia de algodão quadriculado com fita de seda vermelha e, em volta, um bico de algodão branco. Os vestidos não eram muito compridos, ficando na altura da canela.

Nem todas as meninas trajavam o mesmo modelo, o vermelho era a cor predominante e algumas meninas estavam de saia longa e blusa muito curta com lenço na cabeça; algumas tinham chapéu

de palha e quase todas calçavam sandálias. Os meninos, quase todos de calça jeans e camisa quadriculada, mas com cores diferenciadas, de tênis, alguns trajavam calça preta, blusa branca e colete preto.

Pelo depoimento dos seus antigos moradores, no passado, o São João da Torre era conhecido, sobretudo, por concentrar um considerável número de pavilhões e pela sua grande animação, como também, por concentrar um sofisticado comércio de fogos de artifícios e comidas típicas. Eram comuns os bazares nas portas das casas, confeccionados pelos próprios meninos do bairro: eram “caixinhas de madeira” com várias divisórias, enfeitadas com papel colorido, algumas tinham até gavetinhas para colocar o dinheiro.

Nas nossas caminhadas pelo bairro durante as festas juninas, poucos foram os pavilhões que encontramos e muito menos as tradicionais barracas de fogos de artifícios, nem tampouco os bazares nas portas das casas. O São João do bairro modernizou-se como relata seu Bomba rouca:

A festa de São João na Torre era conhecida, nove eram os pavilhões de madeira com palha, decorados com bandeirinhas de papel coloridas, o nosso pavilhão era aqui na Feliciano Dourado com a Miguel Santa Cruz, era o local central. O nosso pavilhão começou em 1955, na Joaquim Torres na casa de seu Agrisio, e em 56 viemos para a Feliciano Dourado, foi quando fundamos a fazenda Pindura a Saia que naquela época causou muita polêmica por causa do nome. (...) Antigamente, para dançar a gente tinha que dar os trajes da dama e precisava ir à casa dela para pedir consentimento ao pai da moça. Quando terminavam os ensaios tinha que levar a dama em casa, bater na porta e dizer, olha aí seu fulano a moça já está em casa. A nossa roupa era de matuto mesmo, os homens tudo de um jeito, camisa quadriculada, chapéu de palha, causa de matuto e as damas de vestido de chita estampado, de mangas compridas, bem comprido, com um totó e uma flor no cabelo e ruge. Isso era antigamente, o nosso traje só era visto na véspera do São João e quem primeiro via era o pessoal que nos visitava no nosso pavilhão. Quem quisesse ver a nossa qua-

drilha e o nosso traje que vinhesse para o nosso pavilhão.

(...)No nosso tempo, toda fazenda, como eram chamados os pavilhões, só podia ter um coronel e era o coronel que abria a quadrilha e ditava tudo e o povo ia entendendo a dança e o que estava acontecendo. Todo componente pagava para participar da quadrilha, não existia isso do Estado e Prefeitura dar dinheiro. Hoje em dia estão se prevalecendo disso. O tocador hoje em dia cobra dois mil reais, um som melhorzinho oitocentos reais, o pavilhão não é mais de palha de coqueiro seca é de madeira e lona ou plástico preto com uns enfeitos. No meu tempo, a gente é que fazia a decoração.

(...) São João na Torre tinha muita importância, hoje em dia o povo não está mais ligando. Naquela época o pessoal tinha amor aos festejos juninos, hoje em dia não tem mais, só tem gente bebendo, a quadrilha se descaracterizou, agora só tem dois pavilhões e esse ano a quadrilha que eu fundei não dançou a Pindura a Saia. O homem se modernizou demais, hoje em dia os componentes não querem mais brincar o São João, agora se for para um show eles dão dez reais, mas se for para brincar quadrilha eles não querem pagar. Por isso eu deixei de marcar

(Sr. José Coutinho, mais conhecido como, Bomba-rouca).

O São João da Torre mudou, como mudou a sua paisagem urbana. A descaracterização das festas é resultado das transformações que se processaram no bairro nos últimos anos com a chegada de uma nova cultura, a cultura do capital, do consumo, do novo. Como argumenta Ecléa Bosi "quando duas culturas se defrontam, não como predador e presa, mas como diferentes formas de existir, uma é para a outra como uma revelação. Mas essa experiência raramente acontece fora dos pólos submissão-domínio. A cultura dominada perde os meios materiais de expressar sua originalidade" (BOSI, 1987, p. 16).

O pensamento de Ecléa Bosi ganha uma força contundente diante da realidade social e cultural do bairro da Torre, quando a cultura do capital despoja o homem de sua própria humanidade, quando o bairro se transforma em local de consumo de mercadoria, sendo ele próprio uma mercadoria como outra qualquer, vendida e comprada aos pedaços, em detrimento da sua apropriação pelos seus moradores através da festa, do encontro, da brincadeira.

Bibliografia:

- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade-Lembranças de Velhos*. São Paulo: Edusp, 1987
- BOSI, Ecléa. Bosi, Alfredo.(org) *Cultura e desenraizamento in Cultura Brasileira Temas e Situações*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- BENJAMIM, Walter. *O narrador. In: Obras Escolhidas Magia e Técnica Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARLOS, Ana Fani A *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CHIANCA, Luciana de Oliveira. *Viva São João! O Santo e sua festa*. João Pessoa: UFPB. CCHLA, 1987.
- HALBWAACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. *De Lo Rural a Lo Urbano*. Lisboa: Península, 1979.
- MAGNANI, José Guilherme C. Torres, Lilliam de Luca(org). *Na Metrópole. Textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996.
- MARTINS, José de Souza. *Henri Lefebvre e o Retorno a Dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MAIA, Doralice Sátyro. *O campo na cidade: necessidade e desejo*. Florianópolis: UFSC, 1994.
- RODRIGUES, Janete Lins. *Acumulação de Capital e Produção do Espaço: o caso da grande João*

Pessoa. João Pessoa: Editora Universitária, 1980.
SEABRA, Odette Carvalho de Lima. "O Pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia" In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, 1996.
SILVA, Armando. Heck, Maria (org). "La ciudad en sus símbolos: una propuesta metodológica para la comprensión de lo urbano en América Latina" In *Grandes Metrópoles da América Latina*.

São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1993.
SILVA, Valdete Pereira da. *O Bairro da Torre de Feição Bucólica a cenário das Transformações Recentes*. João Pessoa: UFPB/CCEN, 1997.
WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.



TV VIVA: DA NÃO COMUNICAÇÃO À COMUNICAÇÃO NO LUGAR

Genovan Pessoa de Moraes Ferreira
Mestrando no Depto. de Geografia FFLCH/USP
Prof. da Rede Pública do Estado de Pernambuco

RESUMO:

Este artigo versa sobre as preocupações que estão norteadando minha dissertação de mestrado. Entre elas se encontram principalmente, algumas relações entre a mídia - entendida a um só tempo, como dimensão tecnológica essencial geradora de não-comunicação e ao entendimento das relações produzidas pelo mundo globalizado - e o espaço da produção e da reprodução das relações sociais produzidas e realizadas na cidade. *Como contraponto à mídia produtora de não-comunicação, propomos a investigação de uma TV de rua (TV Viva de Olinda/PE) que desenvolveu seu processo comunicativo, tendo como pressuposto, o uso do espaço público (ruas e praças) como pretexto para o encontro, a fala, o diálogo com o outro.* Esse encontro em espaço público será, por sua vez, o outro núcleo da nossa problemática que irá permitir discutir os processos de *apropriação* pelo uso do espaço num bairro pobre do Recife, bem como, o bairro como *lugar* de produção e reprodução do espaço urbano do Recife e de resistência, construção da identidade e manutenção da vida.

PALAVRAS-CHAVE:

TV de rua – lugar – apropriação

ABSTRACT:

This article deal with the concerns that are leading our mastership dissertation. Among them we find mainly, some relationships between media - understood at the same time, as essential technological not-communication generator dimension and to the understanding of the relationships produced by the globalized world - and the production and reproduction space of the social relationships generated and accomplished at the city. As a counterpoint to the not-communication generator media, we propose a research on a street TV (TV Viva from Olinda/PE) that developed its communicative process, presupposing the use of public space (streets and squares) as a pretext to the meeting, the speech, the dialog with the *other*. This meeting at a public space will be, at its turn, the other nucleus of our set of problems that will allow us to discuss the processes of *appropriation* by the use of space in a poor district of Recife, as well as the district as a production and reproduction *Place* of the urban space of Recife as well as a resistance, identity construction and life maintenance place.

KEYWORDS:

Tv de Rua – place – appropriation

Texto elaborado a partir do Projeto de Qualificação "Na Capital de Pernambuco... TV VIVA: A Imagem e a Apropriação do Lugar" - apresentado no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da FFLCH/USP sob a orientação da Profa. Dra. Ana Fani A. Carlos em nov/97.

A intenção deste artigo é explicitar um pouco das inquietações e das questões que estão norteadando minha dissertação de mestrado. Nela estou buscando algumas relações entre a mídia - dimensão tecnológica essencial para o entendimento das relações

que se estão gerando com o mundo globalizado e o espaço da produção e da reprodução das relações sociais gestadas na cidade e produtoras do modo de vida urbano. Com isso quero deixar claro que não interessa a este trabalho os fenômenos da mídia em si mesmos; antes eles são mediadores de *primeira hora* para que possamos avançar na compreensão do espaço: o da *cidade* e o do modo de vida urbano, o do *lugar* e o do *cotidiano*, o da reprodução das relações sociais de produção e o de reprodução da vida, o da dominação, mas também o da *apropriação*, o do *produto* e o da *obra*.

Tendo como quadro de referência uma sociedade urbana que se generaliza e os meios de comunicação como suporte mediador fundamental do processo de constituição da mundialidade, fomos buscar numa TV de rua (TV Viva), que desenvolve seu processo comunicativo através e pelo uso do espaço público, a possibilidade da *apropriação* pelo *uso*, do reforço da *identidade* do *lugar*, de modificação do *cotidiano* dos habitantes de um lugar urbano da metrópole recifense o bairro do Morro da Conceição.

Com efeito, o modo de vida urbano, lentamente construído ao longo de um vasto processo histórico que gerou o mundo moderno, teve entre seus elementos constituidores o espaço da cidade como aquele onde o olhar irá exercer seu triunfo e sua tirania. Este processo parece alcançar patamares cada vez mais elevados nos dias atuais, quando o 'mundo da mercadoria' diluiu-se na imensidão do que é palpável (coisas, objetos...) e na imaterialidade das imagens. Progressivamente subtraído de uma concretude, o real passa a confundir-se com as simulações e representações que se faz dele. No limite, a cidade outrora guardiã e genitora de toda a densidade histórica contida em seus símbolos, transformar-se-á numa profusão de signos cuja rapidez com que são elaborados não permite acumulação de tempos, antes pretende o triunfo do presente sobre o passado e a eliminação do futuro. Destituída de qualquer simbolismo ou vestígio que nos lembre sua condição de *obra*, seus espaços funcionalizados pretendem lem-

brar-nos por todos os lados, que ali não há lugar para outra coisa, que não para a circulação de produtos, para a sua produção, em uma palavra para o *espaço produto*.

Não obstante, os processos que coisificam a cidade são os mesmos que geram contradições. Contradições do desenrolar das relações sociais no espaço e as provenientes do próprio espaço abrem fissuras, deixam resíduos, obstaculizam a realização plena do espaço produto. Em outras palavras, o espaço onde circula a mercadoria não é o mesmo onde circulam os homens para realizar as várias dimensões da vida: trabalhar, divertir-se, morar etc.? E se adicionamos à dimensão espacial das relações sociais, a dimensão comunicativa, no e através de processos de apropriação do espaço, abrimos a possibilidade para se pensar o *uso* do espaço como expressão de uma nova forma de produzir o *lugar* e o urbano? Em que medida o *acaso* e os *resíduos* - irredutíveis à lógica do mercado, podem ser apreendidos no cotidiano repetitivo dos moradores do lugar? Até que ponto o processo comunicativo gerado pela TV Viva no espaço da rua foi capaz de fortalecer práticas espaciais de resistência, de construção da identidade e de manutenção da diferença? Mais ainda, o conteúdo dessas práticas que negam a imposição de um cotidiano homogeneizante (do ser, do pensar, do agir), abre possibilidade para produzir o espaço de outra maneira? Como a TV Viva, ao *recuperar* o encontro e a fala, participa nos processos de fortalecimento e resgate de práticas espaciais reveladoras do *novo*?

Na sociedade de classes em que vivemos, a correlação de forças tem sido ampla e progressivamente favorável aos interesses dominantes do capital. Neste processo, homem e espaço, num único movimento, serão paulatinamente convertidos em coisa: homem/consumidor/*usuário*, espaço/circulação/mercadoria. Tal processo, entretanto, como já assinalamos, não se dará sem resistência e sem luta. É neste sentido que se darão permanentemente os embates no cotidiano do homem expropriado con-

sumidor/*usuário* - para restituir-se enquanto homem/*usador* inteiro, como produtor de espaço como *obra*.

Video popular: quando comunicar é preciso

Da mesma maneira que as classes dominantes utilizam-se dos meios de comunicação de massa para gerar não-comunicação, e com isso impor seu *modus vivendis* assentado na generalização das relações de *troca* e das *necessidades* - sustentáculos da *lógica da mercadoria* - igualmente as forças populares incorporarão esses meios - porém, dando-lhes um outro sentido - aos seus projetos e lutas.

É nesse sentido que se pode compreender a utilização das novas tecnologias de comunicação (antena parabólica, videocassete, TV a cabo, etc...), pelos movimentos sociais emergidos no Brasil, no início dos anos oitenta. O que até então praticamente só se dava através da linguagem escrita (foi este o caso da imprensa alternativa na década de setenta), passa agora a incorporar a linguagem audiovisual¹

É necessário dizer que embora essa junção entre novas tecnologias de comunicação e movimentos sociais, contenha peculiaridades concernentes ao processo histórico brasileiro, não é, no entanto, um processo único e original do Brasil. Na verdade este tipo de movimento guarda antecedentes noutros lugares; quer no plano de experiências práticas, quer no de sua fundamentação teórica.

No primeiro caso, irrompem os movimentos das TVs comunitárias nos EUA e no Canadá no início dos anos setenta; e das rádios livres na Itália e na França, entre meados dos anos setenta e início dos oitenta. No segundo, uma corrente teórica liderada por Enzensberger, pretende que a transferência do monopólio de controle dos *media* das classes dominantes para as massas, bastaria para acionar um suposto potencial revolucionário inerente aos *meios* e sua conseqüente vocação transformadora e socialista². Não escapará da crítica contundente de Baudrillard que classifica essa perspectiva de ingênua e que “pretendendo-se revolucionária, é apenas mística” Para ele, “é uma ilusão estratégica crer num desvio crítico dos *media*” pois o “verdadeiro monopólio nunca é dos meios técnicos, mas sim o da palavra” Daí a única revolução possível neste campo ter que passar necessariamente pela quebra do monopólio da palavra instituída pelos *media*: “semelhante palavra (refere-se aos *media*) passa pela destruição dos *media* enquanto tais, pela sua desconstrução enquanto sistema de não-comunicação. Isto não implica liquidação, tal como a crítica radical do discurso não implica a negação da linguagem enquanto material significante. Mas implica certamente a liquidação de toda a sua estrutura atual, funcional e técnica da sua forma operacional (...). No limite, certamente, é o próprio conceito de *medium* que desaparece, que deve desaparecer; a palavra trocada, a troca recíproca e simbólica nega a noção e a função de *medium*, de intermediário” (BAUDRILLARD, 1995, p. 167 e ss.).

¹ Segundo R. Festa data desta época a introdução do uso do computador, do telex e do videocassete pelo sindicalismo brasileiro, para o trabalho de formação, informação e organização dos trabalhadores e do movimento popular. Igualmente, centros e instituições de documentação iniciavam discussões sobre a incorporação do computador e de redes alternativas de informática e telex a serviço das organizações populares. Ressalta ainda duas experiências significativas neste campo: a da Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro

que se mobiliza para exigir a democratização dos meios de comunicação, através de alterações na legislação que rege esses meios no país. E a da Equipe de Comunicação Sindical organizada em Recife para assessorar e fortalecer a comunicação no movimento sindical nas regiões Norte e Nordeste. R. Festa. “Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa” (FESTA & SILVA, 1996, p.29).

² Para um maior aprofundamento dessa perspectiva, cf. ENZENSBERGER, H. M. *Teoria socialista dos meios de comunicação*. São Paulo: Nova Fronteira, 1978.

TV de Rua: a comunicação *restaurada*

O surgimento das TVs de rua no Brasil insere-se numa dinâmica que reúne, de um lado, a reorganização dos movimentos sociais no Brasil pós-ditadura militar e a incorporação, por estes, de novas tecnologias de comunicação em suas lutas: de outro, o movimento mais amplo de constituição da mundialidade, no qual estas tecnologias assumem papel essencial na vida cotidiana das sociedades em geral e do habitante da cidade em particular.

Adotamos aqui a definição dada por Cássia Chaffim, no seu trabalho sobre esse tipo de tevê no Brasil. A autora procura singularizar a *TV de rua*, da chamada *TV comunitária* e da *TV local*. Segundo ela, em alguns aspectos essas duas últimas chegam a se confundir: “a televisão comunitária refere-se a projetos que apresentam uma participação da comunidade na produção das mensagens com transmissão via cabo (...). Faz alusão, além disso, a canais que produzam programas que tenham como tema a realidade de uma comunidade específica e transmitam por microondas (...)” (CHAFFIM, 1995., p.13). No aspecto da tecnologia de transmissão das mensagens e na base local de sua inspiração e destino, residem as semelhanças entre as tevês comunitária e local.

“Televisão local nos remete a uma produção restrita a uma região específica, diferenciando-se de uma produção nacional, podendo ser veiculada por canais abertos. Dentro desse conceito, estão as repetidoras de TV Educativa por todo o Brasil,(...)” (CHAFFIM, 1995, p. 13). Em comum com as tevês de rua, a TV comunitária e a TV local têm o fato de buscar imprimir uma postura crítico-educativa aos conteúdos de suas mensagens, objetivando diferenciarse dos *media* de massa, conquistando a participação das comunidades na elaboração dessas mensagens, com vistas a uma pretendida democratização do acesso à informação, através da sua veiculação num plano mais próximo à vida cotidiana, das comunidades e dos seus problemas.

Essa perspectiva, como já vimos, baseada num suposto poder emancipador dos *media*, fundamentou várias experiências com comunicação alternativa nos EUA, Canadá e Europa. Neste caso também se encontram as tevês educativas no Brasil. Seus limites também já foram apontados, pois embora representem algum avanço, não chegam ao final do caminho, uma vez que, rompendo com o monopólio da palavra - o que só ocorre, em termos, nessas tevês pode-se restituir o processo comunicativo, construir novos processos e pensar um *novo fazer comunicativo*.

Por *TV de rua* entendemos a exibição de vídeos, através de telão ou monitor, em espaços públicos abertos de ruas e praças. “Um dos objetivos desses grupos é reunir pessoas para assistir a programas num espaço público, que se constitui num local para troca de opiniões e discussões, para a convivência com o diferente” (CHAFFIM, 1995, p. 10). É, aliás, a realização do processo comunicativo pelo *uso do espaço* da rua e praças, que constitui para nós o principal traço característico dessas experiências e razão mesma de nos interessarmos por uma delas.

Baseando-nos ainda em Chaffim (CHAFFIM, 1995), enumeramos as seguintes características gerais dessas tevês: a) estão normalmente voltadas para o desenvolvimento de projetos de comunicação com populações pobres dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras; b) uma vez sendo esses bairros expressões de um modelo econômico profundamente desigual, trazem consigo um desejo de mudança social; c) através da elaboração de mensagens de conteúdo crítico, fornecem informações que contribuem para estimular na sociedade, a reflexão sobre a realidade do mundo e sobre a realidade do *lugar*; propõe a organização das camadas subalternas da população e sua conseqüente participação social ativa, coletiva e consciente na construção do mundo; d) visto que o local de moradia tem um papel fundamental na sociabilidade das classes subalternas (aí não só residem, como passam a maior parte de suas horas de folga), as tevês de rua no plano do cotidiano

do bairro, dos seus movimentos e de sua cultura, pretendem ainda reforçar os laços de identificação daquelas com o lugar.

Se a constituição do mundo moderno assentou suas bases no crescente reforço do individualismo - no paulatino isolamento do *outro* - a revolução tecnológica nos meios de comunicação, que marca a sociedade atual, acentua esse isolamento que não permite comunicação, senão mediatizada por equipamentos eletrônicos (comunicação por satélite, redes telemáticas, computador etc.). Primazia do privado sobre o público e do tempo sobre o espaço, todas essas tecnologias prescindem a necessidade de contato físico com o *outro*.

Operando noutro plano, a TV de rua restitui a comunicação interpessoal retirando o indivíduo da esfera privada da casa, para o encontro com o *outro* na rua, reintroduzindo-o na esfera do fazer coletivo, em detrimento da individual. Atuando na escala do local, reforça as redes de solidariedade e os laços dos habitantes com o lugar.

Num quadro de crescente *mundialização*³, em que os lugares foram se fragilizando, pouco a pouco se esvaziando dos conteúdos particulares que lhes conferem identidade, ao mesmo tempo, esta última será amalgamada no *lugar* com os referenciais dessa mesma mundialidade em constituição, dialeticamente. E se concordamos com a afirmação de Ortiz (ORTIZ, 1994, p. 79) de que Geografia, História e Antropologia são afirmadoras da territorialidade das culturas, podemos pensar que a TV Viva (pela uso do espaço, pelo encontro e pela festa) contribui para afirmar o bairro do Morro da Conceição enquanto uma territorialidade dotada de uma identidade e de uma cultura.

³ Renato Ortiz propõe que se empregue o termo globalização quando se está referindo a processos econômicos e tecnológicos unificadores do mundo. Já a mundialização propõe que se reserve aos procesos exclusivos da cultura. Um e outro na verdade, estão imbricados e não podem ser analisados separadamente. (ORTIZ, 1994, p.29).

Embora as experiências brasileiras com TV de rua possam guardar especificidades, o traço comum que as une é o uso do espaço público como local de exibição para seus vídeos, no que se distanciam radicalmente das tevês convencionais.

As primeiras experiências com TV de rua, no Brasil, começaram a ser desenvolvidas no início dos anos oitenta. A *TV Olho*, que atuou durante quatro anos em Duque de Caxias, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e o *Projeto Audiovisual* ligado à diocese de Teixeira de Freitas, na Bahia, constituem-se nas primeiras demonstrações dessa forma alternativa de comunicação, de um total de onze projetos catalogados por Chaffim (CHAFFIM, 1995, p. 110-112). Contudo, embora a *TV Olho* e o *Projeto Audiovisual*, surgido em 1982, sejam as primeiras experiências de que se tem notícia, a *TV Viva* fundada em 1984 será a primeira, de fato, "(...) a trabalhar com um projeto definido, aproximando a TV de rua ao movimento de vídeo popular, que procura utilizar o vídeo como elemento para a mobilização social e animação cultural. O modelo da TV Viva vai inspirar inúmeros grupos, tanto no Brasil como no exterior, inclusive a TV Maxambomba (...)" (ORTIZ, 1994, p. 17-18). Esta, inspirada no modelo da TV Viva, surge em 1986, no Rio de Janeiro, e ainda se encontra em atividade. Outras experiências nascidas nos mesmos moldes, eclodiram nos mais diversos cantos do país depois de 1984, como: a *TV Memória Popular* em Natal, *TV Mocaranga*, em Santarém no Pará, *TV Anhembi*, em São Paulo, *TV Maré*, no Rio de Janeiro, entre outras.

TV Viva: a comunicação no lugar

A *TV Viva*, sediada na cidade de Olinda-PE, iniciou suas atividades em julho de 1984. Fez, porém, sua primeira exibição em espaço público em 1985, no *Morro da Conceição*, tradicional bairro popular do Recife.

A TV Viva compõe o projeto de comunicação alternativa do Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), uma ONG (organização não-governamental) fundada

em 1972 com o objetivo de desenvolver projetos no campo da pesquisa e ação sociais e de assessoria aos movimentos populares. Constituem seu núcleo de atividades, além da TV Viva, as áreas de Direitos Humanos, através do GAJOP (Gabinete de Assessoria Jurídica aos Movimentos Populares) e Educação Popular através da GRAL (Grupo Alternativo de Educação).

Enquanto projeto alternativo de comunicação voltado para as populações pobres, a TV Viva surge com uma linguagem que pretende contrapor-se a estrutura homogeneizante dos *media* de massa e ao monopólio da informação praticada por estes meios. Ou seja, estimular a apropriação das novas tecnologias em comunicação pelo meio popular, seria um importante instrumento de educação, mobilização e luta na trajetória de construção da cidadania por estas camadas da sociedade.

A TV Viva surge embalada por esse processo, ou seja, buscar em um outro *fazer comunicativo* o motor para engendrar a discussão, a consciência e a luta: “a nossa opção foi romper o isolamento do aparelho individual, reunir as pessoas na praça pública, a céu aberto e colocar no telão personagens identificados social e culturalmente com o público. Veicular informação para engendrar comunicação entre as pessoas. (...) Nosso trabalho é captar, resgatar ações, reações, o movimento da sociedade, sobretudo dos que, vistos pela ótica da comunicação dominante, parecem estar ausentes do processo histórico”⁴ (grifos no original).

Mantendo uma apresentação mensal em cada um dos vinte e um bairros em que realizava exposições, duas unidades móveis - *peruas Kombi* equipadas com telão, projetor de som e vídeo percorriam os bairros poucas horas antes da apresentação dos vídeos, anunciando horário e local de exibição.

Para montar a parafernália eletrônica suporte para a projeção do vídeo no telão - a equipe de exibição fazia ligação *gato* e desligava a iluminação pública. Testam-se e ligam-se projetor, áudio e videocassete (MARICATO, 1994, p.42). Pronto: “na capital de Pernambuco vinte horas” Com essas palavras ditas em *off* na vinheta de abertura, iniciava-se a exibição do primeiro vídeo da noite. Estava no ar, o que Cássia Chaffim, numa feliz expressão, chamou de “circotecnológico-mambembe” (CHAFFIM, 1995, p.91).

As exposições aconteciam na rua ou na praça dos bairros, a céu aberto, sempre às vinte horas. Ali reuniam-se entre 200 e 400 pessoas. O público, constituído principalmente por crianças e adolescentes, em pé, às vezes escorados nos muros das casas em torno do local de exibição, sentados no chão, acompanhava por uma hora uma programação formada por cinco blocos de vídeos (um infantil, um humorístico, um documentário, um jornalístico e um *cultural*).

Terminada a exibição dos vídeos, havia o momento das discussões: a TV colocava o microfone à disposição dos presentes, animava-os a fazer seus comentários, críticas e sugestões sobre o que acabara de ser exibido. Esta etapa do trabalho compunha a parte essencial do *fazer comunicativo* proposto pela TV Viva, que passa necessariamente pela *palavra* como elemento do processo de comunicação para a construção da cidadania. Assim, esse processo teria que passar pela discussão crítica dos conteúdos apresentados no telão e sua interiorização pelos moradores, como forma de se preparar para a luta cotidiana.

Dados levantados no campo revelam, no entanto, que embora o debate formal nem sempre contasse com grande número de participantes, a repercussão indireta da TV Viva na vida do Morro não era pequena. Esta análise, contudo, ficará para a segunda fase da nossa pesquisa. Nela tentaremos apreender a natureza e a qualidade dessa penetração da TV Viva na vida cotidiana do bairro.

Para os que ficavam, eram instantes em que o *povo* tomava a palavra para exprimir suas opiniões,

⁴ Folheto comemorativo do 5º aniversário de existência da TV VIVA/1989.

fazer críticas, divertir-se e até encantar-se com suas imagens no telão. Portanto, a fala, aqui, assumia o papel fundamental de vir a possibilitar mais uma instância de desenvolvimento no longo aprendizado de luta pela cidadania. Sobre a importância da fala nos embates do cotidiano, escreve Montenegro: “a fala é um instrumento decisivo para as populações pobres, que vivem a radicalidade cotidiana do *não ter* (...) Não dominá-la projeta um imaginário de limitação e impotência, no embate cotidiano com os agentes do Estado (...) e do capital, em síntese com os valores e as práticas instituídos como dominantes na sociedade. (...) Aprender a discutir, a defender uma idéia, a ouvir outras idéias, a inventar argumentos na defesa de seu ponto de vista, da sua opinião é um caminho a ser trilhado” (MONTENEGRO, 1994, p. 39). Para os que permaneciam, mas não queriam se manifestar, o momento se alternava entre a atenção ao que os outros falavam, comentários com o colega ao lado, o riso com a projeção da imagem do outro no telão, a brincadeira, a zombaria...

Ao final de dez anos de trabalho, a TV Viva interrompeu seu projeto de exposições nos bairros no segundo semestre de 1994. Eduardo Homem, um dos dirigentes da TV, atribui o encerramento da experiência à falta de recursos financeiros e à necessidade de repensar o projeto da TV de rua: “estamos revendo o projeto TV Viva, no sentido de que consideramos esgotada uma fase do trabalho. Depois de dez anos nas praças, achamos que estávamos nos repetindo e não aprofundando o vínculo com as comunidades (...). A TV Viva corria o risco de se transformar em mero espetáculo, forma de lazer, o que não tem nada de mais, sobretudo, em se tratando de bairros carentes de tudo, mas não nos basta, nem é suficiente para o esforço despendido” (CHAFFIM, 1995) (grifo nosso).

Mas e na vida dos moradores desses bairros, nos quais ao longo de dez anos a TV Viva se propôs a colaborar na formação de uma consciência crítica e transformadora, deixou ela alguma semente, vestígio para esta possibilidade? Ou sua extinção - no mundo

em que a mercadoria se generaliza - é só mais um alerta de que já não há mais lugar para utopias? Dez anos de espaço apropriado para o encontro, o riso, a festa reduzem à simples *vitória* do mercado? Acreditamos que não, pois o movimento da história guarda como sentido a mudança como potência latente que a acompanha, como que a espreitar por entre frestas o instante em que possa transmutar-se de sonho em realidade. Segundo Lefebvre, quando expõe o percurso metodológico para o entendimento das possibilidades de realização plena do urbano e da vida urbana “a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e conseqüências. (...) Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem-sucedidos” isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade?” (LEFEBVRE, 1991, p.108). Não serão esses lugares de exibição da TV Viva espaços *favoráveis à felicidade*, a qual se refere Lefebvre? Pelo menos em um desses lugares - o bairro do Morro da Conceição - quem sabe não poderá estar sendo gestada essa felicidade?

Se partimos da reflexão sobre o *urbano* no sentido em que nos traz LEFEBVRE (1991, p.81-82), isto é, aquele que não restringe o urbano à forma da cidade, ainda que seja inseparável dela, que lhe atribui um conteúdo proveniente da *simultaneidade*, da *reunião*, da *convergência*, do *encontro*; o urbano como uma *qualidade* que nasce de *quantidades* (pessoas, produtos, obras e relações que se amalgamam em processos complexos no espaço e no tempo da cidade); que é um *conjunto de diferenças* que se situa num tempo e num espaço; que deve ser primazia do *uso* em detrimento da *troca*; que é produto e obra ao mesmo tempo, não poderíamos encontrar, entre o fazer comunicativo da TV Viva e os moradores dos bairros, o caminho de um repensar o urbano e a cidade?

Se não simplificarmos a noção de revolução, - na verdade, a potência revolucionária - às batalhas sangrentas das classes trabalhadoras para a tomada do Estado; mas se, ao contrário, a ampliarmos, buscando em cada elemento do cotidiano - gesto, ato,

ação não capturada, não reduzida e não redutível à lógica da mercadoria, da troca - uma possibilidade que engendra a mudança (revoluções por minuto), estaremos vendo a TV Viva; pensamos com a cautela necessária para perceber em suas ações a possibilidade de apreensão de *resíduos* passíveis de serem canalizados para a mudança.

Assim, acreditamos que essas possibilidades possam ter se dado com a proposta de um fazer comunicativo, que retira o morador do bairro do individualismo e da passividade impostos pelas redes tradicionais de TV. Isso se dá com seu chamamento de volta ao espaço da rua e da apropriação desta pelo *uso* diferenciado da *troca*. No e através do espaço, o instante do encontro na praça ou na rua para assistir a TV Viva, a aglutinação que poderá permitir a construção de relações renovadas entre o sujeito e o espaço. Através da restituição da fala, a possibilidade outra vez do encontro e da festa. Por um momento a realização plena da vida urbana, a *apropriação* como contrapartida à lógica aprisionante, homogeneizante e hierarquizante imposta pelo capital ao espaço. Por alguns momentos, interrompem-se as engrenagens da cotidianidade dominada pelo ritmo do trabalho, pela repetição mecânica, pela perda da espontaneidade, pela programação da vida através da homogeneização e da eliminação da diferença.

Por fim, no plano mais imediato, dez anos de comunicação na rua permitiram aos habitantes dos bairros desenvolver novas estratégias de luta pela melhoria de suas condições de existência? Como elas engendraram no cotidiano a possibilidade de produção de um novo lugar? E como aqueles instantes de apropriação do espaço da rua, de plena realização da vida urbana, podem ser pensados como uma projeção para um novo produzir a cidade e o urbano?

Algumas pistas apontam que os encontros proporcionados pela TV Viva - para a um tipo de *troca* que não se confunde com o *valor de troca*, antes o inverso, pela *apropriação* pelo *uso* - por alguns instantes que seja - nega-o peremptoriamente, interrompe o círculo vicioso do *cotidiano* de repetição/homogenei-

zação, em benefício da *diferença*, do reforço da *identidade* territorial/cultural dos moradores com o *lugar*; e, finalmente, estabelece novas relações entre o lugar e a mundialidade em constituição, nas quais novas práticas espaciais podem gerar novos conteúdos urbanos para a cidade e, inclusive, uma nova cidade.

A Comunicação *Privilegia o Lugar*

Dentro da diversidade e complexidade dos elementos formadores do modo de produção capitalista e de suas variações no tempo e no espaço, está aquele que mais nos interessa no âmbito de nossa reflexão sobre o lugar: o da ampliação das trocas e dos espaços de circulação à escala global que o capitalismo irá propiciar, o qual pouco a pouco irá rompendo os laços do homem com a esfera mais próxima de seu espaço de vivência, isto é, com o *lugar*. Esta separação homem-lugar é uma entre as inúmeras separações (campo-cidade, obra-produto, trabalho-lazer, teoria-prática etc.) que o capitalismo promoveu para constituir a *sociedade global* como hoje a conhecemos.

A introdução de uma divisão técnica juntamente com uma divisão territorial do trabalho, ao lado das redes de circulação e das inovações técnicas (surgimento das estradas de ferro, do telégrafo, do automóvel, rádio, telefone, do avião, da televisão), e mais recentemente a revolução das telecomunicações e a formação dos blocos econômicos (CEE, MERCOSUL, NAFTA etc.), são apenas alguns dos elementos da história do capitalismo, responsáveis pela aceleração do tempo e pela unificação do espaço pela remoção de suas barreiras, característico das relações sociais globalizadas que se configuram neste final de século⁵.

Portanto, é tendo como perspectiva as relações de uma sociedade globalizada que tende a esva-

⁵ Sobre esse longo processo histórico de formação do espaço mundial e do conseqüente enfraquecimento das relações homem-lugar, cf. MORAES, A. C. R. & COSTA, W.

ziar os conteúdos sociais localizados e a homogeneizá-los como mero espaço de consumo, que pensamos sobre o *lugar* que permanece. Se das comunidades primitivas aos bairros da atualidade, o lugar e os homens que nele se reproduziam, foram perdendo seu conteúdo e sua identidade em benefício de determinações produzidas fora do seu contexto imediato, o lugar não poderia passivamente submeter-se a essas determinações produzidas alhures. Pelo contrário, o movimento estabelecido pelas ações do conjunto das forças sociais produzidas em seu âmbito, garante o caráter dialético de amalgamação entre os conteúdos próprios que caracterizam a identidade dos habitantes com determinado lugar, e os conteúdos da mundialidade que nele vêm se realizar. É neste sentido, inclusive, que os meios de comunicação e todo o aparato eletrônico da atualidade (televisão, computador, TV a cabo, videocassete, telefone celular etc.), tem papel fundamental para se entender a cidade, o urbano e o lugar.

No que se concerne à TV no Brasil, esta que no princípio da sua história (nos anos 50 e 60), dedicava parcela significativa de sua programação a aspectos e interesses das comunidades locais e regionais, com a sua estruturação em grandes redes nacionais a partir dos anos 70, irá impor uma programação centralizada no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, ao conjunto do território nacional. Assim fazendo, como caudatária de um modelo econômico baseado no crescimento da indústria e na expansão do modo de vida urbano, será veículo de um processo cuja tendência de homogeneização avassaladora, sobretudo em relação à cultura, permitirá a integração das diferentes partes, modos de ser e culturas do país ao consumo. Neste processo desaparecem as tele-

visões locais e reduz-se a programação desta natureza nas grandes redes, ao mínimo estabelecido por lei.

O que a TV de rua nos permite pensar é que, sob o signo das mesmas relações e das tecnologias que trazem o mundo ao lugar destruindo-o a depender do uso que delas se fizer, poder-se-á levá-la à permanência, à valorização e ao reforço da identidade dos habitantes com o *lugar*. Acreditamos que isso tenha ocorrido na relação entre a TV Viva e o *lugar*. Se as grandes redes veiculam a homogeneização, a TV Viva valoriza a diferença. Se as redes que trazem consigo o *mundo* fragilizam laços de identificação coletivamente construídos a TV Viva, ao buscar na exibição a *comunicação*, a troca com o *outro*, vem reforçar aqueles laços e, assim fazendo, não terá contribuído para a permanência daquele lugar?

São, portanto, sob as dimensões do espaço de reprodução da cidade do Recife e de produção e reprodução da vida cotidiana, que estamos investigando as relações dos habitantes do Morro da Conceição com o *lugar*, a partir de uma TV de rua. Pois o bairro do Morro é uma expressão do processo de urbanização do Recife, baseado na produção e reprodução privada dos seus espaços, que força as camadas pobres a realizar sua reprodução nas favelas, morros e periferias da cidade. É em muitas dessas áreas precárias como o Morro Conceição, por exemplo, que os habitantes produzirão sua vida e seu espaço, viverão seu cotidiano de opressões e carências, engendrando aí também os movimentos de luta por melhores condições de existência. Ambos forjarão seus ambientes de sociabilidade e de encontro, seus espaços apropriados para a festa, para a troca de experiências, para o desabafo das alegrias e mágoas e, quem sabe, para a gestação do novo. Em suma, nas condições dadas para a produção da vida e do seu *lugar*.

Nessa perspectiva, a tríade *habitante-identidade-lugar* sugerida por CARLOS (1996, P. 20) para análise do lugar, é por nós utilizada para o entendimento de como os habitantes foram ocupando o es-

M. da. *A Valorização do Espaço*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1987; (ORTIZ, 1996; IANNI, 1993). Sobre a questão da produção de lugares sem identidade, sem história, isto é, não-lugares: (AUGÉ, 1994; CARLOS, 1996, p.103-129).

paço do Morro da Conceição e se apropriando dele no decorrer do último meio século.

Área na qual ao longo de mais de cinco décadas foi se concentrando uma parcela expressiva das camadas populares do Recife, a população dos morros de Casa Amarela, aí incluída a do Morro da Conceição, desde muito cedo se vê compelida a desenvolver laços que, à margem do tempo, iriam tecer tramas de relações de identidade com o lugar. Em entidades de natureza religiosa, - especialmente no caso do Morro como centro de devoção à Virgem da Conceição - cultural, política ou associativa de caráter os mais diversos, os habitantes dessa porção da cidade tiveram que desenvolver suas capacidades organizativas. Seja para reivindicar do Estado condições mínimas de existência necessárias à sua reprodução, enquanto força de trabalho (instalação das infra-estruturas urbanas básicas, por exemplo), uma vez que se tratam de áreas carentes. Seja para desenvolver no próprio bairro, espaços de sociabilidade que permitissem a fuga da racionalidade homogeneizante imposta à reprodução cotidiana que os privam de viver a própria cidade (caso dos espaços apropriados para o encontro, a festa, o lazer e as atividades culturais como a exibição da própria TV Viva, por exemplo).

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, uma vez que essas iniciativas de natureza associativa se dão por meio de relações construídas necessariamente com acento no coletivo, em contatos com o outro, produzidos no cotidiano, nas relações de vizinhança e pontos de encontro do lugar, acabam por permitir aqui e ali restaurações do uso não absorvido pela troca: "(...) esses movimentos reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples consumo do espaço (...). São pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatório tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só pode ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade.(...) Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana" (Op.

Cit, p. 72-73). Daí porque a compreensão do papel dos movimentos de luta de cunho reivindicatório e de natureza cultural e lúdica, travados nos morros de Casa Amarela e, particularmente, no Morro da Conceição constitui aspecto de importância decisiva para a configuração e o entendimento desses espaços como espaços de resistência e de identidade de seus moradores com esse lugar da cidade.

Do tempo em que se instalou a imagem de N. Sra. da Conceição no topo do Bairro, conferindo-lhe o nome de Morro da Conceição, passando por quase um século de festa, devoção e romaria anual de milhares de pessoas àquele espaço para render-lhe homenagens; pela ocupação do seu espaço como lugar de moradia; pelas lutas travadas para nele poder ficar e produzir o espaço de reprodução possível da vida, sobretudo na década de setenta; pelos conflitos já na década de noventa, entre o segmento progressista da Igreja Católica, ligado à Teologia da Libertação e o Conservador que veio substituir-lhe, ameaçando destruir todo avanço social a duras e longas penas conquistado, os sujeitos sociais que foram produzindo o Morro, foram também produzindo uma história peculiar a este pedaço da cidade tornado *lugar* quando primeiramente o próprio chão da cidade lhes foi sendo tomado e em seguida a própria cidade. Forçados a *desistir* da cidade, não o foram, porém, a desistir da vida (pelo menos não a toda Ela). Do fundo da lama insalubre emergiram para o alto dos morros e, por suas encostas íngremes seguiram reproduzindo-a. Não que ao capital não interesse gradientes avantajados. Eis porque para os dominados nunca há sossego. Eis porque foram e continuam sendo necessárias tantas lutas. Nestas a força da organização e da história foram dando feições ao Morro, feições de bairro, mas também feições do lugar: de sofrimento, de alegria e de esperança, de festa e de religiosidade. A única forma de permanecer na cidade, de nela viver e de apropriar-se dos seus pedaços e, igualmente, de encontrar chances, possibilidades de dar rumos diferentes à sua história e de vivê-la com inteireza e dignidade.

Bibliografia

- ALVES, Glória de A. *Cidade como te ver?* São Paulo: Depto. Geografia - FFLCH/USP, 1992. (Dissertação de Mestrado).
- AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*. São Paulo: Papirus, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. *Para uma crítica da economia política do signo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed., 1995.
- BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CARLOS, Ana F. A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- CHAFFIM, C. M. *O circo eletrônico - TV de rua: a tecnologia na praça pública*. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social).
- FESTA, Regina & SILVA, Carlos E. L. da. (orgs.). *Comunicação popular e alternativa no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993.
- GUIDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 1991.
- IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Moraes, 1991.
- _____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- MARICATO, A. *TV Viva Furando a Rede*. São Paulo: ECA/USP, 1994. (Trabalho de Graduação).
- MONTENEGRO, Antonio T. *História oral e memória*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- PEREIRA, Cássia M. C. G. *O circo eletrônico TV de rua: a tecnologia na praça pública*. São Bernardo do Campo: Instituto Metodista de Ensino Superior, 1995. (Dissertação de Mestrado em Comunicação Social).
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SEABRA, Odette C. de L. "A Insurreição do Uso" In: MARTINS, J. de S. (org.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SODRÉ, Muniz. *A Máquina de Narciso*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- _____. *O monopólio da fala*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SOUZA, Adriana M. de. *TV Viva furando a rede*. São Paulo: ECA/USP, 1994. (Trabalho de Graduação).



MIGRAÇÃO E COTIDIANO

Maria de Fátima Almeida Martins
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

O artigo discute a relação entre a migração populacional para os grandes centros urbanos e a redefinição do processo de acumulação do capital, partindo de uma abordagem geográfica do cotidiano. Nossa preocupação é tentar compreender a realidade social cotidiana, marcada por rupturas e perdas que acabam afetando os laços (familiares, de vizinhança etc.) do migrante.

PALAVRAS-CHAVE:

migração – cotidiano – reprodução social

RÉSUMÉ:

Cet article veut discuter le rapport entre la migration populationnelle vers les grands centres urbaines et la rédefinition du processus d'accumulation du capital, à partir d'un point de vue de ce qu'on appelle le quotidien. On a cherché au même temps de comprendre la réalité sociale quotidienne, marqué par des ruptures et des pertes qui changent les relations humaines.

MOTS-CLÉS:

migration – quotidiene – reproduction sociale

*"Zanza daqui
Zanza pra acolá
Fim de feira, periferia afora
A cidade não mora mais em mim
Francisco, Serafim
Vamos embora"
Chico Buarque, Assentamento*

Introdução

As idéias contempladas neste texto surgiram a partir das discussões levantadas no curso "Elementos para uma abordagem geográfica do cotidiano" e a escolha de se fazer uma discussão acerca da relação migração e cotidiano foi a de aclarar e suscitar questões novas para minha pesquisa, cuja temática está centrada, de forma mais geral, na relação entre a migração para os grandes centros urbanos (os da-

dos analisados aqui são especificamente da Região Metropolitana de São Paulo) e a redefinição do processo de acumulação de capital. Numa perspectiva mais específica, na formação das redes de solidariedade/sobrevivência.

Isto significa que há uma preocupação mais detida com as estratégias utilizadas pelos que compõem as fileiras de migrantes, ao enfrentar as adver-

sidades impostas pela sociedade de adoção que, por sua vez, exprime a sua incapacidade de lhes assegurar condições de reprodução - tanto ao indivíduo como à sua família -, nos marcos de uma sociedade que se pretende moderna. Para essa grande parcela da população brasileira constituída pelos migrantes, que buscam nas grandes cidades uma vida melhor, as condições que se configuram são, no entanto, de sobrevivência. O que se torna dramático num cenário onde a presença mediadora do dinheiro impõe-se como definidora da existência de pessoas que pouco ou nenhum rendimento recebem desta sociedade.

O esforço de encontrar elementos que possam substanciar a discussão acerca da temática da migração e do cotidiano está centrado, principalmente, na compreensão de que o cerne dessa relação se encontra no âmbito das tramas reprodutivas do capital. Tanto a migração, como a inserção na vida cotidiana do mundo moderno, são marcadas por rupturas significativas que acabam afetando tanto os laços (familiares, de vizinhança, de amizade,...) do migrante, como também a perda dos referenciais de seu lugar de origem. Nesse sentido, o entendimento dessa realidade social, no nível do cotidiano (nos termos em que Henri Lefebvre coloca), significa não se limitar a constatar o real dado e estabelecido mas, sobretudo, tentar ir além das trivialidades da vida cotidiana e encontrar nelas as possibilidades de transformação dessa realidade cujo conteúdo se encontra mediado pelo mundo da mercadoria¹.

Nesse sentido, antes de embrenhar-me com mais acuidade na discussão acima mencionada, no que diz respeito à relação migração e cotidiano, pro-

curo contextualizar a migração em São Paulo relacionando-a com o processo de reprodução capitalista, especialmente no momento em que a industrialização se torna o cerne da acumulação de capital no país, consolidando assim a passagem de uma economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial. É nesse momento, no qual a realidade brasileira se insere num processo de modernização claramente comandado pela indústria, que se intensifica e se torna complexa a migração interna no país, em especial de *nordesterrados*, na feliz metáfora de Francisco de OLIVEIRA (1981, p.19). O que implica, por sua vez, indicar o percurso que o processo de industrialização tomou, e vem assumindo, especialmente em São Paulo, ocasionando mudanças significativas nas tendências dos fluxos migratórios para a metrópole.

Um breve histórico da migração em São Paulo

Pode-se dizer que as alterações na dinâmica demográfica brasileira e, em particular, na do Estado de São Paulo, verificadas há alguns anos, não foram pequenas. Os últimos resultados censitários, exaustivamente analisados por sociólogos e demógrafos, revelaram uma situação que durante boa parte dos anos 80 parecia insuspeita. Sumariamente, as análises tinham em conta os dados apresentados pelo censo de 1980, que apontavam um crescimento demográfico expressivo para o Estado de São Paulo, sobretudo para a sua região metropolitana. No oeste do Estado, mantinham-se saldos migratórios negativos e, em relação às cidades, assistia-se a um crescimento do número e da importância das cidades médias. Em tal cenário, desempenhava papel fundamental para o crescimento demográfico o fluxo migratório interestadual, particularmente para a Grande São Paulo, assim como a migração das pequenas cidades do interior paulista para a metrópole. Dessa forma, esperava-se não apenas que se mantivessem elevadas as taxas de crescimento populacional para o con-

¹ Sobre o tema da vida cotidiana, Henri LEFEBVRE ressalta que não basta fazer "grandes relatos" ou investigar os mínimos detalhes dos fatos e gestos que constroem a trama da cotidianidade. Pois, "não basta ter a intenção de captar o cotidiano, é preciso também, para conhecê-lo de verdade, querer transformá-lo." (Henri LEFEBVRE, *Idéias contemporâneas* (entrevistas do *Le Monde*), p.133).

texto estadual, como um reforço da concentração populacional na metrópole.

Contudo, tais tendências não se confirmaram. Em que pese a desaceleração do ritmo de crescimento da população como um todo, confirma-se uma tendência histórica na qual desempenham papel importante fatores como a queda nos níveis de fertilidade revelando, entre outros aspectos, a constituição defensiva da família operária (OLIVEIRA, 1977. p. 143-144). A concentração populacional, apesar de mantida nas regiões do país economicamente dominantes, intensamente industrializadas e urbanizadas, mostrou-se, no entanto, e particularmente no contexto do Estado e região metropolitana de São Paulo, alterada sob alguns aspectos.

Já no final dos anos de 1980, quando os estudos estavam mais *sintonizados* com a realidade que veio a ser divulgada através dos dados do censo de 1991 (referentes ao decênio de 80), era apontado o fato de que a Grande São Paulo registrara um crescimento populacional bem menor que o esperado. Os resultados preliminares do censo demográfico tornaram explícito que

A Região Metropolitana de São Paulo, que há várias décadas vinha se apresentando como o maior pólo de atração populacional do Estado, reverte esta tendência histórica. Em 1970/1980, o saldo migratório da Grande São Paulo foi superior a dois milhões de pessoas, enquanto que no período de 1980/91 ele se tornou negativo, ficando em -443 mil pessoas, um fato inédito em 50 anos.

Na década de 1970/80, o componente migratório respondia por 51% do crescimento populacional da metrópole e o vegetativo tinha uma participação de 48%. Porém, na última década, ocorreram grandes alterações nessa dinâmica demográfica. A taxa anual de crescimento populacional ficou em apenas 1,76%, contra 4,46% no período anterior.

A migração foi, sem dúvida, o fator de maior peso na redução desse crescimento. A comparação dos dados demonstrou que a Região Metropolitana continuou apresentando uma taxa de crescimento

positiva, embora pequena em função da participação do componente vegetativo, que mais do que compensou o efeito negativo exercido pela migração nesse período.

O grande peso na tendência de crescimento verificada na Região Metropolitana é creditado ao Município de São Paulo, que representava 67,5% da população da metrópole em 1980 e passa a 62,1% em 1991. Excluindo-se a capital, a Região Metropolitana manteve um significativo crescimento populacional, com uma taxa de 3,18% ao ano, no último período. (...)

No período 1980/91, o número de municípios com taxas de crescimento superiores a 4% caiu para 17, sendo apenas 5 com taxas acima de 6%, enquanto o número de municípios com taxas menores que 2% aumentou para 7. (...).

De um modo geral, os municípios da Região Metropolitana diminuíram seus ritmos de crescimento nas duas décadas estudadas (SÃO PAULO, 1992, p.39).

Várias foram as razões que fundamentaram as expectativas desfeitas, assim como boa parte das análises sobre as tendências que depois se explicitaram. Boa parte delas parece residir na interpretação de que o processo de concentração populacional na Grande São Paulo corresponde unilateralmente à concentração industrial que historicamente tem se concretizado nesta região do país.

Não se pode afirmar que tal interpretação seja inteiramente equivocada. Um rápido recuo a alguns momentos significativos da história da urbanização e da industrialização brasileira, em geral, e de São Paulo, em particular, é suficiente para corroborá-la. Veja-se, por exemplo, que em 1940, quando a industrialização em São Paulo já exibia o ímpeto que ganhara desde os anos 30 com a modernização do parque industrial, a cidade de São Paulo já concentrava 40% da população urbana do Estado e 61% do emprego industrial. Os municípios correspondentes à atual região metropolitana de São Paulo respondiam por 62% do valor da transformação industrial (VTI)

do Estado, e 25% do total do VTI do país (ARAÚJO, p.34, 1992).

A imposição de novos padrões de acumulação de capital característica desse momento em que a industrialização adquiriu nitidez, marcada entre outros aspectos pela elevação dos patamares de produtividade do trabalho social, traduziu-se num crescimento econômico acelerado. Esse caráter explicitou-se sobretudo a partir dos anos 50, com a industrialização voltada mais fortemente para as chamadas indústrias de base, e especialmente para os Estados do Sudeste, sendo que a ação do Estado desempenhava papel cada vez mais decisivo nessa configuração. Em 1950, a Grande São Paulo já respondia por 72% do VTI total do Estado, e cerca de 33% do total do país, concentrando mais de 60% do emprego secundário, e cerca de metade do gerado nas atividades do setor terciário. Nesse período, a elevação do peso econômico relativo da metrópole, nos contextos estadual e nacional, traduz-se também pela expressão populacional que assume: a cidade de São Paulo deixa de ser a segunda mais populosa do país, ultrapassando a então capital federal, o Rio de Janeiro (ARAÚJO FILHO, 1958).

Na década subsequente, acentua-se a complexidade da estrutura econômica metropolitana. O crescimento econômico ganhou alento com o impulso na indústria e no incremento de atividades do setor terciário². O que significou expansão no emprego. En-

tretanto, pode-se ressaltar que no plano mais imediatamente dado pelo econômico, houve uma perversa combinação entre a queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação dos níveis de produtividade na indústria (OLIVEIRA, 1987).

Nos anos 70, prossegue a trajetória expansiva da base econômica da RMSP, consolidando a dominação produtiva da metrópole paulista nos mercados estadual e nacional, alcançada pela concentração dos investimentos industriais verificada desde o decênio de 50³. Por sua vez, as taxas anuais de crescimento da população no Estado de São Paulo (3.19% para o período 1960-70, e 3.49% para o decênio seguinte) superam as do país como um todo (respectivamente 2.75% e 2.48%), sendo as da região metropolitana ainda mais elevadas: 4.46% no período 1970-80, por exemplo⁴.

Contudo, é em meados do decênio de 70 que se esboçam os traços das alterações econômicas que irão marcar a RMSP nos demais subsectores da economia urbana, bem como no próprio setor industrial, que viria a passar por modificações nada desprezíveis. É nesse período que o eixo de implantações industriais em São Paulo passou por redefinições, impondo novos atributos à urbanização não só da Grande São Paulo, como também das demais regiões do Estado.

A partir daí, a trajetória de crescimento econômico acelerado na metrópole, alicerçado na con-

² "A Grande São Paulo passou a concentrar 54% da PEA ocupada no setor terciário, ultrapassando pela primeira vez o interior do Estado, que detinha até 1950 maior peso na geração do emprego desse setor. A estrutura ocupacional da região metropolitana na década de 50 sofreu importante transformação na direção do crescimento do setor terciário. Em 1960, segundo dados do censo, o terciário absorveu praticamente 60% da população economicamente ativa da metrópole; o setor secundário, em face do reequipamento de vários ramos tradicionais, sofreu pequena redução, de 45% em 1950, para 36% em 1960 (embora mantivesse a mesma proporção de 1950 em relação à PEA secundária do Estado)." (Maria de Fátima Infante ARAÚJO, *op. cit.*, p.37).

³ Em 1970, enquanto o Estado de São Paulo como um todo respondia por 58,2% do VTI nacional, a região metropolitana sozinha respondia por quase 45% do produto industrial nacional. Em termos estaduais, torna-se ainda mais flagrante tal concentração na RMSP: nela concentrava-se 50.73% do número de estabelecimentos industriais; 69.78% do pessoal ocupado na indústria; e quase 75% do total do VTI do Estado, com expressiva concentração na produção de bens de consumo duráveis e de capital, como material de transporte, mecânica, material elétrico e de comunicações, este último participando com 93% do total do Estado (ARAÚJO & PACHECO, 1992).

⁴ Fonte dos dados: SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *O novo retrato de São Paulo, op. cit.*

centração industrial, perde fôlego. É então nas chamadas cidades médias próximas à RMSP que passa a se verificar maior crescimento industrial e populacional, processo conhecido comumente como desconcentração industrial da metrópole paulistana que, por sua vez, levou regiões como Campinas, Vale do Paraíba, Sorocaba e Baixada Santista, a conhecer um processo de urbanização e industrialização mais acelerado que o da metrópole⁵.

Em verdade, é a esse processo de redistribuição territorial da indústria, tanto em termos do contexto estadual, entre a RMSP e o interior do Estado, quanto em termos intrametropolitanos - processo que chegou a ser denominado de "desconcentração centralizada"⁶ -, que foram imputadas as principais razões para a reversão de um comportamento demográfico historicamente caracterizado pelo acentuado crescimento populacional da Grande São Paulo, em especial da capital, alimentado sobretudo pelo componente migratório⁷.

Não se deve desconsiderar, porém, que tal configuração econômica e demográfica recente corresponde a um processo mais amplo e complexo, cujo desvendamento tem na chamada desconcentração industrial um dos seus indícios. Em verdade, além dos processos em curso na Grande São Paulo remeterem ao entendimento das modificações na estrutura produtiva e funcional da própria metrópole, e em especial da cidade de São Paulo, eles implicam, também e sobretudo, na consideração da redefinição dos processos produtivos e de acumulação cuja determinação se dá no âmbito do mercado mundial.

As redefinições a que atualmente se assiste na sociedade brasileira, no que diz respeito aos processos de produção e acumulação, põem diante de nós novos parâmetros para a análise de tal realidade. É sobejamente conhecido que a economia nacional é co-participante de um mercado mundial onde é forçoso aos capitais que nele operam acompanhar a redefinição dos padrões de produtividade, configurada,

⁵ O processo de relativa reversão da concentração industrial na RMSP, sobretudo no município de São Paulo, núcleo da metrópole, pode ser verificado confrontando-se as taxas médias de crescimento anual do período 1970-80 com as do período posterior, de 1980-85, quando se explicitam as reduções nos números de estabelecimentos industriais e no total do pessoal ocupado nas atividades secundárias na Grande São Paulo. Tal trajetória de arrefecimento do crescimento industrial na RMSP não implicou, todavia, em consideráveis quedas na participação relativa da base industrial metropolitana no conjunto do Estado. Antes de mais nada, é bom lembrar que as atividades industriais na RMSP continuam a responder por boa parte do dinamismo da industrialização paulista, em razão, sobretudo, da expressão assumida por municípios como São Bernardo do Campo, Santo André, São Caetano do Sul, Mauá, Diadema, Mogi das Cruzes, Osasco e Guarulhos, bem como pela redefinição das unidades produtivas em determinados segmentos industriais.

⁶ "Começaram a ser constatados, em torno de 1970, os primeiros sinais de desconcentração econômica a partir de São Paulo. Trata-se basicamente de um crescimento industrial mais acelerado fora da RM de São Paulo, e do

Estado de São Paulo, do que dentro deles. Este fenômeno chegou a ser interpretado como resultado das políticas regionais do governo federal que visavam a descentralização. Entretanto, demonstrou-se que esta redistribuição espacial de atividades industriais, em que São Paulo vinha, aparentemente, perdendo importância era, sobretudo, um movimento espontâneo do capital industrial paulista em direção à periferia do próprio pólo dominante. Neste sentido, a aparente desconcentração serviria para reforçar ainda mais a dominação do pólo principal; trata-se, nessa ótica, de uma 'desconcentração centralizada' em torno do pólo de São Paulo e não de uma redução do seu poder ou de sua influência" (MARTINE, 1992, p.5).

⁷ "Fundamental na recente inversão do processo de concentração progressiva da população em localidades cada vez maiores foi a desconcentração industrial a partir da RM de São Paulo, que vem se desenhando desde 1970. Esta desconcentração pode ser interpretada como uma resposta natural do mercado contra a saturação e o agigantamento. Visto a posteriori, era inevitável que a desconcentração econômica levasse, cedo ou tarde, a um fortalecimento demográfico das localidades beneficiadas com a desconcentração". (Ibid., p.27).

por sua vez, pela combinação de utilização intensa e maciça de ciência e tecnologia avançadas através de grandes investimentos. Trata-se, portanto, de redefinições nos padrões acumulativos que, além de evidenciar o estabelecimento de novas formas organizativas dos capitais, mostram também que as modificações nos processos produtivos propriamente ditos têm implicado em mudanças no mercado de trabalho, uma vez que investimentos pesados em ciência e tecnologia, como requisitos fundamentais aos capitais envolvidos para alcançar os níveis de produtividade dados pelos mercados mundiais, têm resultado, em vários segmentos da atividade econômica, não apenas em crescentes exigências no que concerne à especialização do trabalhador, como também numa perda efetiva de participação do trabalho vivo nos processos produtivos.

É importante ressaltar que essa dinâmica de *descentramento* do trabalho vivo não se explica tão somente pelos mecanismos específicos dos processos produtivos mobilizadores da força de trabalho para a indústria⁸. Isso não significa que se pode desconsiderá-los na explicação dela. No entanto, outros aspectos não diretamente ligados a eles devem ser considerados, como, por exemplo, as ações do Estado, que tem presença decisiva na reprodução desta sociedade.

A migração no contexto da reprodução social

A reprodução da formação social capitalista implica na modernização, já dizia Marx. Nela repousam contradições imensas e terríveis, pois assim como populações inteiras são empurradas para o mercado, literalmente arrancadas de espaços secular-

mente produzidos e reproduzidos fora das determinações fundamentais do capitalismo, e condenadas a viverem sob o tempo do capital e de sua reprodução, a modernização capitalista atira parcelas expressivas da sociedade para fora das suas relações de produção específicas. Neste fim de século XX esse fato é flagrante. É cada vez maior o número de pessoas não incorporadas diretamente às relações especificamente capitalistas de produção: são os chamados excluídos, sobrantes que não mais cabem no conceito de exército industrial de reserva.

Nesse sentido, o avanço técnico logrado sob o capitalismo encerra não mais a virtualidade da emancipação do homem em relação ao dispêndio intenso de trabalho vivo, uma vez que isso já se constitui em fato histórico concreto. Mas, se as forças sociais despertadas pelo capital engendraram um mundo onde a natureza bruta já não mais se põe como ameaça à reprodução social, o horizonte do não-trabalho posto por esta forma de sociedade não anuncia nada de emancipatório, haja vista que a possibilidade do não-trabalho se transforma, desgraçadamente, em desemprego⁹ ou em emprego precário, o que, não sem alguma razão, tem alimentado algumas das interpretações que ultimamente vêm ganhando expressão na explicação do mundo atual¹⁰

Nessa nova configuração, a migração ganha sentidos que passam ao largo de conceitos e noções

⁸ Como tem ressaltado Francisco de Oliveira, a questão do emprego não se explica apenas pelo viés tecnológico, "porque se fosse a tecnologia o fator determinante, o Japão seria o país com maior taxa de desemprego, e é o que tem a menor." (CEBRAP, *O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso*, p.58.).

⁹ "(...) a atual reestruturação produtiva traz consigo uma mudança qualitativa inédita no longo caminho percorrido pelos homens em seu processo de transformação da natureza. (...). A tendência da revolução microeletrônica, aliada às novas formas de gestão e organização, ao contrário das anteriores, é não expandir o mercado de trabalho do setor onde é implantada e nem de qualquer outro. Isso significa que não há incorporação de mão-de-obra na economia como um todo. Há um aumento brutal da produtividade sem geração de emprego. Na verdade, a tendência é a diminuição progressiva de postos de trabalho, tanto no curto como no longo prazo." (EVELYN, 1994, p. 9).

¹⁰ Robert Kurz é um dos expoentes mais recentes de tais interpretações. "(...) a abolição do trabalho, no invólucro do sistema produtor de mercadorias, não nasce como

como os de formação do exército industrial de reserva e de mobilidade da força de trabalho pelo capital (GAUDEMAR, 1976), uma vez que, na reprodução capitalista da sociedade, a força de trabalho contraditoriamente a única mercadoria especificamente criada pelo capitalismo - conta cada vez menos.

O que não significa que deixou de existir, por exemplo, migração instrumentalizada pelo capital com objetivo de redução do preço da força de trabalho, sobretudo nos ramos de atividade econômica onde a participação de trabalho vivo ainda é expressiva. O que se quer dizer aqui é que o processo de industrialização apresenta atualmente como tendência uma situação diversa da que o caracterizou sobretudo a partir dos anos 50, quando o modo de acumulação urbano-industrial que então se consolidava exigia, dentre as principais condições que garantissem a reprodução dos capitais investidos a taxas de lucro crescentes, a formação de um extenso exército industrial de reserva às custas dos que chegavam às grandes cidades do país (isto é, Rio de Janeiro e São Paulo), onde se dava a passos largos forte concentração industrial, traduzindo-se no modelo urbano-industrial hegemônico¹¹

pura alegria e felicidade, mas somente em forma negativa, como crise, e finalmente como crise absoluta da reprodução realizada dessa forma, situação que já se anunciou por uma seqüência histórica de crises de ascensão relativas da sociedade de trabalho moderna. A sociedade mundial capitalista está se aproximando assim de sua prova de resistência e sua ruptura (...). A maioria da população mundial já consiste hoje, portanto, em sujeitos-dinheiro sem dinheiro, em pessoas que não se encaixam em nenhuma forma de organização social, nem na pré-capitalista nem na capitalista, e muito menos na pós-capitalista, sendo forçadas a viver num leprosário social que já compreende a maior parte do planeta. Não fala a favor da compreensibilidade do mundo que ele fique observando esse espetáculo há mais de duas décadas e continue praticando impassivelmente e sem crítica precisamente aqueles negócios cujo andamento apenas acelera cada mais o desastre, que por fim não poupará ninguém." (KURZ, 1992, p. 195).

Nesse sentido, o aspecto *excludente* da modernização, nos dias atuais, tornou-se ainda mais cruel. Em síntese, se a situação anterior caracterizou-se por uma perversa combinação entre queda da participação dos salários na distribuição da mais-valia global e elevação nos níveis de produtividade da indústria, hoje assiste-se à continuidade da elevação da produtividade, porém, num contexto onde a forma salário perde cada vez mais expressão no interior dos processos produtivos.

Em tal cenário, onde a virtualidade histórica da sociedade do não-trabalho se traduz perversamente em ampliação do desemprego estrutural, a inclusão ao processo de valorização dos tornados *excedentes* se dá, em países como o Brasil, através de formas indiretas. Veja-se, por exemplo, o crescimento de moradores de ruas, evidenciando que, para estes, o limite da vida passa pelo fio da sobrevivência. Uma sobrevivência mediada e determinada pelo que conseguem ter do tempo que não lhes pertence. Trata-se dos que não são incorporados diretamente ao tempo linear, marcado pela regularidade do relógio: são os sem trabalho e *obrigações* dele decorrentes. Mas, mesmo não incluídos diretamente nas relações de produção, estão indiretamente envolvidos nas tramas reprodutivas do capital, como se verifica, por exemplo, no caso dos catadores de latas e papel, entre outros que foram inseridos nos circuitos das indústrias de reciclagem¹²

¹¹ Naquele momento, a industrialização exigia que as taxas de urbanização geradas fossem muito acima do próprio crescimento de incorporação da força de trabalho exigida pela indústria. Dessa forma, as extensas periferias das cidades industriais, que engrossavam a cada dia, funcionavam como verdadeiras forças produtivas, impulsionando a acumulação. Tal interpretação opõe-se às que trabalham com uma correspondência unilateral entre industrialização e urbanização, aludidas anteriormente. A este respeito, cabe conferir as análises elaboradas por (OLIVEIRA, 1987).

Porém, a migração, enquanto processo, nesse quadro de modernização da economia brasileira, não pode ser vista apenas como uma das determinações que se dá no âmbito da redefinição dos processos produtivos. Como mencionei, na modernização o capital se utiliza da sua capacidade de transformar pequenos produtores simples de mercadorias em meros vendedores da sua própria força de trabalho ou, mais precisamente, na transformação de camponeses em proletários. Essa *passagem*, entretanto, não é mecânica, desprovida de conflitos, pois são "históricas as lutas e resistências dos expropriados, tanto a nível individual, como social" (SILVA, 1990, p.6). O que significa "que a dinâmica da sociedade exprime-se não só pelas relações entre os sujeitos, mas pelas relações dos sujeitos com as condições de produção da história" (MARTINS, 1973, p. 18). Nesta perspectiva, a migração deixa de ser vista apenas como componente de um determinado comportamento demográfico, ou ainda como movimentação de massas de trabalhadores expropriados pelo capital, e o migrante não aparece nesse processo apenas como vítima. A impessoalidade e a frieza do número ou do conceito ganham dimensões postas pelo entendimento da migração como estratégia de reprodução (ou sobrevivência) da família e do indivíduo.

¹² "Misturam-se na rua trabalhadores cujas fontes de sobrevivência se originam dela mesma, como é o caso dos catadores de papel, lavadores e guardadores de carro; desempregados em busca de pequenos bicos, cujo rendimento não lhes permite o pagamento da moradia; e os que vivem de mendicância e da contravenção." (VIEIRA, 1992, p.159).destina a totalidade dos migrantes). E é aí que o pedaço toma contornos mais nítidos, dada a própria natureza das relações que se estabelecem na metrópole, onde há uma clara tendência a dispersão, dificultando portanto a criação de laços de relações mais duradouras. Neste sentido, é que, "é principalmente o lugar de moradia e vizinhança que congrega as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida no pedaço" (Ibid., p. 7).

Dessa forma, a ampliação do enfoque permitirá considerar no mesmo plano de destaque a formação de laços de mútua ajuda entre os migrantes. O estabelecimento de tais relações que num primeiro momento chamo de formação de redes de solidariedade parece constituir-se em forte indício de que o migrante, alcançado em algum momento de sua vida pelo processo de proletarianização, cada vez menos se transforma em operário¹³ e, no caso de verificar-se tal diferenciação social, a inserção em redes de solidariedade pode também revelar que o salário vem perdendo a capacidade de reproduzir a força de trabalho.

Nesse sentido, torna-se oportuna a discussão acerca do conceito de rede, para além do seu tratamento como estratégia técnico-funcional, moldada por uma razão instrumental consagrada à intensificação de fluxos de mercadorias e/ou informações,

¹³ Este processo está na essência do próprio modo de produção capitalista, que estabelece formas de reprodução das relações sociais de produção, levando a sociedade a se reproduzir da forma mais ampliada possível, ou seja, alargando cada vez mais o nível da proletarianização. Sobre a distinção entre operariado e proletariado, tem-se a valiosa contribuição teórica de Henri Lefebvre que, no seu percurso de entendimento do mundo atual, resgatou o sentido dado inicialmente pelo próprio Karl Marx à noção de proletarianização. "Ao lado da classe operária produz-se uma proletarianização gigantesca (...). Com elementos conflituais novos. Se se define o proletariado pela ausência de laços jurídicos e práticas com os meios de produção, a proletarianização alcança o mundo inteiro: proletarianização das classes médias, dos colarinhos brancos, dos camponeses arruinados e não integrados à produção, em toda sorte de países da América Latina, por exemplo, nas periferias urbanas.(...) Mais a juventude, mais os intelectuais para os quais o conhecimento não estabelece laços com os meios de produção; mais os negros; mais os trabalhadores imigrados. Enorme proletarianização correspondendo muito exatamente à noção marxista inicial, isto é, à noção de classe separada dos meios de produção, carregada de negatividade, capaz, em certas condições, de uma luta de morte para tudo transformar" (LEFEBVRE, Henri. *La survie du capitalisme*, p.134 -135).

nos quais o próprio trabalhador se encontra inserido. Ou seja, o fortalecimento da desterritorialização característica da dinâmica capitalista¹⁴ carrega também perspectivas cuja decifração não se dá exclusivamente pelos significados contidos nas relações engendradas pelo capital nos processos produtivos que lhes são específicos. Assim, a formação de redes de solidariedade/sobrevivência, constituída por laços familiares e/ou de amizade, pode ser encontrada tanto entre os migrantes que participam efetiva e diretamente das relações de produção capitalistas, quanto entre os que se encontram *fora* delas.

Em suma, a formação de redes de solidariedade pode estar indicando que o plano de existência que se abre para o migrante, e para o conjunto do proletariado (entendido aqui na acepção mencionada anteriormente), é cada vez mais o da sobrevivência, e não o da reprodução social.

A análise de tais redes, às quais me refiro aqui, decorre, portanto, menos da perspectiva de vê-las aprioristicamente como *situação-limite* do proletariado, que da perspectiva de tentar entendê-las também como expressão do enfrentamento, pelos sujeitos, de tal *situação-limite*.

Migração e cotidiano

A discussão que precede ao tema migração mostra que, enquanto processo, está configurada nos liames da sociedade capitalista, que se torna “um evento historicamente determinado pela expansão do modo de produção capitalista” (MARTINS, 1973, p.22). Neste sentido, pode-se dizer que as motivações dadas aos migrantes para deixarem seu lugar de origem não estão apenas em simples impulsos individuais, mas resultam, fundamentalmente, das condições de vida nas quais estão submetidos no seu

lugar de origem, quais sejam, na sua grande maioria, a expropriação ou a insuficiência de condições de reprodução sua e de sua família.

Pode-se dizer que, neste processo, a migração se constitui de dois momentos bem diferentes, que podem ser analisados tanto em termos definitivos, como em termos temporários. Na migração temporária, o tempo (a duração), torna-se demograficamente essencial, do mesmo modo que em termos sociológicos, o essencial é a concepção de ausência. Na migração temporária “mais do que migrantes temporários, há um definido universo social da migração temporária, mais do que *trânsito* de um lugar a outro, há *transição* de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir - é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais” (MARTINS, 1988, p.45). Neste momento, o migrante que vive a duplicidade de duas socializações, a da dessocialização nas relações de origem e a ressocialização nas relações de *adoção* (MARTINS, 1988, p.50), pouco vai desfrutar, ou melhor, pouco vai viver o que a sociedade dita de *adoção* dispõe, por razões bastante simples: primeiro porque o objetivo de sua permanência nesta é a de conseguir recursos monetários e, com isso, voltar e, segundo, porque, dadas as condições de trabalho, com jornadas extensivas as quais é submetido, a quase totalidade do seu tempo reduz-se ao tempo do trabalho. O sentido de sua saída é de “trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições da sua sobrevivência como camponês” (MARTINS, 1988, p.52). Contudo, o que acontece é que ao invés da existência camponesa ser fortalecida pelo trabalho assalariado na cidade, é o trabalho na roça, cuja incumbência durante essa ausência representada pela migração recai sobre o conjunto da família camponesa, que repõe esse trabalhador migrante.

Várias atividades econômicas são desenvolvidas com base na migração temporária (que, por sua vez, pode ser subdividida em cíclica e não cíclica) como fonte principal de força de trabalho, por exemplo: cor-

¹⁴ Cf. Rogério HAESBAERT, *Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão*, passim.

tadores de cana, trabalhadores da construção civil, garimpeiros, peões-do-trecho. Para esses migrantes, no seu lugar de origem a vida ultrapassa as fronteiras do trabalho, estende-se para além da roça, indo em direção ao conhecimento de seu mundo rural, que vai do tempo de plantar seu sustento, obedecendo ao tempo cósmico, ao dia do festejo da colheita. Ao sair, o migrante, e principalmente o camponês, deixa para trás sua família e, mais do que isso, deixa para trás todo este universo no qual tem o conhecimento das relações da vida cotidiana que os envolve. Em contrapartida, naquelas atividades desenvolvidas com base em relações especificamente capitalistas, caracterizadas pelo controle direto do processo produtivo exercido pelo capital e, particularmente, nas atividades sediadas nas grandes cidades, destino de grande parte dos migrantes, as condições com as quais se defrontam, são completamente diferentes daquelas vividas anteriormente. Para o migrante, sobretudo nas metrópoles - no mundo que se lhe apresenta -, prevalecem a impessoalidade e o distanciamento do outro, e a relação de proximidade mais imediata entre as pessoas, passa a contar cada vez menos.

Na verdade, no mundo que envolve as migrações e, em especial as temporárias, prevalecem a carência e a ausência. Carência, porque para o camponês migrante, no seu lugar de origem, as suas condições de vida não ultrapassam as da mera sobrevivência, pois o cerco que o capital lhe impõe agrava substancialmente "a deterioração dos preços dos seus excedentes agrícolas (que) lhe é particularmente fatal, pois reduz a sua capacidade de compra dos artigos que complementa a sua subsistência e que não pode produzir diretamente" (MARTINS, 1988, p.52). E ausência, porque obrigado a sair e, longe de seu *pedaço*¹⁵ predominam relações com um universo cujas mediações estão fundadas principalmente no dinheiro e todo o processo de trabalho; na indústria, na construção civil, dentre outras, é dominado pelo tempo linear do capital. Já não há mais lugar para as estações, nem dia ou noite, tudo está sob o jugo do capital, que subverte o tempo. Assim, este migrante

se vê dentro de um mundo no qual não se reconhece, onde está sempre de *fora*.

Assim, nas cidades, o migrante já não se reconhece no ritmo que lhe foi imposto, pois mesmo participando cotidianamente deste, escapam do seu conhecimento os porquês das ações mais elementares de sua vida cotidiana, uma vez que as transformações com as quais se depara estão inscritas e prescritas na linearidade do capital, que só vem reforçar e enfatizar a (re)produção de gestos e atos homogêneos, condicionados e subordinados às exigências de uma sociedade voltada para o consumo da qual ele participa precariamente. O cotidiano que aí se instala, "torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada" (LEFEBVRE, 1991, p. 82), definido pela lógica racional e burocrática do capitalismo moderno impondo um ritmo de imutabilidade à vida. E a cotidianidade que se instaura na metrópole, vem, assim, carregada de previsibilidade dos atos repetitivos e fragmentários da vida, ou seja, "esta cotidianidade entra na troca generalizada e, por consequência, no sistema de equivalências que regula as trocas: isto vale tanto, aquilo vale tanto. Dele resulta uma tendência à repetição que acompanha a repetitividade na produção" (LEFEBVRE, p.107 Apud FREHSE,

¹⁵ Em volta do "pedaço" existe "um componente de ordem espacial a que corresponde determinada rede de relações sociais"(MAGNANI, José Guilherme Cantor. *O lazer da população de origem migrante na metrópole*. p. 7). Por ter tal configuração, o pedaço, pode servir como referência tanto para o campo (lugar de origem), como para a cidade(para onde se destina a totalidade dos migrantes). É aí que o pedaço toma contornos mais nítidos, dada a própria natureza das relações que se estabelecem na metrópole, onde há uma clara tendência a dispersão, dificultando portanto a criação de laços de relações mais duradouras. Neste sentido, é que, "é principalmente o lugar de moradia e vizinhança que congrega as pessoas, permitindo o estabelecimento de relações mais personalizadas e duradouras que constituem a base da particular identidade produzida

1996, p.78). Emerge daí o princípio da igualdade, centrado em equivalências coisificadoras que concedem igualdade não só às coisas, mas também às relações sociais, constituindo assim elemento fundamental para o capitalismo. Entretanto, essa igualdade não passa de uma abstração, pois carrega contradições imensas, que obscurecem a realidade, e “as mediações que permitem aos homens querer ser iguais e acreditarem que são iguais carregam a ambigüidade de, ao mesmo tempo, diferenciá-los concretamente, na medida em que o acesso às *maravilhas* do consumo, ao tempo de lazer, à possibilidade de exercer a criatividade livremente é distribuído de maneira heterogênea” (FRESHSE, 1996, p. 78-79).

O que se constitui daí é uma sociedade ambígua e repleta de contradições, que estabelece a igualdade e a repetitividade como formas mediadoras para a produção e reprodução das relações sociais, constituindo uma cotidianidade “organizada representivamente de acordo com opressões, pela ideologia persuasiva do consumo, mais ainda que pela realidade desse consumo” (LEFEBVRE, 1991, p. 88).

Pode-se dizer, então, que a cidade, e mais especificamente a metrópole, representa para o migrante uma possibilidade de emancipação da condição em que vive em seu lote agrícola, próprio ou arrendado, pelo rompimento das condições que o

aprisionam ao jugo e coerção das relações de dependência pessoal com o fazendeiro. Entretanto, se a migração, principalmente a temporária, aparece como possibilidade, a sua efetivação implica em rupturas que na sua grande maioria só podem ser *conservadas* através da mediação do dinheiro, que lhe permita transcender o nível da satisfação das necessidades mais elementares. No entanto, as contradições que movimentam esta sociedade se abatem perversamente sobre tais migrantes. É no nível do cotidiano que elas afloram, fazendo com que o migrante (homem comum) se defronte com a história da qual faz parte, com a dissensão entre o mundo de sinecuras que ajuda a construir e as privações que passa em sua vida.

Assim, a formação das redes de solidariedade, constitui-se num dos elementos fundamentais para a sobrevivência na cidade, ao mesmo tempo em que é reveladora da verdadeira dimensão da carência. A solidariedade, fruto de experiência concreta de ajuda, nasce da vivência comum de desassistências e de necessidades vitais infimamente supridas. Uma vez que tais necessidades não são meramente *animais*, a solidariedade se constitui como estratégia para tentar viabilizar as condições para que o migrante encontre não apenas *comida e guarida*, mas reencontre, também, a festa, perdida ao longo de sua caminhada.

Bibliografia

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante. “Os cem últimos anos na História da cidade e a formação da Grande São Paulo” In: SÃO PAULO. Governo do Estado. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992. v.6.

ARAÚJO, Maria de Fátima Infante & PACHECO, Carlos Américo. “A trajetória econômica e demográfica da metrópole nas décadas de 70-80” In: São

Paulo. Governo do Estado. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: SEADE, 1992. v.6.

ARAÚJO FILHO, J. R. “A população paulistana” In: AZEVEDO, Aroldo de (coord.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v.II.

CEBRAP. “O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso debate com José Roberto

- Mendonça de Barros, Luiz Gonzaga Belluzzo, Francisco de Oliveira, Sérgio Abranches e José Arthur Giannotti" *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.44, mar. 1996.
- EVELYN, Suzana Sochaczewski. "Novas tecnologias para que?" *Travessia*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano VII, n.18, jan./abr. 1994.
- FREHSE, Fraya et al. "O estranho do sonho: entre o imediato e o possível" In: MARTINS, José de Souza (org). *(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilité du Travail et accumulation du capital*. Paris: Maspero, 1976.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *Idéias contemporâneas (entrevistas do Le Monde)*. São Paulo: Ática, 1989. p.131-137.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. "O lazer da população de origem migrante na metrópole" In: *Travessia*, São Paulo: Centro de Estudos Migratórios, ano III, n.7, maio/ago. 1990.
- MARTINE, George. *Processos recentes da concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1992.
- MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, José de Souza. "O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil" In: _____. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital" In: _____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1987.
- SÃO PAULO. *Governo do Estado*. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. *O novo retrato de São Paulo: avaliação dos primeiros resultados do censo demográfico de 1991*. São Paulo: SEADE, 1992.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Como "expulsar o camponês do proletário" *Travessia*, São Paulo, ano III, n.8, Centro de Estudos Migratórios, set./dez. 1990.
- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa et al. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: Hucitec/Prefeitura Municipal de São Paulo, 1992.



O COMÉRCIO TRADICIONAL NA CIDADE QUE SE PRODUZ: O CENTRO DE BELO HORIZONTE

Ana Lucy Oliveira Freire
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

Este artigo visa discutir as transformações pelas quais vem passando o tradicional comércio localizado no centro da centenária Belo Horizonte. Primeiramente, nós analisamos os efeitos do consumo sobre a produção do Espaço Urbano, consumo este que vai além das meras necessidades básicas de sobrevivência. Em seguida, discutimos os conceitos de *centro* e de *comércio*, buscando entendê-los de modo inter-relacionados. Por fim, voltamos nossa atenção ao Comércio Tradicional do Centro de Belo Horizonte, para suas especificidades e para sua importância na cidade.

PALAVRAS-CHAVE:

cidade – urbano – comércio tradicional – centro

ABSTRACT:

This article discusses the transformations suffered by the traditional trade located at Belo Horizonte's downtown area. First we analyse the effects of the consumption, that goes far beyond the minimum required for a human being survive, on the urban space production. Then, we discuss the concepts of "downtown area" and of "trade" trying to make a connection between them. Finally, we see how works the Belo Horizonte's downtown area traditional trade, its characteristics and its importance to the city.

KEYWORDS:

city – urban – traditional commercial activities – downtown

Introdução

O dinamismo, a vida movimentada e o importante papel que o (tradicional) centro comercial de Belo Horizonte ainda representa para esta cidade, são motivações que nos levaram a refletir sobre o significado e as mudanças porque o mesmo vem passando - o que não está desacompanhado de transformações no espaço urbano. Assim, ao longo desse texto, longe de exaurir o assunto, discorreremos so-

bre a história deste território onde se concentram as atividades comerciais, financeiras, de lazer etc. O centro reúne possibilidades de sociabilidade, proporciona momentos lúdicos, conduz aos devaneios... instiga o ócio.

De tempos em tempos, urbanistas e planejadores locais trazem à tona discussões à respeito da necessária renovação ou revitalização do centro ner-

voso dessa cidade, posto que ao torná-lo *limpo*, evitar-se-iam os *problemas*, quer dizer, os transtornos causados pela multidão. Contudo, as políticas de limpeza do centro se resumem, quase sempre, na destruição de parte da memória do lugar e, raramente, fundamentam-se na preservação dele.

O processo de produção do espaço urbano de Belo Horizonte que, nesse ano (1997), completa cem anos, tem sido incessante no seu dia-a-dia, no constante destruir-construir-destruir, nas áreas mais antigas. Ou seja, é comum antigos prédios, casas e pontos de referência surgidos nas primeiras décadas do século cederem lugar a novas formas, a exemplo do que vem ocorrendo com o comércio tradicional distribuído pelas ruas e avenidas centrais. Desse modo, chama-nos a atenção no processo o fato de que, a cidade amplia sua mancha urbana horizontal e verticalmente, e nessa arrebatada construção diária, salta aos olhos aqueles elementos muito novos, modernos (ou até ditos pós-modernos), e o velho, o antigo, o tradicional, posto que resistem em meio a proliferação do imediatamente novo, cujas formas se transformam rapidamente.

No centro (histórico) dessa cidade, existe um território que se sobressai pela concentração, desde longa data, de casas comerciais tradicionais. Estes estabelecimentos, em grande parte varejistas, são tomados como tradicionais menos pelas formas antigas de construção (muitas vezes já reformadas, ou com fachadas poluídas pela publicidade), e mais por abrigarem ramos do comércio de mercadorias considerados antiquados, arcaicos, fora de moda, anti-modernos, velhos, que se assemelham às coisas da roça, do sítio, da fazenda, do interior ou do mato. Enfim, toda uma ordem simbólica de coisas, as quais contribuem para afirmar identidades, maneiras de viver (rústicas?) que comportam tudo o que não faz parte do urbano de hoje, aproximando-se mais do mundo rural. A área resguarda objetos religiosos, como os de umbanda, quinquilharias de cozinha feitas em ferro e alumínio, tecidos coloridos de algodão para usos diversos, remédios e ervas naturais, roupas

de cama, mesa e banho, armas e munições, ferragens, mobílias e tapetes. Compõem parte desse diminuto mundo, as drogarias, as livrarias e papelarias, lojas de bijuterias, as alfaiatarias, chapelarias, mercearias, açougues, mercadinhos e armarinhos que têm de tudo, distribuidores de bebidas, floras, atacadistas de fazendas (tecidos) e couros, casas de artigos fotográficos, de eletricidade, de cereais, relojoarias e joalherias etc., os quais tem seu público consumidor que, em grande parte, é representado por migrantes, saídos do interior do Estado, habitantes de bairros afastados do centro da cidade. Mas, também, serve a moradores de outros municípios que compõem a região metropolitana, além de novos e antigos freqüentadores instalados nas proximidades do centro dessa cidade.

Esse pequeno centro (um miolo histórico), faz parte de um mundo cercado de coisas tidas como populares, simbolizando um modo de vida que em nada se assemelha ao da cidade grande; da metrópole moderna que se reproduz de maneira veloz. Resiste e persiste, fato que nos inquieta, chama a atenção e, por isso, merece pesquisas, reflexões e questionamentos. Esse é o motor que nos faz perguntar onde e como situar nas análises geográficas, em especial na Geografia Urbana, o lugar dessas resistências que ocorrem no centro da cidade, na perspectiva do entendimento acerca do processo de produção do espaço urbano mais precisamente, da metrópole belohorizontina. Ou seja, quais os caminhos que podem apontar e discutir esse *mundo tradicional* que tende a desaparecer ou ser cooptado pelo que se institui como parte do mundo moderno?

As respostas não estão dadas, restando-nos percorrer e burilar os elementos que compõem esse objeto de investigação: o comércio tradicional localizado no centro (histórico) da cidade. No mais, a contribuição dos saltos e conquistas alcançados pela Geografia Urbana nos últimos tempos, tendo como finalidade entender a realidade urbana atual que se nos apresenta é, para nós, preciosa. Daí a necessidade de comerçarmos esse trabalho, na verdade um

exercício reflexivo, esboçando, no item 2, discussões que sugerem como podemos apreender e compreender o comércio tradicional localizado no centro da cidade, inserido no processo de produção do espaço urbano, que entendemos estar para além do estudo da cidade, a base física, a paisagem urbanizada, isto é, busca intuir sobre a sociedade urbana em constituição.

Necessitamos não exatamente comprovar, através de estudos empíricos, as mudanças ocorridas nesta área, mas enriquecer a pesquisa com um material diversificado (mapas, fotografias, material ilustrativo de épocas anteriores, bibliografia etc.) e específico sobre o comércio tradicional localizado em ponto central (histórico e simbólico) de Belo Horizonte. Assim, colaboramos para a continuidade nas nossas pesquisas sobre a cidade, enfatizando o comércio, tema muitas vezes tomado como pouco interessante. Juntamos esse material na forma de um texto, o que resultou no item 3, no qual procuramos enfatizar a situação, as qualidades, as dificuldades, a diversidade, a realidade deste espaço, destacando aqueles setores já citados, uma vez que os mesmos são importantes referências geográficas e parte da história do comércio da cidade. A pretensão foi, neste item, não exatamente a de dar conta da análise sobre o comércio e sua dinâmica, mas apenas a de discutir alguns aspectos que fazem parte do comércio local, assim como alguns elementos, os quais contribuem para entender o centro, superando a sua aparência, isto é, não se resumindo à sua localização geográfica.

Abreviadas neste trabalho, como parte importante para o entendimento sobre a realidade urbana hoje, incluímos na última parte do texto algumas palavras sobre as transformações no modo de vida da sociedade local, quando, por exemplo, observamos mudanças nos hábitos, costumes, rituais e tradições relacionados ao comércio, especialmente de certos pontos insinuantes, como as lojas e casas comerciais, comumente freqüentadas, não apenas quando da necessidade imediata de se comprar algum produto, mas pelo simples prazer de rever lu-

gares, reafirmando-os como pontos de referência da memória da cidade.

O Consumo Incontido e a Produção do Espaço Urbano

Às seis da tarde, a cidade caía nas mãos dos consumidores. O dia inteiro, a grande tarefa da população produtiva era produzir: produziam bens de consumo. Numa determinada hora, como se um interruptor fosse acionado, cessavam a produção e, rua! Lançavam-se todos a consumir. Todos os dias uma inflorescência impetuosa mal tinha tempo de desabrochar atrás das vitrines iluminadas, os salames vermelhos balançando, as torres de pratos de porcelana erguendo-se até o teto, as peças de tecidos desdobrando drapeados como caudas de pavão, e eis que já irrompia a multidão consumidora para dismantelar corroer apalpar roubar... (CALVINO, 1994, p.97).

A citação acima nos chama a atenção para o fato de que, atualmente, consumir ultrapassou a mera aquisição de coisas que mantenham a nossa alimentação diária, as necessidades de nossos corpos com roupas e calçados, a indispensável moradia, a exigência de trabalho, de locomoção, de educação, saúde, lazer e cultura. Consumir, o ato de consumir, levado às últimas conseqüências, transfigurou-se numa necessidade por si mesma. Dito de outra maneira, faz parte e é um valor da vida urbana cotidiana. É no espaço urbano que se produz, em especial nas metrópoles, onde mais se proliferam lugares consagrados (como templos) a este ato, como os grandes centros comerciais, simbolizando o mundo urbano moderno. Conforme Paula (1987), "um dos traços característicos da cidade moderna é a sua vocação para o consumo, freqüentemente para o supérfluo. Nada define melhor a cidade moderna que a vitrine, o aquário de luz em que bóia uma infinidade de belas ninharias"(PAULA, 1987. p.94). Ali, vamos às compras, assiduamente, criando desejos, inventando o que adquirir, pois as necessidades mais prementes

já estão satisfeitas. São cenas da nossa vida cotidiana, as quais fazem parte da realidade urbana atual.

Conhecer e entender a sociedade com suas contradições, na perspectiva da espacialidade das relações sociais, é nosso objetivo ao realizar o estudo de um lugar. Explicitando melhor, a pesquisa sobre a produção do espaço urbano de Belo Horizonte, nosso objeto, tem nas alterações do comércio *pequeno*, tradicional, localizado em algumas quadras do centro da cidade, a tradução de como esta cidade se transforma a todo momento.

Assim posto, pretendemos ter como nó de vinculação entre o espaço urbano que se reproduz dia a dia, criando novos tipos de comércio, e esse *comércio central* que tem décadas de tradição, as metamorfoses por que vêm passando hábitos, costumes, tradições culturais da sociedade local, ao mesmo tempo em que se constitui um outro modo de vida: o urbano, a partir de novos valores, que são aqueles da sociedade. Em outras palavras, partimos do pressuposto de que a prática espacial, isto é, a apropriação dos lugares, é possível caso exista uma continuidade das tradições, costumes, hábitos e rituais, conservando viva a memória da cidade, uma vez que no seio da sociedade existem culturas voltadas em direção ao uso que os indivíduos fazem dos lugares, a exemplo do centro de comércio tradicional. Ou seja, é pelas brechas que permitem esse uso e apropriação, que se darão as condições para manter estas tradições vivas. Isto é, através da relação de apego às coisas e aos locais da cidade, é que a memória sobrevive. E, como salienta CASCUDO, "a memória é a imaginação no povo, mantida comunicável pela tradição, movimentando as culturas convergidas para o uso, através do tempo. Essas culturas constituem quase a civilização nos grupos humanos" (1971, p. 9).

Assim, ao inserirmos a questão do consumo na análise sobre a cidade, expomos aqui a idéia de que, na tarefa de entender o processo de produção do espaço urbano, não excluimos reflexões sobre a vida urbana e seus novos valores, o que significa ul-

trapassar a compreensão do urbano para além de sua aparência fisiográfica.

Os desassossegos derivados da realidade urbana resultam da complexidade que ronda, hoje, o significado de cidade e de urbano. Não são sinônimos, e isso já percebemos. A cidade ora é tratada como organismo, ora como palco de atividades sociais, além de ser vista como a base física onde se depositam formas as mais variadas conforme o tempo; ela, também, é obra e produto; é o espaço concreto que se produz dia a dia; é produção que possibilita condições de reprodução. O urbano é a sociedade urbana que, com seus fundamentos, valores, leis e regras, modela/prodiz a cidade, através, por exemplo, da urbanização, expandindo-se por todos os cantos do mundo. A cidade aparenta, enfim, ter-se metamorfoseado no espaço das economias e das culturas, estas últimas em conflito, na medida em que procuram defender seus interesses.

Que caminhos metodológicos dão conta da discussão sobre a cidade e o urbano? O olhar geográfico responde sozinho por esta reflexão?

Dentre várias perspectivas, pontos de vista, direções e modos de entender o comércio localizado no centro de uma grande cidade, pelas disciplinas que compõem as Ciências Humanas (destacando-se a História, a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e a Economia), a Geografia Urbana se inclinou, tempos atrás, a discuti-lo, sobremaneira, no âmbito da Economia, na expectativa de responder a questões do tipo: quais as razões para o ato de troca concentrar-se no espaço? Por que essa concentração não é homogênea no espaço? Por que tal concentração do comércio é diferente dependendo dos produtos trocados ou ramos comerciais? Atualmente, houve um avanço no pensamento geográfico, de modo que se tornou possível priorizar nas análises acerca do comércio, um entendimento de cunho cultural, destacando a possibilidade de apropriação deste comércio pela sociedade local.

As perspectivas que a Geografia nos oferece, especialmente a Geografia Urbana, abrem possibi-

lidades para pensarmos além da morfologia (embora possamos partir dela) da paisagem, onde se materializam e se manifestam os processos sociais. Ou seja, o ponto de partida vislumbra um entendimento que pretende, ao final, dar conta do reconhecimento de uma sociedade que se constitui com novos valores, dilacerando, transformando e cooptando usos, costumes, hábitos, rituais e lugares outros, vistos como barreiras, quando, na verdade, estes poderiam ser o possível, objetivando uma vida (urbana) mais humanizada. Desse modo, o olhar histórico e etnográfico, assim como o antropológico, além de outros debruçados sobre os aspectos culturais das sociedades, são importantes para pensarmos a cidade e o urbano, afinal de contas, são todas situações de cultura, segundo Roncayolo (1990).

O entendimento geográfico da cidade que se quer condizente com nossa realidade e que, portanto, contribui para compreendermos os caminhos que constituem a sociedade urbana, deve particularizar uma análise, de modo que esta reconheça que as relações se materializam no espaço urbano, produzindo objetos e paisagens que compõem esse espaço.

O caminho que nos permite identificar, entender e questionar os fatos da realidade urbana, os fenômenos aparentes mais expressivos que, conforme afirma LEFEBVRE, “para procurar o que neles se esconde e para compreender a capacidade de permanência das relações sociais” (1973, p. 223), no processo de produção de um lugar, é uma oportunidade para descobertas. É imensa a contribuição desta área do conhecimento para entendermos a realidade do mundo, e a Geografia Urbana, como parte integrante, prossegue desvendando o urbano: a vida urbana, a vida da sociedade urbana, um objeto possível, nas palavras de LEFEBVRE (1970, p. 9). Tomamos, de início, a idéia do espaço enquanto produto das atividades da sociedade, e não apenas seu palco ou base de atividades. Daí, a necessidade de uma análise que ultrapasse o mundo visível, a paisagem, o que é possível, através do estudo sobre o comércio, por exemplo.

Compreender a dinâmica dos elementos geográficos, como o comércio, no curso da produção do espaço urbano, que é contínuo, as contradições que ocorrem neste processo histórico que se refaz a todo momento, os conflitos, fruto de interesses de classes, a opressão, o constante destruir-construir, tudo isso dissimulado e reduzido a formas aparentes, são rumos de análise que em muito ajudam o desenvolvimento da Geografia Urbana, preocupada com a reflexão acerca da sociedade urbana em constituição.

A análise dos objetos geográficos visíveis é limitante e, por isso, entender os trilhos que a sociedade segue, hoje, requer vê-la sempre em seu movimento contraditório, posto que se trata de uma premissa importante para compreendermos a realidade concreta; o que não está acabado, isto é, o que resulta de uma história feita de momentos instáveis e, nos dias atuais, bastante fugidios. Como destaca SANTOS (1988), ao contrário do estático, trata-se de “uma luta entre os contrários, contrários que se chocam e criam uma nova realidade” (p. 96).

Se nos limitássemos à pesquisa sobre a morfologia urbana e as funções da cidade, principalmente econômicas, já que estamos tratando do comércio, não atentando, contudo, para a importância das práticas culturais que ocorrem nesses lugares, seguramente a reflexão não avançaria para além das formas, do mundo visível aos nossos olhos: a cidade. Ou seja, ao pensar o lugar do comércio no espaço urbano que se produz, estamos atentos, menos para a dinâmica dele em si, e mais para as transformações impostas pela vida urbana moderna. É seguindo este raciocínio que asseguramos ser fundamental na pesquisa sobre o processo de produção do espaço urbano de Belo Horizonte uma análise sobre a permanência e importância do centro comercial histórico da cidade, bem como um entendimento a respeito do surgimento de novos centros de consumo.

Em suma, é fundamental entendermos o urbano, “a Sociedade Urbana que aponta no horizonte, em gestação no seio da Sociedade Burocrática de Consumo Dirigido” concebendo lugares com novos

valores, os quais vêm nas tradições, estorvos, chama-nos a atenção LEFEBVRE (1988, p. 11). Para este estudioso, alguns traços definem esta sociedade: ela exige um cotidiano e uma cotidianidade. O primeiro tendendo a se constituir num sistema próprio que se restringe à produção-consumo-produção, sendo a cidade o lugar primaz do seu desenvolvimento. Delineadas as necessidades, procura-se prevê-las, criando-se, a todo instante, novos desejos. Produz-se momentos nesse cotidiano, a cotidianidade, que seria o principal produto da sociedade de consumo, tendendo a fazer indivíduos propensos a ter uma vida cotidiana mediada pela troca, o consumo. Ou seja, compradores de mercadorias e símbolos destas criados e/ou tornados possíveis pela publicidade em demasia, veiculados pelos *mass media*, através de modernas técnicas de *marketing* e promoção de vendas. E, como acentua BAUDRILLARD (1989), “il y a aujourd’hui tout autour de nous une espèce d’évidence fantastique de la consommation et de l’abondance, constituée par la multiplication des objets, des services, des biens matériels, et qui constitue une sorte de mutation fondamentale dans l’écologie humaine”¹.

As pessoas, hoje, estão sempre dispostas a conquistar esse cotidiano, visto que o mesmo denota o saciamento de necessidades (e desejos), pela aquisição de objetos que são colocados no mercado para, logo, tornarem-se obsoletos, voláteis, isto é, feitos para um tempo de vida pequeno. Trata-se, paremos, do culto ao efêmero como parte da lógica do produtivismo racional e tecnocrático, o qual possibilita lucros rápidos, tão rápidos quanto a vida útil desses produtos. Nas palavras de WITTE, as coisas

não têm mais tempo suficiente para envelhecer, mas são produzidas de tal modo que são velhas desde o início e devem ser substituídas por coisas novas (1992, p. 107).

Essa realidade (que promete a felicidade), tende a criar necessidades (dispensáveis?), as quais desembocam em outras, constituindo-se, assim, num esquema que se repete velozmente, parecendo uma programação de vida infundável. Contudo, as pessoas não se dão por realizadas, e tampouco felizes; quando isso ocorre, representam apenas momentos passageiros, pois essas motivações são, também, rapidamente dissolvidas, bastando que novos objetos sejam dispostos no mercado, anunciados previamente pela publicidade que “lhe diz como viver cada vez melhor: o que deve comer e beber, como vestir-se e mobiliar a casa, como habitar. E aí você está programado” (WITTE 1992, p. 117).

Testemunhamos nessa cidade os resultados da intensificação do processo de constituição dessa sociedade urbana, cujas mudanças no espaço e no(s) modo(s) de vida acontecem de modo rápido e violento, pois desconsideram, e mesmo arrasam, valores culturais consolidados há muito tempo, quer dizer, dos lugares-referências da sociedade local. Ou seja, há um urbano em constituição em Belo Horizonte, aspirando a eliminar valores atrelados a outro modo de vida, e com eles os referenciais históricos (neste caso comerciais) do centro da cidade. As expressões do processo neste espaço urbano, podem ser vistos, por exemplo, com a presença de grandes objetos geográficos, de que nos fala M. SANTOS (1997), como os *shoppings centers*, os hipermercados, as áreas comerciais especializadas, etc., os quais multiplicam-se a todo momento. Trata-se “dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superior” (p. 177), conforme aquele estudioso.

Como proceder no desvendamento desse processo?

É realidade, hoje, a consistência dessa sociedade urbana em escala mundial, e desse processo

¹ “Existe hoje em torno de nós uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância, constituída pela multiplicação dos objetos, dos serviços, dos bens materiais, e que constitui uma sorte de mutação fundamental na ecologia da espécie humana”. (BAUDRILLARD, 1989, p. 17).

faz parte Belo Horizonte, que se transforma a todo instante e, mais especificamente, o seu centro histórico, onde ainda está instalado o que resta do comércio tradicional da cidade que, acima de tudo, serve de referencial para a sociedade desse lugar, que se produz freneticamente.

A análise sobre o espaço urbano se desenvolve na perspectiva da produção e reprodução da riqueza, do desenvolvimento e da expansão do capitalismo, integrando espaços e sociedades, articulando idéias e ideologias, cooptando culturas etc. No entanto, lembra-nos CARLOS, “o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana” (1996, p. 15).

É pensando nessa outra dimensão que entendemos que o caminho do método pode nos levar a refletir para além do processo produtivo de coisas, isto é, avançar na análise do espaço (urbano) enquanto condição geral à reprodução do capital. Para isso, é preciso enfocarmos a cidade como espaço de múltiplas dimensões e relações, tais como: a sociabilidade, o apego à vida, as relações de amizade, as relações de vizinhança, o apego aos referenciais urbanos (pontos, nós, lugares), os quais marcam a vida de uma sociedade etc. Em outras palavras, não podemos deixar fora do entendimento sobre a produção do espaço urbano de Belo Horizonte a reprodução do homem, da sua vida, que implica uma prática sócio-espacial (nesse lugar), prática essa que ainda ocorre no comércio tradicional do centro da cidade, o que, de certo modo, às vezes, parece escapar a determinações da atual economia globalizada. Enfim, o entendimento sobre o lugar, conforme afirma CARLOS, “abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, o processo de apropriação do espaço” (1996, p. 15).

Nesse aspecto, em meio à produção massificante do espaço urbano desta cidade, onde tudo tende a entrar no mercado para ser trocado, sobressai nessa paisagem sempre em construção, multidões que se cruzam num vai-e-vem enfurecido, bairros cada vez mais contrastantes, ruas apinhadas de comér-

cio ambulante, prédios em construção, trânsito caótico com centenas de novos carros que ganham as ruas diariamente etc. Frente a esse processo, ainda existem resquícios de uma vida social que não perpassa o mundo das trocas. Dentre alguns, podemos salientar: antigos bairros que realizam suas festas nas ruas, escolas, associação de bairro e igrejas, alguns antigos bares, cafés e restaurantes, feiras e mercados, e o que nos interessa mais de perto, o comércio tradicional, distribuído por ruas e avenidas reunidas em território específico do centro (histórico) da cidade, no caso, de Belo Horizonte. Essas ruas são lugares ricos de vida, pois o movimento nelas é contínuo, inclusive nos fins de semana, quando tantas outras partes da cidade parecem estar mortas.

Esses lugares têm um significado poético, pois são pontos de referência para a sociedade local e, por isso, bastante importantes para a cidade, posto que simbolizam a segurança, a festa coletiva, as relações de amizade remanescentes, o aconchego dos conhecidos, a confiança mútua e a camaradagem, o momento lúdico e de distração quando da apropriação destes pontos... a familiaridade e tudo o mais que está longe de se restringir às relações econômicas de compra e venda de objetos, isto é, à lógica do comércio.

O Comércio no Centro da Cidade

O que entendemos por comércio? É meramente a força propulsora que consolidou a economia de mercado/economia capitalista? De modo simples, buscando na história da sociedade, o passado desse sistema econômico se constitui de transformações que vão das trocas elementares, tendo por finalidade a reciprocidade de necessidades, até chegarmos à economia de troca institucionalizada e regulamentada pelo mercado (WEBER, 1968). A troca (de coisas), portanto, é o fermento precioso, e se coloca como o centro da vida econômica, possibilitando a expansão do mercado. Contudo, o comércio, que tem por fim o lucro advindo da troca, traz em si outra di-

mensão para além do ato de troca de mercadorias: transmite informações, troca-se linguagens, acordos, contratos, ocorre uma comutação de sentimentos, de amizade, de afeto, de confiança, de segurança, de camaradagem. Enfim, alguns aspectos do comércio torna possível a instituição e a irradiação de relações relevantes que se mantêm ainda hoje, a exemplo dos laços de familiaridade entre a população/sociedade local, e desta com a cidade, na medida em que as lojas ou casas comerciais se transformam nesses pontos de referência.

A perspectiva econômica sobre o entendimento do comércio localizado nos centros urbanos, passou por críticas feitas pela Geografia, principalmente às teorias que explicavam essa localização em função da primazia de lugares urbanos aglomeradores de economias, como o fizeram muitos geógrafos difusores da Teoria das Localidades Centrais. Proveniente dos estudos regionais e proliferando-se na Geografia Urbana, essa teoria foi utilizada, por exemplo, quando se quis buscar uma hierarquia de bairros comerciais nas cidades etc. Todavia, com todas as críticas feitas a essa teoria, não podemos abstrair o fato de que o centro comercial primaz (o centro principal, podemos dizer), constitui-se e se desenvolve a partir de uma tendência de concentração maior de atividades comerciais nesse centro, fazendo valer a máxima *capital atrai capital*. No entanto, as explicações oriundas da Teoria do Lugar Central, não são suficientes e não dão conta quando se pretende avançar rumo à compreensão da realidade urbana da qual faz parte esse centro que acolhe o comércio tradicional, entendendo-o mais do que simples localização. As inúmeras inovações no comércio, a modernização dos transportes coletivos, a massificação do transporte individual, a criação de enormes infra-estruturas urbanas (vias expressas, viadutos, túneis) etc., são exemplos das muitas mudanças que vêm ocorrendo, incessantemente, há pelo menos três décadas, resultando na proliferação de centros (comerciais, financeiros, de serviços), desbancando, ou melhor, invalidando aquela teoria. Nas

palavras de CLAVAL (1968), fazendo uma brilhante análise sobre a Teoria dos Lugares Centrais, "las ciudades modernas ya no se construyen alrededor de un barrio de negocios único. El antiguo barrio de negocios central subsiste. Con frecuencia conserva el monopolio de una parte de las funciones centrales desempeñadas por la ciudad en beneficio del campo vecino y de las ciudades secundarias que alimenta. Una parte de estas funciones, sin embargo, sufre paulatinamente la atracción de los barrios de negocios periféricos (...) La ciudad pierde su regularidad. Las dificultades que afectan a los barrios centrales, el estallido de la ciudad en el espacio y sua diseminación en el campo constituyen uno de los temas de meditación en el mundo actual (...) Cuando la ciudad se extiende varios cientos de kilómetros cuadrados, cuando incluye centros de negocios diversos no puede ser asimilada a un lugar central. Las condiciones em que nos encontramos dejan de ser las que la teoría de los lugares centrales presupone" (1968, p. 34-35).

O que se designa por centro hoje? Não há dúvidas de que o conceito de centro (urbano) se tornou complexo, posto que o próprio processo de produção do espaço urbano, da expansão do perímetro da cidade também se intensificou, atrelado, ainda, aos confusos elementos que fazem parte da realidade urbana. O centro da cidade, no nível do senso comum, e para a maioria dos habitantes do espaço urbano, ainda diz respeito ao local onde estão reunidos o comércio, a rede de bancos, certos setores de serviços públicos (como correios, empresa telefônica), instituições públicas (como a prefeitura) e os escritórios particulares (de médicos, advogados, contabilidade etc.). Porém, para a população local, além de abrigar instituições, trata-se, também, de um referencial histórico e mágico da cidade, porque ali ainda se localizam as antigas farmácias, magazines, mercados, lojas, cafés, bares etc.

Hoje, não existe um centro, mas centros, frutos dessa nova realidade urbana, embora o centro simbólico, tradicional, histórico da cidade não seja

confundido com os demais. Os outros centros correspondem a ajuntamentos de atividades comerciais, financeiras e de lazer, enfim, do poder político, num único local, em espaços supervalorizados de um bairro, ou em ruas especializadas. Os modernos *shopping centers* e grandes conjuntos comerciais são exemplos de centros. Esclarecendo esses fenômenos, GEORGE já dizia: “em uma economia e sociedade de consumo, um dos termos essenciais da paisagem humanizada, especialmente nas regiões com forte concentração populacional (urbanas) é o centro comercial o complexo comercial hierarquizado no interior de um conjunto residencial. O supermercado e os drugstores são as formas comerciais mais espetaculares, expressões modernas da grande loja (magasin) que surgiu de modo revolucionário há mais ou menos um século. Sua localização no centro de uma cidade, de um bairro ou, ao contrário, fora da cidade, em uma encruzilhada ao lado de um estacionamento gigante, corresponde a uma concepção e a um ritmo da vida cotidiana(...) A organização do comércio moderno por meio de cadeias de distribuição se opõe de forma radical às técnicas dos pequenos comerciantes tradicionais progressivamente eliminados(...) As relações concretas entre o comprador e o vendedor são inteiramente novas. O antigo mercado e suas lojinhas, a procura do artigo a ser comprado, a escolha cuidadosa sob a pressão pouco indiscreta do vendedor ou do comerciante, são arcaísmos e atitudes superadas. O comprador moderno é comandado pelo rádio, pela televisão e por todas as formas publicitárias, sendo levado diretamente até o balcão do *self-service*, reduzindo o contato” (1969, p. 153-154). Através destas palavras, deduzimos que, no mundo moderno, o ato de comprar passa a ser um ato monótono, banal, quando outrora animava a vida comercial de uma cidade, irradiava sentimentos, principalmente se pensarmos no papel que o centro exercia antes.

O surgimento de outros centros no espaço urbano, parece-nos, não exclui a importância do centro histórico. O centro da cidade, portanto, perma-

nece como tal, enquanto ocorre uma estratégia em desenvolver centros em outros lugares, tantos quantos forem possíveis, ou lá onde existe uma potencialidade. E ainda: mais do que centros, o essencial, e que faz parte desse urbano (possível), é criar a centralidade (LEFEBVRE, 1986). Para este, “la question de la centralité em général, de la centralité urbaine en particulier, n’est pas des plus faciles. Elle traverse de part en part la problematique de l’espace. Elle ne concerne pas seulement l’espace social mais aussi l’espace mental; elle les relie d’une façon qui surmonte les anciennes distinctions, scissions et séparations philosophiques, entre le sujet et l’objet, entre l’intellectuel et le matériel, (l’intelligible et le sensible)(...) A centralidade, ou mais ainda a centralização, se quer e se faz totalizante sem outra filosofia a não ser a de uma estratégia, consciente ou não”².

A área central de uma cidade, portanto, o centro da cidade, distingue-se da centralidade urbana. Esta ganhou um outro entendimento, o qual está além da discussão relativa ao centro histórico e simbólico; ponto central inicial de uma cidade. Trata-se de uma centralidade que, dialeticamente, destrói, constrói e reconstrói lugares centrais, posto que estes agrupam atividades as mais diversas e importantes, não apenas para usufruto de bairros ou aglomerados maiores próximos destes centros, mas à própria cidade como um todo, através do escoamento pelas rápidas vias que facilitam os deslocamentos.

Nesse sentido, ir ao centro da cidade, hoje, traduz-se em ir a lugares que concentram poderes econômicos, políticos e culturais, cuja demanda por essa localização centralizada, e por isso privilegiada, é resultado de estratégias, visando à acentuação da centralidade.

² “A questão da centralidade, em geral, da centralidade urbana, em particular, não é das mais fáceis. Ela atravessa parte a parte a problemática do espaço. Ela não concerne somente ao espaço social mas também ao espaço mental; ela os relaciona de um modo que ultrapassa as velhas distinções, entre o sujeito e o objeto, entre o intelectual e o material (o inteligível e o sensível)” (LEFEBVRE, 1974, p. 381-383).

O Comércio Tradicional que Reside no Centro de Belo Horizonte

“...basta uma volta, sem muita pressa, pelo centro urbano. Descendo do Grande Hotel, logo abaixo, vereis Patrone Modas, casa de tradição e de bom gosto. Em seguida, a Livraria Alemã, com artigos finos de escritório e livros; o Instituto Ótico Mineiro, com as últimas novidades do gênero; a Casa Hermany, fértil nesses pequeninos nadas da toilette feminina, os perfumes, os bijoux, dos enfeites; em frente o Instituto Levy, com instalações de um completo instituto de beleza; o Trianon, casa de chá, que fervilha à tarde; a Confeitaria Suíça(...) E entraís na Avenida Affonso Pena, a chave do trânsito e do comércio. Tomando a direita, tereis Campos, o camiseiro, com sortimento completo de artigos para homens; as lojas de artigos para decoração e iluminação; a Casa Markenson, vitrines exibem os últimos tailleurs(...) Estamos na Praça Sete, onde os bondes e os automóveis giram e giram, no reboiço do trânsito. A um canto, a livraria e papelaria Rex, famosa em todo o Estado, por ser completa no ramo. Ligada a ela, a Sapataria Bristol. Em frente, do outro lado da praça, a Joalheira Theodomiro Cruz(...) Proximos à Praça Sete, na rua Rio de Janeiro a livraria e papelaria Francisco Alves; na Carijós, a Vantajosa; no mesmo prédio em que está a Vantajosa, o Edifício Cecília, achareis um instituto de beleza completo - o Salão Roma...” (Revista Comercial de Minas Gerais, n. 10, julho de 1938, p. 16-17).

Através dos trechos de um artigo publicado na revista da Associação Comercial de Minas, na década de 30 - sendo alguns transcritos anteriormente - é possível perceber o desenvolvimento e a importância do comércio concentrado no centro de Belo Horizonte naquele período. Além disso, chama a atenção o fato dessas casas comerciais se revelarem como marcos de orientação na (e da) cidade, na medida em que destaca, de maneira poética, o mapeamento delas no *centro* urbano, isto é, enuncia ruas, lojas e casas comerciais como pontos principais do movimentado comércio. Esse comércio no centro de Belo Horizonte, como descrito acima, dá-nos a im-

pressão de uma outra dimensão do comércio, além da pura troca de mercadorias.

Belo Horizonte foi idealizada, planejada e inaugurada em 1897, processo que arrasou quase que por completo a vida local ali existente, pelo menos, desde o século XVIII. No antigo lugarejo, denominado Curral del Rei, vários estabelecimentos comerciais serviam para o provimento da população do lugar, como os armazéns de secos e molhados, curtumes, casas de armas e munições, casas de enfeites e guloseimas, vestuários e outras, contando ao todo com 16 casas comerciais³. No decorrer da construção da nova cidade, época de grande afluxo de trabalhadores da própria região e da população que seria assentada ali, inúmeros estabelecimentos surgiram para atender a demanda que crescia. Durante as três primeiras décadas de sua existência, o comércio de Belo Horizonte prosperou de modo lento mas, contudo, foi marco preponderante na economia da cidade.

Como ocorrido em inúmeras grandes cidades brasileiras, também em Belo Horizonte o grosso do comércio, seja atacadista ou varejista, desenvolveu-se na área central, núcleo da urbanização posterior. Estamos nos reportando ao centro que, de certo modo, fugiu do padrão planejado em que estava envolvida toda a cidade. Ou seja, surgiu em outro lugar, a partir dos anos 30, período em que o desenvolvimento de Belo Horizonte se efetivou, cujo ponto de partida estava nos novos planos para a cidade e, em especial, para a área central dela. O frenético e desordenado crescimento de Belo Horizonte, após os anos 30, fruto da entrada de capitais de outras regiões do país, incrementando, com isso, o comércio e o crescimento industrial, foi um processo que ocorreu com a intervenção do Estado no direcionamento da expansão da cidade. Assim, o poder, na escala municipal, criou leis para conter o deslancha-

³ Conforme dados obtidos na Associação Comercial de Minas Gerais.

mento de loteamentos em lugares mais distantes do centro, ao mesmo tempo que incentivou o adensamento da área central.

O *novo* centro comercial, portanto, foi uma resposta às necessidades de expansão das atividades comerciais e industriais da cidade, que se alastrava por várias e grandes vias de acesso rápido (as principais avenidas), a exemplo da atual (na época curta) avenida Amazonas, alargando sua mancha urbana em direção às regiões copiosamente industrializadas de hoje: Contagem, Betim e outros municípios/distritos industriais. Sobre a área central, LEMOS (1988) salienta à respeito das mudanças no centro, onde se localizava o comércio: “de um espaço vazio começavam a surgir espaços construídos, e muitas vezes, *pregas urbanas*, ou lugares densos de significação. É o que se podia perceber em áreas do centro, como a região da praça sete(...) Tal fato, continua, mostra a formação da base de expansão urbano-industrial, representada pela valorização virtual do solo do centro comercial” (p. 137).

O que estamos denominando de *centro comercial tradicional* em Belo Horizonte não se trata da primeira área prevista para o comércio, o Bairro do Comércio, o primeiro a exercer o papel de centro da cidade, cuja localização compreendia o espaço entre a praça da Estação (hoje Rui Barbosa), a Av. do Comércio (atual Santos Dumont) e rua dos Caetés, terminando noutra praça, junto ao futuro teatro onde acabou sendo construído o primeiro mercado municipal, hoje rodoviária (Fundação João Pinheiro. *O Cometa Centenário*, n. 3, agosto/setembro de 1995). Nascido, portanto, como fruto do planejamento estatal, juntamente com a cidade em 1897. Também não nos referimos àqueles outros centros (ou subcentros) comerciais surgidos conforme a expansão da cidade, sobremaneira nos anos 40, 50 e 60, quando aparecem diversos bairros abrigando classes de médio e alto poder aquisitivo.

O comércio de Belo Horizonte, sobretudo aquele concentrado na área central da cidade, fora, durante décadas, o sustentáculo da economia local,

ou até que houvesse um grande surto industrial na região. A industrialização se efetivou nos anos 70, incorrendo em mudanças no quadro econômico desta capital, cujos reflexos se darão, também, em necessárias adaptações, ou melhor, modernizações no comércio. “Coincidentemente, com a expansão industrial nos anos 70, verificou-se a implantação e consolidação de novos centros comerciais na cidade, como a Savassi e nos bairros. Evidentemente, o comércio do centro da cidade incorporou novas características, mantendo sua liderança no conjunto das atividades terciárias de Belo Horizonte” (*Revista Mensagem Econômica/Associação Comercial de Minas Gerais*. “A Ágil Resposta do Comércio” n. 257, p. 10, 1977).

A maioria das casas comerciais do centro de Belo Horizonte, mencionadas na citação que inicia este item, já não existem mais. No decorrer das décadas de 60 e 70, várias delas se transformaram em grandes empresas comerciais especializadas, mudaram de nome, de estilo e de lugar; saíram do centro para os bairros, isto é, descentralizaram-se ou, anos depois, estabeleceram-se nos *shoppings centers*⁴ espalhados pela cidade, que não paravam de crescer. “O crescimento físico-espacial de Belo Horizonte, ocorrido entre 1950 e 1967, alterou significativamente a distribuição das atividades econômicas no território de município. A área central e seu entorno, núcleo dinâmico da economia belo-horizontina, passou a sofrer um processo crescente de descentra-

⁴ O primeiro *shopping center* de grande porte de Belo Horizonte, foi inaugurado em 1979, na área limítrofe entre os municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, influenciando, mais diretamente, inúmeros bairros da zona sul da cidade. Em 1991, foram inaugurados mais dois grandes *shopping centers*: o Minas *Shopping* e o Del Rei *Shopping Center*, ambos em vias de grande importância na cidade. Além destes, no decorrer dos anos 80 e agora nos anos 90, dois *shopping centers* de porte médio foram construídos na área central, três especializados em decoração e construção. Está previsto para 1998, mais um no centro.

lização. As atividades terciárias concentradas no centro histórico da cidade, começaram a se deslocar sobretudo para as zonas sul e norte. (...) O comércio sofisticado, para segmentos de maior renda na parte sul da área central. (...) Vários comerciantes se localizaram nas principais vias de acesso para a área central. (...) Também as regiões leste e oeste da cidade, acolheram inúmeras atividades” conforme comprova Iglésias (1987), através destas palavras, acerca do processo de descentralização do comércio local.

Até o final dos anos 70, no centro da cidade, ainda estavam localizadas grandes lojas de departamentos, tais como a Sears, Sloper, B. Moreira, Mesbla, Lojas Americanas e Lojas Brasileiras (estas 3 últimas ainda permanecem no centro), existiam pelo menos 7 supermercados de porte médio e 1 de dimensões maiores, inúmeros estabelecimentos do setor de alimentação, uma enormidade de lojas dedicadas ao vestuário, muitas loterias, bancos e a grande maioria de escritórios e prestadores de serviços diversos. Novas estruturas/equipamentos de comércio surgiram, as formas de comprar mudaram, novas mercadorias ganham o mercado todos os dias, assim como novos lugares que abrigam o comércio também apareceram, transformaram-se e se tornaram mais complexos. Por isso, hoje, a realidade em termos de tipos e/ou setores comerciais no centro é outra: o comércio elegante e *da moda* se concentra na Savassi, bairro e centro comercial direcionado às classes de alto poder aquisitivo, próximo ao centro; os supermercados e hipermercados se localizam nos bairros e em pontos afastados do centro, geralmente anexos a grandes *shoppings centers*; o setor de móveis e de decoração, há tempos saiu do centro e, hoje, tem seu endereço certo nos modernos centros comerciais especializados em eletrodomésticos e artigos para o lar; as perfumarias (institutos de beleza, como eram denominados) e joalherias, também já se afastaram do centro e se distribuíram pelos bairros e centros comerciais etc. De modo geral, com a ampliação do raio de alcance dos consumidores, proporcionados, fundamentalmente, pelo uso do carro, e com o sur-

gimento de novas estruturas de comércio, o centro comercial tradicional de Belo Horizonte, aos poucos, perdeu sua importância, embora seu dinamismo ainda seja grande atualmente.

Certos setores do comércio passaram a se localizar em outras regiões da cidade, especialmente nos bairros e áreas da periferia da mancha urbana, como os grandes entroncamentos/cruzamentos de vias importantes da cidade, dirigidos a públicos específicos, isto é, determinado tipo de clientela que antes freqüentava o centro tradicional, a exemplo das classes de médio e alto poder aquisitivo, as quais, para se diferenciar de outros extratos sociais, passaram a fazer suas compras em novos lugares. Ainda assim, o centro conserva seu dinamismo. Em grande parte, esse dinamismo ocorre por se tratar de um ponto de convergência dos transportes coletivos de toda a grande Belo Horizonte, e de toda sorte de atividades, principalmente aquelas autônomas, notadamente de camelôs. No entanto, não podemos desconsiderar que o mérito do centro comercial tradicional desta cidade também se deva ao fato de abrigar uma infinidade de antigos bares e cafés, restaurantes tradicionais, casas comerciais e pequenas lojas que continuam vendendo mercadorias não encontradas em outros lugares (centros comerciais, ruas especializadas, bairros etc.). O centro, nesse sentido, transformou-se no lugar do diferente, posto que ali obtemos os objetos raros, aquelas coisas/utilidades que se tornaram fora do comum ou que estão fora de moda; as coisas comuns/simples que rodeiam o dia-a-dia de muitas pessoas que fazem parte da sociedade local, a exemplo do Mercado Central, da Feira dos Produtores, do Mercado Novo, todos estes resistindo no coração desta cidade.

Em alguns trechos das vias da *área central* da cidade, apesar do trânsito caótico e de outros infortúnios, ainda se refugia esse dinâmico comércio tradicional. Podemos dar vulto, neste centro, aos seguintes pontos: rua Curitiba, avenida Paraná, avenida Olegário Maciel, rua Padre Berchior, rua dos Goitacases, rua dos Tupis, rua dos Tamoios, rua dos

Carijós, rua dos Guaranis, rua dos Caetés, rua dos Tupinambás, avenida Santos Dumont, avenida Afonso Pena, rua São Paulo, rua Rio de Janeiro, rua da Bahia e avenida Amazonas, compreendendo o *pedaço* entre as avenidas Afonso Pena, Augusto de Lima, Santos Dumont e rua Rio Grande do Sul. Nestas ruas e avenidas se localizava o grosso do comércio a varejo e atacado, suprimindo parte da sociedade local e comerciantes instalados em cidades próximas. Confirmando esta localização, Paula (1987) lembra que: Belo Horizonte teve desde o início seu comércio, seus serviços, as largas avenidas, o centro comercial - polígono que envolvia a rua das Bahias, a rua Goitacases, a rua São Paulo, a rua dos Caetés, Avenida Afonso Pena e mais as ruas Tupinambás, Carijós, Espírito Santo, Tamoios e as avenidas Amazonas e do Comércio (atual Santos Dumont) (KOTHE, 1985, p. 82).

Hoje, percorrendo essas ruas em busca de vestígios que confirmem a resistência do comércio tradicional no centro da cidade, não raro nos deparamos com casas comerciais remanescentes. Todavia, é preciso estar com o olhar atento; observar não apenas as fachadas para nelas reconhecer algo; é necessário ver o interior das mesmas, as mercadorias, as pessoas que vendem e compram e ouvir conversas que se travam ali. Enfim, é oportuno agir como o *flâneur*, para quem: “a casa comercial é a última grande brincadeira(...) Se, no começo, a rua de transformara no interior de uma casa, agora esse interior se tornava para ele uma rua, e ele criava pelo labirinto das mercadorias assim como antes pelo labirinto da cidade” (KOTHE, 1985, p. 82).

Nas andanças pelo centro, buscando testemunhos do comércio tradicional, encontramos vários estabelecimentos antigos no ramo de ferragens e ferreamentas, algumas casas que comercializam couros, malas e tapeçarias, várias casas de louças, alumínio, vidros e utilidades domésticas, casa de móveis e eletrodomésticos, lojas de roupas e camisarias (o que é diferente, posto que estas últimas são especialistas em vestuário masculino e para aqueles que gostam de se vestir de forma *clássica*); não faltam as casas

atacadistas de doces, quinilharias para festas, tecidos; os armarinhos, drogarias, livrarias e sapatarias, além das velhas galerias. Muitas dessas casas comerciais continuam com suas portas abertas, mas na efervescência do centro comercial, durante as décadas de 30, 40, 50 e 60, este era solidamente representado pelo movimento de algumas casas comerciais, dentre as quais destacamos: a Casa Itajubá, a Casa Lunardi, a Casa Falci, a Sapataria Metro, a Camisaria Alberto, a Casa Bristol, a Casa Guanabara, a Fábrica de Calçados Rio Chic, a Casa das Louças, a Casa Ranieri, a Drogeria Araújo, a Cofermeta, a Casa Globo, a Casa Gaetani, a Sapataria Central, o Novo Camiseiro, a Casa Rolla, a Casa Levy, a Mobiliadora Inglesa, a Casa de Móveis Mancini...

Conforme o Anuário Comercial e Industrial de Minas Gerais de 1947, no que se referia ao centro comercial de Belo Horizonte, o comércio de tecidos e armarinhos a cargo de comerciantes árabes, concentrava-se na rua dos Caetés e na avenida Santos Dumont, o que de alguma forma permanece até hoje; os negócios com ferragens a cargo de italianos, ficava nas ruas dos Tupinambás, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, avenidas Amazonas e Paraná; no comércio de chapéus, destacava-se a Chapelaria Prada, na avenida Afonso Pena, a chapelaria Brasil, na mesma avenida, a Indústria de chapéus Belo Horizonte, na avenida Amazonas; as sapatarias mais tradicionais se encontravam na avenida Afonso Pena... Enfim, havia um elenco de casas e ramos comerciais tradicionais na cidade, muitos deles ainda em pleno funcionamento nos mesmos endereços, reconhecidos como pontos de referência histórica na cidade.

À medida que houve um processo de adensamento do centro comercial em períodos mais recentes, principalmente com a multiplicação do comércio ambulante, ali concentrado, tornando-o cada vez mais importante no provimento da população e, aliado a isso, com a facilidade de acesso através da avenida Amazonas, um dos principais corredores por onde flui mercadorias e pessoas, ligando

o centro, direta e rapidamente, a outros municípios, o *comércio tradicional* vem servindo não apenas aos habitantes de Belo Horizonte, mas, por ainda ter um importante comércio atacadista, abastece pequenos comerciantes que vivem em regiões vizinhas ou municípios que fazem parte da área metropolitana, suprindo-os com aquelas mercadorias consideradas raridades.

Palavras Finais

Certamente, o centro comercial tradicional de Belo Horizonte não atrai aqueles interessados em adquirir roupas da última moda, elegantes e de grande variedade; muito menos buscam ali encontrar boutiques especializadas, modernas livrarias, restaurantes requintados ou casas apinhadas de ornamentos para o lar. Muitas vezes, além das antigas casas comerciais que ainda (e somente elas) comercializam produtos denominados *antiquados*, o atrativo é a própria rua, os calçadões, as esquinas e as portas das lojas. É nesse *pedaço* carregado de memória que, entre uma compra e outra, durante o cafezinho nos tradicionais cafés ou a cervejinha nos bares antigos, no intervalo do almoço, no pagamento das contas nos bancos, ou na simples *ida ao centro*, no perambular como um *flâneur*, é possível encontrar amigos, antigos conhecidos e se fazer novas relações de amizade, traduzindo-o, assim, em lugar de encontro. Para essas pessoas, principalmente os mais velhos, ir ao centro da cidade significa sentir-se em casa e vivo; pertencer a um lugar: essa cidade que ainda guarda

testemunhos do seu passado (refúgios de identidade e sociabilidade), proporcionando à sociedade local ricas experiências; tempos que não voltam mais e que fazem parte do passado.

Nesses últimos anos que antecederam ao ano do centenário de Belo Horizonte, surgiram projetos relacionados ao centro da cidade e, ultimamente, ocorrem pressões no sentido de retirar daí elementos que acarretam *problemas*. Dentre muitas idéias, existem, de um lado, aquelas que objetivam limpar essa região de infortúnios, fruto da convergência e concentração de pessoas, de transportes coletivos e mercadorias... Enfim, deixar livres os acessos para os carros, por exemplo, em função de projetos de novos centros comerciais (*shoppings centers*) em andamento. De outro, há os que se interessam em manter a memória da cidade acesa, como o que ocorre com associações de comerciantes de algumas das vias de comércio tradicional, com destaque para o recente movimento pró-recuperação do comércio da rua dos Caetés.

Finalmente, é fundamental chamarmos a atenção para o fato de que a preservação dessa memória viva da cidade, para muitas pessoas, tratar-se-ia de uma luta que é parte significativa do projeto de vida dos mesmos. Para esses, não há dissociação entre trabalho e lazer. Entendemos que empreender projetos visando à existência e permanência no centro, de estabelecimentos comerciais que têm uma história que é parte da cidade, a sociedade ganha, pois esses lugares representam a possibilidade de humanização do centro e da cidade, através da persistência de relações de sociabilidade que aí ocorrem.

Bibliografia

- BAUDRILLARD, Jean. *La Société de Consommation*. Paris: Éditions Denoel, 1989.
- BMG *Memória da Economia da Cidade de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Monteiro Corrêa Promotores Associados, 1987.
- Boletim Comercial de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais. Vários números.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII. Os Jogos das Trocas*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1996.
- CALVINO, Italo. *Marcovaldo ou as Estações na Cidade*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.
- CARLOS, Ana Fani A. *O Lugar no/do Mundo*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.
- CASCUDO, Luís da C. *Tradição, Ciência do Povo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1971.
- CLAVAL, Paul. "La Teoria de los Lugares Centrales" In: *Centralidade Regionalização*. Textos Básicos I. Rio de Janeiro: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1968.
- Fundação João Pinheiro. *Jornal O Cometa Centenário* ("100 anos de comércio de BH"). Belo Horizonte, 1995/96. Vários números.
- Jornal O Estado de Minas*. "Coleção BH 100 Anos. Nossa História" Belo Horizonte, 1996/97. Vários n.ºs.
- GEORGE, Pierre. *Sociologia e Geografia*. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1969.
- KOTHE, Fávio R. (Org.). "Walter Benjamin" *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ed. Ática, 1985.
- LEFEBVRE, Henri. *La Révolution Urbaine*. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. *A Re-Produção das Relações de Produção*. Porto: Publicações Escorpião, 1973.
- _____. *La Production de l'Espace*. (3^{ème}. Édition). Paris: Éditions Anthropos, 1986.
- LEMOS, Celina B. *Determinações do Espaço Urbano: Evolução Econômica, Urbanística e Simbólica do Centro de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Departamento de Sociologia/UFMG, 1988.
- Revista Comercial de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Associação Comercial de Minas Gerais. Vários números.
- Revista Mensagem Econômica*. Associação Comercial de Minas Gerais. Vários números.
- RONCAYOLO, Marcel. *La Ville et ses Territoires*. Paris: Éditions Gallimard, 1990.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- _____. *A Natureza do Espaço. Espaço e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. *Comportamento da Economia Mineira. Período 1960-1977*. Documento 18. Comércio. Belo Horizonte, dez/78.
- WEBER, Max. *História Geral da Economia*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.
- WITTE, Bernd. "Por Que o Moderno Envelhece Tão Rápido" In: *Revista USP*, número 15. São Paulo: Universidade de São Paulo, set-out-nov/1992.



RONDÔNIA: ESPAÇOS E TEMPOS DILACERADOS

Januário de Oliveira Amaral

Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rondônia

RESUMO:

A partir de 1970, Rondônia foi vista como sendo um lugar de busca de novas oportunidades. De modo geral, o Estado é hoje considerado como um espaço de degradação ambiental e de extermínio cultural. O texto, a partir deste quadro, busca dar reflexões teóricas sobre os espaços e os tempos das diversas práticas culturais consubstanciadas em experiências concretas.

PALAVRAS-CHAVE:

espaço – Amazônia – Rondônia

ABSTRACT:

Since 1970 Rondônia has been regarded as a place of new opportunities. Nowadays, people usually see this State as a place of environment degradation and cultural annihilation. From these points of view we'll get theoretical reflections about spaces and times of several cultural practices mixed in concrete experiences.

KEYWORDS:

space – Amazon region – Rondônia

"Hoje já não tenho onde morar.

Não, não, não, não.

Na floresta, o meu barraco era coberto de jacó.

Seringueira companheira sustentava meus gurus.

Mas de repente tudo se modificou,

No lugar do homem,

Foi o gado quem ficou..."

Hélio Melo, *O caminho sem destino.*

A partir da década de setenta, a Amazônia tornou-se *um turbilhão social*, no sentido que os conflitos se intensificaram. As dimensões iam desde as cidades, vilas, vilarejos, áreas rurais e urbanas, até

extrapolando as fronteiras nacionais, processo que excluiu milhares de pessoas que foram arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelas estradas em direção a novas vidas nas periferias das cidades, num movimento rápido e catastrófico de crescimento urbano. Movimentos de significativa importância social, como os Povos da Floresta e o Movimento dos Sem Terra, desafiam o poder político e econômico, lutando para obter algum controle sobre suas vidas, evidenciando a fertilidade dos movimentos sociais neste final de século XX. Trata-se, enfim, dos efeitos da globalização econômica, drasticamen-

te flutuante e socialmente perversa, que procura excluir de uma parcela considerável da sociedade a possibilidade e o direito à cidadania.

No final da década de noventa, esses processos sociais que dão vida e morte, alegria e dramaticidade, conquista e perda, alienação e desalienação, mantendo-o num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm chamar-se novo, racional, técnico, moderno, anti-atraso, desenvolvimento e outros adjetivos que queiram imputar a esse processo socialmente injusto e excludente.

Aliás, WEBER (1996) clarifica, no desfecho de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o comportamento do capitalismo ao afirmar que o poderoso cosmo da moderna ordem econômica é como um *cárcere de ferro*. Essa ordem inexorável, capitalista, legalista e burocrática determina a ida dos indivíduos que nasceram dentro desse mecanismo com uma força irresistível.

Essa ordem tentará determinar o destino do homem, na região Amazônica, até que a última tonalidade de minério seja extraída ou a última árvore seja transformada em mercadoria, da indústria nacional ou internacional, pouco importa.

Na teia de relações sociais que fazem parte da Amazônia contemporânea, o uso de uma única faceta para interpretar os múltiplos processos, levados a efeito pelo governo militar autoritário pode ser cangaço, para não dizer insuficiente.

"Na realidade o que nos parece estar em questão num primeiro momento é o papel do homem na análise geográfica. O homem não é analisado como integrante de uma coletividade ou grupo. Agora pensa-se o homem enquanto sujeito, num processo amplo de reprodução, que ultrapassa a mera reprodução material. A dificuldade surgida nessa perspectiva de análise refere-se ao uso do método." (CARLOS, 1982, 136).

Outro aspecto de relevo é o entendimento do espaço e do tempo em nosso contexto sócio-cultural. Por exemplo, na segunda metade do século passado, o tempo de uma viagem do Porto de Manaus com as roupas sujas da elite da borracha, narrado com muita

clareza por Eric ORSENA (1990), para serem limpas na Cornualha, na Inglaterra, era de aproximadamente quatro a cinco meses; hoje essa distância pode ser cumprida em poucas horas, não mais se transportando roupas, é claro. O que vai implicar numa postura metodológica diferente na compreensão da realidade contemporânea. Segundo BERMAN (1988,15)

"(...) existe um tipo de experiência vital experiência de tempo e espaço, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida - que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje. (...) A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia."

Assim, ao analisarmos o processo de colonização das novas terras, é indispensável levar em consideração a sua totalidade, enquanto processo social. As dimensões do processo de colonização agrícola vão revelar um fato importante que diz respeito ao espaço e ao tempo pré-existentes, ou seja, o processo constitutivo da colonização vai se concretizar num espaço habitado e num tempo onde as mudanças se dão com base em outras lógicas. Por enquanto, por falta de uma definição mais apropriada, chamaremos de *espaços e tempos amazônicos*.

No caso, a colonização vai representar o moderno, o racional, o técnico. Em contraposição, os posseiros, seringueiros e ribeirinhos vão representar o atrasado, o arcaico, o improvisado. Contudo, não se pretende aqui empreender uma análise dual entre novo e velho, moderno e atrasado.

O conjunto e a magnitude das forças que participam desse moderno processo de ocupação da Amazônia são gigantescos. De um lado, atores e sujeitos locais: grupos e nações indígenas, posseiros, ribeirinhos-pescadores, seringueiros-castanheiros, pequenos agricultores, e parcelas de uma burguesia

conservadora mercantil derivada da economia do *aviamento*. De outro, o moderno, o desenvolvimento é representado por novos atores do porte da Estatal Eletronorte, e grupos privados como a Paranapanema, a Brascan, o Grupo Cassol, uma lista constituída por capital estatal, multinacional e nacional; também o desenvolvimento é representado por inúmeros projetos de colonização agrícola implantados no Estado pelo INCRA, desde de 1970.

Continuando com suas reflexões sobre o moderno, BERMAN (1988, p. 13) afirma que,

"(...) ser moderno é viver uma vida de paradoxo e contradições. É sentir-se fortalecido pelas imensas organizações burocráticas que detêm o poder de controlar e freqüentemente destruir comunidades, valores, vidas; e ainda sentir-se compelido a enfrentar essas forças, a lutar para mudar o seu mundo transformando-o em nosso mundo."

Uma permanente colisão de grupos e conluios, um contínuo fluxo e refluxo de visões e concepções de espaço e de tempo.

Verifica-se que o espaço e o tempo são regidos de acordo com o projeto de cada sociedade ou grupo social. Transformações espaciais e velocidades temporais diferentes entram em concorrência, se confrontam abertamente, norteadas por lógicas também diferentes. As escalas de tempo de um empreendimento do tipo Usina Hidroelétrica de Samuel, no Rio Jamari, da Estatal Eletronorte, mede-se, aproximadamente, por uma década, já a economia dos ribeirinhos, residentes às margens do Rio Madeira é de gerações em gerações; o tempo das sociedades indígenas é regido por escalas centenárias. Até mesmo a economia do *aviamento* soube se adaptar ao tempo amazônico, adaptou-se àquele lento *vai e vem* dos rios amazônicos.

Ajuste este que alguns estudiosos da Amazônia atribuíram como sendo resultado da indolência do homem amazônico. Para aqueles que pensavam desta maneira, só podemos afirmar que tais indivíduos não compreenderam a cultura e a dinâmica da vida em um seringal, por exemplo.

Desta forma, as conseqüências desse amálgama da engenharia social levada a efeito em Rondônia, recentemente evidenciada no espaço e no tempo, que decorrem, na realidade, de concepções axiológicas radicalmente distintas, não poderiam ser diferentes: *espacialidades e temporalidades dilaceradas* pelo movimento constante do capital, de um *capitalismo* que implica em degradação ambiental, em sentido amplo, e extermínio cultural.

Simultaneamente, as empresas na Amazônia se utilizam das técnicas mais avançadas em tecnologia e ao mesmo tempo lançam mão do trabalho escravo em suas unidades produtivas, as fazendas. É o empreendimento capitalista que se utiliza de formas não capitalistas, no processo de reprodução ampliada do capital na região Amazônica.

É um processo que em princípio degrada e estigmatiza o *Outro* para, com técnica de engenharia social, pôr em prática o processo de dominação e controle dos grupos que dominam, subjagam e exploram os subalternos.

Isto porque os subalternos são olhados com outra lógica, um olhar etnocêntrico - que não procura entender as particularidades mas acima de tudo impõe o seu próprio modo de fazer e ver a realidade. São vistos, sobretudo, como gente sem história, logo, sem passado, sem presente e sem futuro. Tal como SANTOS (1997 p. 07) contraponho essa visão pois,

"todas as realidades são provisórias, são históricas, no sentido de pertencerem a dada comunidade, não há porque absolutizá-la. Desta maneira não há ordenamento da fala e do pensamento do outro, não há um identificar conceitos meus no outro. A garantia está no compromisso de trabalhar com o outro, a aceitação do outro não como objeto de estudo, de observação, de descrição, mas como singularidade aglutinada e pulsante".

Um posseiro que habita uma área e recusa-se a sair dela para outro lugar, não é porque ele vê algum ganho econômico imediato, mas acima de tu-

do, aquele lugar representa muito mais que o fornecimento de alimento que retira da terra, aquela natureza foi antropomorfizada pela sua dinâmica, pela sua cultura; ali estão sepultados os seus parentes. Logo, não pode ter a mesma estrutura de conceituação que tem um fazendeiro com escritórios na Avenida Paulista, em São Paulo, que quer a propriedade da terra para fins meramente especulativos. Existe, assim, uma diferença brutal: um é posseiro, o outro é proprietário. São realidades distintas com universos de representação também distintos, o que vai implicar em um olhar diferente perante a natureza, com projetos contrários para a utilização da natureza.

Ademais, segundo SANTOS (1997, p.03)

"(...) dar continuidade ao processo de descrições, que pretendem resgatar o 'modo de ser' do seringueiro não a partir de sua rede de signos, mas a partir de valores e signos que não são necessariamente seus, acaba por identificá-los com valores e signos que não são os seus, negando-lhe a possibilidade de mostrarem-se como singularidade."

A lógica do espaço e do tempo do seringueiro é regida pelo seu sistema cultural, herdado de seus pais que, por sua vez, aprenderam a dinâmica da floresta com os indígenas, saberes que não são levados em consideração pela sociedade de mercado.

Porém, a realidade é dialética, e os sujeitos criam formas específicas de enfrentamento dos diversos modos de utilização da natureza. Durante esse processo, um exemplo significativo desse amálgama é a forma específica que os seringueiros encontraram para garantir a sua *seringuinidade*, ou seja, a sua condição de seringueiro, a partir de experiências concretas, cuja substância são as Reservas Extrativistas (as RESEX). Segundo SANTOS (1997, p.03)

"(...) esta dinâmica criadora e geradora de signos e significados tem garantido numa região de floresta, cujo contato com as cidades chega a demorar até seis meses, não somente sua identidade e história. Mas, principalmente, sua sobrevivência."

De certo modo, as trajetórias sociais podem ser percebidas no espaço e sentidas no tempo pela

fala de um seringueiro que entrevistamos no projeto de colonização Sidney Girão, em 1992:

"sabe, aqui antigamente, no tempo que não tinha colonização com esses pessoal ai do sul; no tempo que a terra era virgem, era um tempo de muita fartura, eu era livre como esses pássaros. Agora depois que os governos apoiaram a colonização, tudo virou bagunça. A terra agora tem dono. Eu não entendo que agora eu não posso mais entrar naquela mata. Disseram que ali já tem dono. Mas como, ali não pode ter dono não senhor. Tá igual quando a gente chega ali na corrutela do garimpo de ouro do Rio Madeira, quando você olha uma mulher e chega um e diz: epa! Ela já tem dono. A nossas terra tá igual a uma prostituta do garimpo, sempre chega um e diz que já tem dono. Como pode ser possível?" in.: Amaral (1994).

Assim concebido, o espaço geográfico é, na verdadeira acepção da palavra, um produto social, porque resulta do trabalho que a sociedade organiza para alcançar os seus objetivos, ou seja, a sociedade está inteiramente motivada para a produção do espaço, em sintonia com os projetos a que se propõe. Utiliza nessa tarefa os modos e as ações que a sua cultura coloca à sua disposição: força de trabalho, meios de produção, ciência e tecnologia, relações simbólicas etc.

Os *projetos* de cada sociedade constituem, portanto, um fio condutor do conhecimento do seu espaço, resultado do sistema de valores, tradições, atitudes e práticas culturais, sociais e políticas. Em outras palavras, resultam da ideologia na qual cada sociedade colhe as suas motivações e as suas razões de ser e agir.

Os URU EU WAU WAU, por exemplo, perceberam, ao longo de suas experiências, que a fertilidade da terra na Amazônia estava diretamente relacionada com a floresta e desenvolveram um tipo de agricultura consorciada com a *mata*.

Os seringueiros, mais recentemente, compreenderam e exploraram o potencial extrativo da Amazônia, sem que para isso fosse necessária a destruição das densas florestas equatoriais. Já os colonos e os posseiros que ocuparam modernamente a

região tentaram num primeiro momento reproduzir nas novas terras os modos de viver de suas regiões de origem. Hoje, com a experiência e o aprendizado com grupos locais, tentam adequar suas culturas ao ambiente amazônico.

Projeto completamente diferente tiveram os militares para a Amazônia na segunda metade deste

século. Para eles, como axioma, o progresso material é a condição imperativa para sua expansão, expansão esta apoiada na técnica e na ciência, voltado ao lucro e estranho ao meio amazônico. E os projetos de desenvolvimento apoiados pela SUDAM, bem como a colonização agrícola, pretende ser o mecanismo de tal empresa.

Bibliografia

AMARAL, J. J. de O. *Terra virgem Terra prostituta: o processo de colonização agrícola em Rondônia*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994. (Dissertação).

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

CARLOS, A. F. A. "Os Caminhos da Geografia Humana no Brasil" In.: *Boletim Paulista de Geografia*, nº 71, São Paulo, AGB, 1982.

IANNI, O. *Ditadura e Agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ISNARD, I. *O espaço Geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.

MARTINS, J. S. *Fronteira a degradação do Outro nos*

confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, F. de. "A reconquista da Amazônia" In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, N.º 38, mar de 1994.

ORSENA, E. *A Exposição Colonial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, N. *A invenção do seringueiro*. São Paulo: DG/FFLCH-USP, 1997. (mimeo).

POLANY, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1996.



ILHA DE CARATATEUA, BELÉM/PA: O NÚCLEO MODELO DE OCUPAÇÃO E AS FORMAS DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO*

Maria de Jesus Benjamin da Silva
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

RESUMO:

Este trabalho aborda a diversidade do processo de produção e reprodução do espaço urbano. A realidade analisada é a Ilha de Caratateua, que é parte integrante da Região Metropolitana de Belém. Nesta perspectiva, o processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho e através destas, nas relações entre o homem e a natureza, coloca-se como uma relação que deve ser entendida em várias determinações: econômicas, políticas, ideológicas, sociais, culturais, jurídicas e filosóficas, que o integram. Em que medida estes fatores produzem na Ilha de Caratateua um espaço urbano como condição e meio de reprodução da força do trabalho, é nossa preocupação fundamental de análise, a relação capital *versus* trabalho e também as relações sociais neste espaço urbano, verificando a complexidade existente através do crescimento urbano desordenado que produziu e reproduz o desequilíbrio no uso do solo urbano da Ilha.

PALAVRAS-CHAVE:

espaço – urbano – (re)produção – relações – capital

RÉSUMÉ:

Ce travail aborde la diversité du processus de production et reproduction de l'espace urbain. La réalité de l'analyse est l'île de Caratateua, qui s'intègre à la Région Métropolitaine de Belém/PARÁ. Dans cette région et avec cette perspective-là, nous concevons le processus de production de l'espace fondé sur des relations de travail et, à travers ces relations, dans le rapport entre l'homme et la nature, lesquelles doivent être entendues dans ses différentes déterminations: économique, politique, idéologique, sociale, culturelle, juridique et philosophique, qui les intègrent. Dans quelle mesure ces différents éléments produisent en île de Caratateua un espace urbain comme condition et milieu de reproduction de la force de travail, c'est la préoccupation fondamentale de notre analyse. Le rapport entre capital *versus* travail et aussi les relations sociales présents dans cet espace urbain, apparemment désordonné, elles ont produit e reproduisent différentes et inégales utilisation du sol urbain en île.

MOTS CLÉS:

espace – urbain – (ré)production – rapports – capital

O presente estudo procura mostrar alguns aspectos do processo de produção e reprodução do espaço. A questão maior se refere à necessidade de entender como o espaço urbano (re)produz-se e quais as relações sociais que comandam o processo. A realidade a ser analisada neste trabalho é a Ilha

de Caratateua, distrito que pertence à Região Metropolitana de Belém, que está a 35 km da cidade,

* Texto apresentado no 6º Encontro de Geógrafos da América Latina. Buenos Aires/Argentina.

possuindo uma área de 3.182 ha. e com uma população de 15.797 hab.

Para se iniciar um estudo sobre a área metropolitana de Belém, mais especificamente a Ilha de Caratateua, é preciso compreender a geografia da Ilha e a Amazônia, região da qual faz parte e sua inserção no processo de expansão urbana no Brasil, especialmente em Belém.

A grande Belém, como espaço metropolitano, além de centro político administrativo, sempre abrigou as principais atividades regionais de caráter industrial, comercial, serviços públicos, privados, culturais e financeiros, sendo também o ponto de convergência das principais vias de transporte regional. Possui posição estratégica, funcionando como pólo terminal dos eixos rodoviários que ligam o Norte ao Nordeste e ao Centro-Sul do Brasil (Belém-Brasília ou Br 316 a Transamazônica ou Rod. 230). Belém tem se expandido rapidamente em função do crescimento populacional um terço da população do Estado pertence à Região Metropolitana de Belém, e está distribuída em seus bairros, distritos e núcleos habitacionais, que lhe dão especificidade e, ao mesmo tempo, inserem-na no fenômeno urbano mais amplo. Trata-se, sem dúvida, de uma região bastante urbanizada com marcante densidade demográfica.

As novas políticas públicas que nos últimos 30 anos vincularam a Amazônia ao processo de metropolização, também impulsionaram o aparecimento e o rápido crescimento de cidades de expansão capitalista. Estes processos estão inseridos não só na dinâmica da produção do espaço nacional, como também do projeto de mundialização das relações sociais próprias do modo capitalista de produção, as quais se expandem ininterruptamente. As mudanças que ocorreram no território nacional, nas últimas três décadas (60, 70, 80), levaram à reformulação de toda a problemática da urbanização na Região (o processo da urbanização redefinindo o urbano), no País e nos demais países do terceiro mundo. Essas mudanças se referem, em primeiro lugar: à divisão internacional do trabalho e à conseqüente internacionalização da

economia; em segundo lugar, às transformações nos padrões de propriedade e controle do capital; em terceiro lugar, às mudanças na tecnologia da produção, na administração, no comércio e no sistema financeiro.

Nas cidades amazônicas, contudo, não foram criadas as condições gerais necessárias para que este processo se sustentasse. A ocupação do espaço da cidade se deu desordenadamente, sem nenhuma infra-estrutura ou outra exigência de cunho social. A nova ordem estabelecida, a partir da década de 60 e as transformações da economia, da política nacional, ou seja, do modelo de crescimento econômico financeiro brasileiro, com a adoção de estratégias a nível regional, via Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), Banco da Amazônia S/A (BASA), ou através dos Grandes Projetos de Impacto implantados pelo Estado na região, marcaram a atual fase do desenvolvimento de Belém. A viabilização dos Grande Projetos, a qualquer custo, produziram transformações no espaço regional e urbano. Novas exigências se materializaram no urbano para a reprodução da força de trabalho: transportes, escolas, posto de saúde, entre outros.

Em Belém, a questão da moradia começou a se tornar mais séria a partir do momento em que passar a ocupar as terras baixas (*baixadas* ou terrenos alagados ou alagáveis), em virtude do esgotamento das terras altas, ou firme, e dos terrenos vazios, ao longo das rodovias que contornam a cidade ou dela partem. As terras baixas ocupadas foram adquirindo feições de áreas urbanizadas, ou melhor, foram se valorizando enquanto solo urbano, apto para outros usos que não o residencial. A valorização dessas áreas deu lugar ao surgimento de pretensos donos, buscando por todos os meios legais, ilegais e ilegítimos ou legítimos, adquirir seu domínio sobre a terra (propriedade privada). Esta, no mais das vezes, pertencente à municipalidade.

A modificação do perfil urbano foi a conseqüência desse processo.

O solo urbano de Belém, como nas demais cidades capitalistas, proporcionou renda e por isso foi objeto de disputa e apropriação por diferentes grupos privados. A apropriação do espaço urbano, centrada na propriedade privada, na renda e no lucro, impediu as classes trabalhadoras o acesso à moradia, fazendo com que as ocupações crescessem em Belém. Este aumento gerou um crescimento urbano acelerado, que favoreceu a acumulação e a concentração do capital, por um lado, e intensificou a exploração do trabalho, por outro, com todas as consequências sociais. Além do que, também acrescentou o crescimento das periferias.

Belém não possuía infra-estrutura para receber o grande fluxo migratório de pessoas vindas do interior e de outros Estados, que se deslocavam em sua direção, formando um elevado contingente de mão-de-obra pouco qualificada para o trabalho urbano. O crescimento da região estava intimamente ligado às atividades industriais, cujo dinamismo apoiava-se no uso intensivo dos fatores capital e mão-de-obra qualificada. Isto provocou efeitos negativos em termos populacionais e espaciais, com a marginalização dos trabalhadores menos qualificados, acentuando as desigualdades sociais e espaciais.

O Pará, como outros estados da Região, estava passando por processo de expansão, acumulação ampliada e concentração do capital na cidade e no campo. Seus reflexos eram diretos na metrópole regional. Nessa linha de pensamento, é procedente recordarmos Paul SINGER, que assinala: “a organização social assenta sobre a divisão do trabalho. Dela surgem as classes sociais, é a partir dela que definem o *status* e os papéis do indivíduo e dos grupos na sociedade. A divisão do trabalho não condiciona apenas determinadas relações entre indivíduos e os grupos da sociedade, ela também condiciona as relações entre coletividades diferenciadas no espaço” (1977. p. 10).

É importante ressaltar que à medida em que Belém se expandia, em concomitância com as formas, pelas quais seu solo foi ocupado e utilizado pela

população, as terras altas e as áreas alagáveis de seu sítio foram se esgotando. Dessa forma, o crescimento de Belém deu-se em direção ao interior, ocupando os eixos das Rodovias Almirante Barroso, Augusto Montenegro, Arthur Bernardes e distritos próximos, com a tendência de crescimento em direção ao município de Ananindeua, no distrito de Icoaraci e ao seu sub-distrito de Caratateua, ocorrendo a interligação com Belém através do adensamento de ocupações das margens da Br 316. Assim é que, na década de 80, as áreas até então consideradas rurais passaram a fazer parte do espaço da cidade, isto é, da Região Metropolitana.

Dessa forma, entendemos ser esta a origem da cidade, iniciando-se o processo de urbanização, em cuja fase está a constituição da sociedade de classe e, portanto, da divisão do trabalho. Considerando historicamente a divisão social do trabalho, decorrente da separação entre o trabalho intelectual e manual, estamos também considerando a divisão territorial do trabalho, que se expressa na divisão do trabalho entre a cidade e o campo. Neste sentido, não é possível conceber a cidade sem oposição ao campo. É necessário distinguir aquela deste, mas a partir de uma concepção dialética, que ressalte a unidade cidade-campo, urbano-rural, revelando a um só tempo o seu caráter contraditório e, portanto, de oposição, mas também de complementaridade; complementaridade esta que realiza a articulação de ambos a uma dada divisão do trabalho. Lefebvre assim se referiu: “a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade (...). A cidade se transforma não apenas em razão dos *processos globais* relativamente contínuos (tais como o crescimento da produção material no decorrer das épocas, com suas consequências nas trocas no desenvolvimento da racionalidade), mas também em função das modificações profundas no modo de produção nas relações *campo-cidade*” (LEFEBVRE, 1979: 52-53).

Historicamente, Outeiro ou Ilha de Catarateua, como é conhecida hoje, teve o seu pri-

meiro momento de ocupação oficial no final do século XIX, com a instalação do Núcleo Modelo de Colonização. A Ilha foi escolhida por dois motivos: pela proximidade com a capital, Belém, e possuir um *porto* estratégico. O Núcleo Modelo de Colonização serviu de base para hospedar imigrantes estrangeiros que vinham trabalhar na Estrada de Ferro Belém/Bragança. Até o início da década de 70, a Ilha era considerada área rural do distrito de Icoaraci.

Importa ressaltar que os *núcleos* tidos como modelos assumiram um papel estratégico para as políticas de colônias, como instrumento/meio de dominação¹ e tiveram seu percurso na história da colonização. Consta que mesmo antes da chegada dos primeiros imigrantes, a Ilha já contava com uma pequena população, formada por lavradores, pescadores e nativos que construíam suas casas de taipa nos arredores do núcleo inicial. Viviam com suas famílias, de uma pequena agricultura de subsistência, utilizando-se de técnicas agrícolas, rudimentares em sua maioria (o corte do mato, a queimada, arado a tração animal e instrumentos agrícolas manuais), da pesca e da caça para sobreviver. Portanto, nessa época, já existia uma estrutura fundiária nos arredores do núcleo, marcado por casas, sítios chalés e hospedarias e começavam a dar lugar a uma nova forma de ocupação do espaço, fragmentando as propriedades e posses em pequenos lotes; esta nova forma de ocupação e uso da terra atendia à funcionalidade do núcleo.

Saliente-se que a produção do espaço pressupõe um movimento historicamente determinado, que implica na própria produção da sociedade. Cada

transformação ocorrida no processo civilizatório produz espaços diferenciados desiguais. O espaço não é um produto qualquer, mas um produto das relações concretas do homem em sociedade e com a natureza no transcurso de seu processo de humanização. Este processo ocorre a partir da prática sócio-espacial que o homem vai construindo ao longo do processo histórico.

Neste sentido, na expansão da ocupação e uso do solo, Caratateua é estiolada apesar de sua pequena população. Em 1902, o desarticulado povoado apresentava inexpressivo número de habitantes. Portanto, o Núcleo Modelo não representou nenhum interesse ou não apresentou nenhum atrativo para que o governo justificasse melhor administração. Em 1902, houve a emancipação das colônias existentes no Estado e Caratateua ficou entregue à sua própria sorte.

Cada época histórica se distingue da outra pela forma como os homens constroem geograficamente seus modos de vida e seus espaços. Nos elementos da paisagem revelam-se os dados básicos do modo de vida que se plasmaram na Ilha. Por muito tempo, precisamente de 1910 até a década de 70, a Ilha ficou no esquecimento da história oficial. Nessas seis décadas dominou o modo de vida camponês, com base no trabalho familiar sobre a terra, para o plantio culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão e algumas hortaliças), que abasteciam os ilhéus e alguns moradores do distrito de Icoaraci. Por possuírem baixos níveis de renda viam nessas culturas e seus excedentes uma alternativa de sobrevivência. Por volta de 1970, inaugura-se um segundo momento de ocupação da Ilha de Caratateua. A relação mercantil travada entre a cidade e o campo se reestrutura para ganhar um novo caráter. Por algum tempo, a Ilha e sua população permaneceu predominantemente rural. É justamente devido a esse caráter rural que ela passou então a ser submetida por um processo de apropriação e especulação imobiliária.

A ocupação desordenada da Ilha de Caratateua foi acelerada a partir da década de 80, quando um grande contingente de pessoas sem moradia em Belém e

¹ O Núcleo Modelo de Colonização é criado pelo Governo paraense na Ilha de Outeiro (hoje Caratateua com o objetivo de higienizar e hospedar imigrantes que se destinavam às colônias agrícolas da região Bragantina do Estado do Pará. Os colonos imigrantes antes de se dirigirem às colônias, passavam por um período de quarentena no Núcleo Modelo, era uma maneira de higienizá-los contra as possíveis doenças trazidas de seu país.

uma elevada concentração de migrantes, principalmente oriundos de outras partes da região, demonstra que a questão habitacional era relevante para que essa população se fixasse na capital. Essa grande mobilidade espacial da população, por certo, provocou mudanças substanciais no urbano. As contradições sociais no interior da sociedade paraense intensificaram-se rapidamente, e de tal forma, que o inchaço de Belém é um de seus efeitos e móvel, onde se observa a intensa expansão da periferia e dos distritos.

Assim, efetiva-se a expulsão dessa população de baixa renda (portanto, sem acesso ao mercado formal de bens), para os bairros considerados longínquos, na medida em que para lá só restava a alternativa de realizar ocupações clandestinas em terrenos não autorizados.

A questão fundiária urbana da Ilha é reflexo direto do rápido crescimento de Belém, que tem sido trabalhado apenas como um problema de espaço físico e não como uma questão social. O Estado, em nível local, tem se pautado na alteração do atual processo de ocupação territorial, de duas formas: diretamente, através do remanejamento da população, ou indiretamente, através da urbanização.

Observa-se assim que o processo de ocupação desordenado da Ilha ampliou o universo da especulação fundiária urbana, que não se faz presente só na área central da mesma, mas também se deu com imenso vigor no interior. Certas áreas da Ilha que são de interesse pessoal do governo, foram valorizadas através da ocupação incentivada. Portanto, à medida que a ilha vai sendo ocupada, cada vez mais cresce sua periferia. Os terrenos na Ilha atingiram preços proibitivos para os moradores locais pois, sendo esses de baixo poder aquisitivo, não têm condições de comprar um lote na área central.

A mercantilização acelerada dos terrenos urbanos gera os conflitos de terras, uma vez que a situação de titularização de propriedade é bastante confusa, com a existência de vários títulos de um mesmo terreno (os famosos *biliches* das áreas de fronteiras estão presentes no urbano).

A ocupação das terras no distrito aparece como a única alternativa para morar sem ter que se pagar o aluguel. Tal fato se deve à intensificação da economia regional, das novas relações de propriedade, de transformações no uso do solo e nas relações de trabalho que se instituem na cidade e no campo, provocando um afluxo maior de pessoas para as áreas urbanas, ou para a própria cidade de Belém, onde o deslocamento de um bairro a outro se dá a olhos nus, ocorrendo um contínuo processo de periferização.

Hoje, as formas de ocupação da Ilha são as mais diversas: na área central, ou seja, no principal núcleo urbano ficam algumas mansões que pertencem aos novos ricos e que só as ocupam no período de veraneio; as casas comuns de alvenaria são distribuídas nas várias localidades da Ilha, que servem apenas de dormitório para alguns; as casas populares, a tradicional casa feita de madeira, pertence aos habitantes locais, e os casebres que se localizam na periferia da Ilha, onde estão as grandes ocupações, estas com estruturas precárias de madeira, são cercadas por caixas de compensados e o plástico preto como cobertura, ainda é pouco comum.

Ressalte-se que, de um modo geral, a Ilha não possui infra-estrutura e equipamentos coletivos (saneamento básico, escolas suficientes, postos de saúde, ônibus adequados, entre outros), capazes de atender às necessidades de seus habitantes.

A cidade de Belém, como outras da Amazônia, do Brasil e do mundo capitalista, não é apenas concentração populacional (ao mesmo tempo força de trabalho e mercadoria consumida), mas também concentração dos meios de produção de mercadorias e reprodução da força do trabalho equipamentos coletivos e públicos, infra-estrutura de serviços e informações, estes últimos ainda precários em Belém; é expressão de sua super-estrutura jurídica, política, ideológica; nela circulam e se reproduzem as idéias, os valores, os símbolos, o poder, os signos da sociedade capitalista.

O espaço urbano analisado do ponto de vista da cidade, como concentração que possibilita a produção da circulação do capital, portanto, de sua reprodução, não exclui sua consideração como produto da produção social, implicando com isso um determinado *modo de vida* para a sociedade humana.

O espaço geográfico reproduz-se, hoje, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade. Na produção do espaço há algo mais, um lado estratégico e político de grande importância, pois não é uma

produção qualquer; já acrescenta algo decisivo a esta, visto que é também reprodução das relações de produção.

"Ir morar no meio do mato foi a maneira que essas famílias encontraram para ter acesso à casa própria. E se resolveram enfrentar as más condições de um lugar longínquo e sem infra-estrutura urbana, foi porque também alimentavam uma crença no progresso; esperavam que, com o tempo - mesmo que fosse muito tempo - as coisas fossem melhorar" (CALDEIRA, 1980).

Bibliografia

- BAENA, A.L.M. *Província do Pará*. Belém/Pa: Editora Imprensa Oficial.
- CAMPOS FILHO, C.M. *Cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 1989.
- CARLOS, Ana F. A. *A (Re)produção do Espaço Urbano*. São Paulo: USP, 1994.
- CODEM, P. *Diretores das A. Urbanas da RMB: Caratateua e Mosqueteiro*. Belém/Pa, 1989.
- CRUZ, E. *Colonização no Pará*. Belém: INPE, 1958.
- G E do PARÁ. *Rel. de 15 de agosto de 1858: 104: 117: 119: 120: 121*. Biblio. do Arquivo Púb. Belém/Pa.
- _____. *Rel. de 02 de dezembro de 1858: 310: 311/33*. Biblio. do Arq. Púb. Belém/Pa.
- IDESP. *Caract. do Sistema Urbano do Pará*. Belém/Pa, nº 1, 1976.
- JACOBS, J. *Muerte y Vida de las Grandes Ciudades*. Madri: Ed Península, 1982.
- O Diário do Pará*. Belém, 1985-1944
- O Liberal*. Belém, 1980-1995.
- A Província do Pará*. Belém, 1987-1995.
- LEFEBVRE, H. *El Derecho a la Ciudad*. 2ª ed. Barcelona/Espanha: Ed. Península, 1978.
- _____. *La Production de l'Espagne*. Paris: Éditions Anthopos, 1974.
- MARTINS, J. de S. *Subúrbio*. São Paulo/São Caetano do Sul: Hucitec/PMSCS, 1992.
- MEIRA FILHO, A. *Baixadas de Belém. Problemas Seculares*. Belém/Pa. nº 20 e 21, 1975.
- MOREIRA, E. *Belém e sua expressão geográfica*. Belém/Pa: Ed. UFPA, 1966.
- MUMFORD, L. *A cidade na história*. 3ªed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1991.
- PALMA, M. J. *Colonização e Imigração no Estado do Pará*. Belém/Pa: Ed. Imp. Oficial, 1916.
- PENTEADO, A.R. *Belém - Estudo da geografia urbana*. Col. Amazônica, UFPA, 1968. vol. I, II.
- _____. *Problemas de Colonização e uso da Terra do Estado do Pará*. Lisboa: s/e, 1969.
- P.M. de belém. *Plano Diretor das Ilhas: Caratateua e Mosqueiro*. Belém/Pa, 1993.
- SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1988.
- SINGER, P. "O uso do solo Urbano na Economia Capitalista" In: *BPG* nº 57. AGB/SP, 1980.

OS PROPÓSITOS DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Nilson Santos
Departamento de Educação UFRO

RESUMO:

Este artigo realiza uma reflexão sobre os propósitos da conservação ambiental, levando-se em consideração as distorções decorrentes do modo-de-produção capitalista, que a tudo transforma em mercadoria. Interessa-nos, neste artigo, discutir a interferência dos interesses capitalistas nas questões ambientais e, mais particularmente, na política de preservação da Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE:

conservação ambiental – Amazônia – produção do capital

RÉSUMÉ:

Il s'agit ici de mettre en relief la question de la conservation ambientale, on prend en compte les distorsions provenant du capitalisme qui transforme tout en marchandise. Le but de cet article est débattre le résultat du mode de production capitaliste, en ce qui concerne aux questions environnementales et, plus particulièrement à la politique de préservation de l'Amazonie.

MOTS-CLÉS:

conservation ambientale – Amazonie – production du capital

Afim de entendermos o tema proposto, envolvendo a conservação do meio ambiente e as saídas para a criação ou a preservação de reservas, faz-se necessário aceitar o desafio de duas perguntas: Conservar o quê? E reservas de quê?

Se pensarmos na práxis social que nos envolve, em torno da qual são estabelecidas as redes de significados, a produção material e existencial que assumimos como real, e de onde elas encerram em cada um de nós os códigos de compreensão acerca do que somos e como procedemos no mundo, fica

evidente que pretendemos conservação de capital e reservas de mercadoria.

Por uma série de análises que costumamos realizar, ou ler dos *cientistas engajados*, há uma percepção crítica apostando que, se nada for redefinido enquanto forças sócio-político-econômicas, o destino da Amazônia, nova fronteira de acumulação primitiva, será semelhante aos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, fronteiras anteriores do capital. É claro que isto depende de uma conjuntura que permaneceria inalterada.

Desta forma, como temos não só um tempo cronológico diferente, mas sociológica e economicamente distintos, isto implica que recentemente desenvolvemos práticas ambientais *mais adequadas*, com instrumentos de produção tecnologicamente melhores, além da existência de forças políticas ligeiramente diferenciadas. Conquistarmos uma consciência ecológica que tem deixado de ser simplista, e tem alcançado parcelas importantes da sociedade, ao ponto de estabelecer círculos de influências mundializados, fazendo com que determinadas bandeiras ecológicas internacionais sejam desfraldadas em favor de comunidades de locais no interior da Amazônia. Vários grupos que se sensibilizam, ou recebem financiamentos de grupos ecológicos internacionais - influenciados até por idéias que circulam no âmbito local -, acabam por influenciar o discurso ambientalista fora do país. Afinal, as mercadorias dão o caráter mundial ao capital, organizando e alinhando não somente as relações não capitalistas de produção, mas fundamentalmente realizando suas pretensões hegemônicas enquanto produtor da realidade; nivelando as discussões e as relações conceituais; padronizando o tecido de sua significação; produzindo a sensação de cooperação e identidade entre o seringueiro, o consumidor de *produtos naturais da floresta*, e a vasta gama de intermediários.

O Banco Mundial não tem a menor preocupação com os verdadeiros impactos ambientais na Amazônia, decorrentes de seus financiamentos, a menos que eles atinjam a opinião pública norte-americana. Afinal, o governo dos Estados Unidos não pretende colocar seu prestígio em cheque por causa de algumas trapalhadas cometidas. O fluxo de recursos entre o governo e o banco tem um papel importante a cumprir. Nenhum governante ou cidadão sabe ao certo onde fica a Amazônia, ou mesmo Rondônia, mas a imagem construída através de ajuda para projetos de desenvolvimento auto-sustentável em regiões como a Amazônia, sem causar prejuízo ao meio ambiente, conserva os diretores do banco em seus cargos, o governo agradece e o cidadão americano dor-

me tranqüilo. Embora o Banco Mundial tenha publicado uma nota recente nos principais jornais do mundo, desculpando-se do prejuízo ambiental causado pelo financiamento do POLONOROESTE para Rondônia, cinco anos mais tarde financiou para a mesma região o dobro de recursos com os mesmos propósitos.

Assim, há certa suspeita de que o futuro possa ser diferente.

Porém, algo de fundamental não vai mudar: a presença do capital. Não só como recurso financeiro, mas como mentalidade, como produtor de um tipo de realidade ficcional-produtiva, de onde partem outras relações com outros desdobramentos, que por sua vez garantem identidade e perenidade à ação do homem, a partir de um modo de produção material e existencial, fazendo com que este tenha uma adesão inconsciente e incondicional ao capital, como fé cega e inescapável.

Dentro desta perspectiva, o destino de todos está traçado, a lógica da mercadoria não é ameaçada, passa a ter subconfigurações próprias, respostas muito particulares, miscigenações de ordem econômica onde entram componentes da realidade local, dando ao capital um ar *caseiro*. Se não funcionamos como os grandes centros nervosos do capital financeiro, ao menos o realizamos segundo a disposição possível, não como contradição da produção, mas como imagem deformada pela distância, onde o tempo e a presença cada vez mais onisciente do capital repara os desvios. Mas só isto não encerra o problema, uma vez que as virtualidades criadas pelo capital são fortalecidas. Se os recursos financeiros se acomodam às peculiaridades locais, o capital como mentalidade, formatador da consciência, realiza a fagocitose, destruindo qualquer realidade que não consiga ser por ela decodificada.

Desta feita, o processo de objetivação se mantém, a lógica da mercadoria permanece intacta. Não deixamos de olhar para a floresta, como objeto do mercado, para o seringueiro e para o índio senão como produtores de mercadoria, ou como o próprio objeto de consumo. A produção avança para as no-

vas mercadorias, objetivando-as e embalando-as para ocuparem as vitrines do *Shopping Center*. O produto pode ser a madeira, fruto da devastação; ou o couro vegetal, invenção pequeno burguesa para evidenciar sua consciência ecológica; ou mais recentemente o ecoturismo, cujo resultado do fetiche do olhar da mercadoria acaba sendo tão devastador quanto as grandes queimadas, pois não produzem novas realidades, antes plenificam o olhar da mercadoria sobre a floresta. O caráter exótico da mata, da cachoeira, da árvore, do índio - o bom selvagem - completam o quadro romantizado. Todos querem trazer para suas casas fotos de botos cor-de-rosa, saltando no rio ao cair da tarde, ou da casinha isolada no barranco do rio, preferencialmente com o turista abraçado ao matuto, evidenciando a união universal entre o produtor e o consumidor da mercadoria. Variam-se as políticas de ocupação e produção, preferencialmente com tempero ecológico, criando a boa sensação de que agora será diferente, mais racional e humano. E realmente o será.

Será mais racional, porque obedece fielmente à racionalidade produtiva do capital - uma vez que nada escapa ao olhar mercantil. E será mais humano, porque cada um de nós - devidamente apascentado pelo caráter objetificador da nossa práxis social - se sente desprovido de vontade e poder para dissolver o real instaurado pelo capital, contentando-se com os apelos *politicamente corretos* e códigos de defesa do consumidor como sinônimos de humanização do mundo, em nada capazes de dissolver as positividades do capital.

As sensações de mudanças não ultrapassam a orla da mercadoria. A partir da nossa realidade, concebemos que toda produção, quer simbólica, quer material, é universal e natural a todos. É parte da nossa práxis social pressupor que todos olham e captam as mesmas coisas pois, até os órgãos do sentido acabam sendo tomados como naturais, apreendendo não só as mesmas imagens, como as mesmas representações.

Mas a produção da realidade não depende do voluntarismo individual. Da atitude isolada, crítica e consciente, podemos encontrar a vontade de dissolver os pressupostos existentes. E isto é possível. Pela força da singularidade encontrarmos interioridades capazes de estabelecer novas redes simbólicas, mas não toda a práxis social. Afinal, Robinson Crusoe não passa de exercício de literatura, como sendo produtor individual e solitário de realidades. Ele é antes de mais nada a expressão de seu tempo, a extensão dos olhos e do fazer de sua sociedade.

A realidade do trabalho e sua metafísica não podem então gerar a contradição. Do seio da classe trabalhadora, que não exclui os teóricos do meio ambiente, não se pode pretender a revolução, pois a antinomia do trabalho pode até gerar formas de *anti-trabalho*, porém mantém sua positividade como categoria necessária. A crença de sua imprescindibilidade e universalidade conseguem até operacionalizar alguns elementos de gênese do esgotamento do sistema de categorias do capital, mas não a negatividade que o dissolve como mitologia. O meio ambiente antes de se opor ou incrementar as contradições do capital, manifesta-se como mediação dele, garantindo sua positividade e prosperidade. A moldura do quadro permanece, a sua lógica não se abala, antes sai fortalecida prolongando suas mazelas e colapsos.

Se diferentes modos de produção produzem diferentes realidades - nossas vivências e reflexões são produtos que reconhecemos -, então podemos ter margens para outro tipo de estruturalismo, o que repousa na produção material como determinismo.

Esta produção material consegue contribuir e, em algumas circunstâncias caracteriza o modo de ser e reconhecer do homem, mas as redes simbólicas que preenchem a consciência também lhe determinam. As condições materiais e reais admitidas limitam o fazer e o pensar, mas as vivências e as relações decorrentes, o ato de reconhecer o outro e por conseguinte o processo de instauração de si mesmo, que garantem ao homem identidade e alteridade, também se constituem diferentemente por causa das

estruturas simbólicas, que por sua vez condicionam o fazer.

Nossa certeza quanto à existência do mundo, mesmo de olhos fechados, depende, antes de mais nada, da estrutura simbólica de verdades que ela constitua. É esta rede simbólica que alimenta uma dada construção do real, fazendo com que ela estabeleça a nova identidade do real, produzindo virtualidades compatíveis com a práxis social, redefinindo os códigos, as coisas, seu lugar, o modo e a função de sua existência. Logo, este tecido virtual constrói o real, que determinará a consciência e o fazer.

Temas como conservação ambiental não perpassam as diversas práxis sociais, mas pertencem ao mundo ocidental, mais especificamente ao burguês das últimas décadas. O olhar para a floresta, e o resultado disto, modificaram significativamente a concepção de floresta que temos, principalmente nos últimos 30 anos. O universo - só neste século! - transformou-se várias vezes. Na década de 60, havia a suspeita da existência de vários universos dentro de um universo. Estas faces distintas não representam alargamento dos horizontes pelo cogito pois, simplesmente nada disto existiria se o homem não lhe impusse sentido e significado. As dimensões se desdobram não por causa do existir fora do homem, mas devido à condição humana que é polifônica, multiforme e criativa, cujas *dobras demiúrgicas* revelam sempre a riqueza de dentro. Relacionamo-nos com grandes realidades ficcionais, humanas e vivas. Verdadeiras, porque produto da criação humana - mas nunca universais ou pré-existentes -, são desprovidas da continuidade para além de sua própria práxis social a não ser que o homem assim imprima.

Não é sem motivos que a tentativa de identificar nas diversas comunidades indígenas existentes na Amazônia, elementos culturais ou práticas de consciência ecológica ou preservacionista, não passa de atitude ingênua e etnocêntrica, pois leva conceitos e preocupações tipicamente ocidentais, deste final de século, para fora da nossa práxis social que produziu e reconhece estes códigos. Representa o mes-

mo que identificar em nossos antepassados a descoberta do fogo como passo inicial para a realização de viagens espaciais. Por trás deste estruturalismo jaz uma práxis social que é eminentemente etnocida, pois o capital nasceu católico, ou seja, universal, com a missão de render as formas *primitivas e selvagens*, prometendo redimir o homem das indignidades de formas não capitalistas de produção.

Se seu olhar como consciência e atitude se diferem, se o conteúdo dos conceitos se diferenciam e até mesmo sua existência como ser fica comprometida, faz-se necessário interpretar e não revelar as realidades criadas pelo homem. Não podemos falar em realidade única, que seja universal, onisciente, e anterior a qualquer homem individualmente ou culturalmente; não há atitude conservacionista a se pensar e a se constituir senão dentro da nossa práxis social.

Erroneamente nos apropriamos do código de interpretação de mundo, do problema eminentemente urbano, burguês, capitalista e o inserimos dentro do universo constitutivo do seringueiro. Olhamos para ele e vemos se ele age como nós, não permitimos que ele diga se reage, ou se reconhece nossos parâmetros. Temos a Garantia de que o mercado veicula e organiza toda forma de produção, tornando-nos abstratos produtores e consumidores, iguais e integrados ao capital, o que não causa nenhum constrangimento em encarar qualquer um como sujeito monetarizado (com ou sem dinheiro).

Disto é possível concluir que a preocupação com a conservação, o olhar para o meio ambiente, olhar para essa paisagem que nós chamamos de unidade de conservação, são típicas do homem ocidental, tipicamente burguês, tipicamente capitalista. Se as verdades constituídas dentro desta realidade acabam se diferenciando, podemos afirmar que a natureza, até mesmo no interior da nossa práxis social, como nós a concebemos, não é a mesma, nenhuma outra cultura enxerga na natureza possibilidades econômicas para ela, ou o desejo de privatizá-la nem os gregos, ou o servo de gleba. Esta é uma realidade destes últimos três séculos.

Se a realidade da nossa práxis social vê a tudo como mercadoria, só existe uma alternativa para isso tudo, é a de identificar outra práxis social que destrua esse tipo de realidade que nós constituímos. Se quisermos deixar de encarar o mundo de fora como aquele que pode ser modificado destrutivamente pela ação do homem e transformado em mercadoria, não podemos esperar que de dentro dessa mesma práxis social haja meios de perceber a natureza de forma diferente; não é possível compreender reserva, ou unidades de conservação, senão como unidades de conservação do capital, unidades de reserva de capital, mercadorias, portanto. Se não atingirmos o coração da práxis social, conseguiremos quando muito reformar o capital ou minimizar seus efeitos.

De nada adiantam as atitudes positivas para com algumas categorias do capital e negativas com outras. Combater a mais-valia e o caráter fetichista da mercadoria, mantendo a produção industrial ou o Estado, implica em perda de tempo. O estranhamento radical e a criticidade ácida não podem ser seletivos, devem sempre buscar o núcleo da mitologia do capital.

Assim, as tentativas de pensar unidade de conservação, reservas, áreas de preservação ambiental ou algo similar, como forma de garantir melhor qualidade de vida para as gerações futuras, partem de dois tipos básicos de intelectuais.

O primeiro deles é o intelectual ingênuo, filosoficamente infantil, voluntarista, que acredita na conversão e na ação de cada um; pela conscientização, pelo convencimento através de mecanismos de conquista da hegemonia e crê ser possível preservar a natureza e melhorar a condição de vida da humanidade. Esse tipo de ingenuidade dificulta o entendimento e a compreensão de que se é prisioneiro da dada práxis social na qual os propósitos do capital estão em cada um, pois *invocado ou não o capital se fará presente*, se me permitem o trocadilho. Preservar o meio ambiente hoje, para que mais adiante ele seja produtivo e lucrativo, para que a fonte de

recursos não se esgote imediatamente ou seja perdida.

Esta mentalidade é inescapável, pois divide os cientistas que passam a ver o mundo a partir do orifício do método científico de que dispõe. Ou seja, eles são dirigidos pelo positivismo sociológico, que produz o horror ao diálogo fora do domínio das especializações de cada um, tornando-nos vítimas frágeis da esfinge que devora a todos, uma vez que cada um possui apenas algumas peças do quebra-cabeça. Cremos que da bem comportada ciência da qual somos devedores e estudiosos, encontraremos saídas miraculosas, como se a cria pudesse se rebelar e destruir seu criador, afinal, se cada um cumprir bem seu papel social, quem ganha não é a abstrata sociedade, mas o concreto mundo da produção da mercadoria e o código de defesa do consumidor.

O segundo tipo de intelectual, o competente, é aquele que acredita cegamente no poder salvífico das instituições da nossa práxis social, sendo tão pernicioso quanto o primeiro. É o intelectual incapaz de dissolver mundos, é aquele que pela força centrípeta da realidade e do capital -,acaba por aderir a ele. Teoricamente inútil, só produz o Relatório de Impacto Ambiental, um tipo de conhecimento científico que antes de mais nada se presta ao capital, rende-se a ele, assumindo o papel de seu fiel escudeiro. Produz a ciência útil (ao capital, é claro!), escondendo-se atrás dos *interesses sociais* (tão abstratos e descharacterizados que padecem de substancialidade), gerando o discurso ético-engajado e afirmando a necessidade do conhecimento científico como expressão de compromisso social. Tudo pelo social!

A sensação de que é possível ter o capital humanizado, presente tanto nos intelectuais ingênuos quanto nos incapazes, coloca-nos diante do papel patético de Quixotes; acabamos criando o discurso de que é possível ter esperanças na humanização, onde a justiça e o bom senso prevaleçam, enevoando a certeza de que não existem opções mais ou menos éticas para o capital.

Ele, o capital, não age com a força ou a voracidade que tem porque deseja ser mais ou menos injusto; porque quer ser mais ético ou não, ou mais estético, talvez. O problema está na realização do capital, olhamos para fora, para a natureza, para o outro e só vemos mercadoria, essa é a nossa realidade, porque é a realidade do capital. Logo, se existem deformações, elas estão no capital, ou seja, em cada um de nós, não podendo ser remediadas com políticas públicas, ou corrigidas com governos democráticos e sensíveis à problemática social. Este é um problema intrínseco do próprio capital, é a deformação da nossa própria práxis social. Nós somos a deformação.

A saída não é representada pela preocupação com a preservação na melhora ou na operacionalização, mas está em destruir a nossa realidade, a forma com a qual a constituímos *locus* de onde partem e multiplicam as dobras deste real.

O seringueiro ao dizer que entende como natureza a terra, a água e o ar, que é onde moram todos os seres vivos, o homem e os bichos; que da mesma forma como os homens tem o direito à vida, os bichos também o têm etc., não significa necessariamente que esta manifestação apareça como forma de consciência ecológica. O que temos são códigos diferenciados para estabelecer e constituir à realidade extensos ou restritos códigos distintos de instituição do mundo, e conceituação de rede de significação; isso não quer dizer que a concepção do seringueiro seja ecologicamente correta, mas aponta para códigos diferentes de mundo e, por decorrência, procedimentos distintos.

Essas redes de sentido são tão distintas que acabam por constituir mundos diferentes. Porém, como vivemos sob a sensação globalizante da nossa cultura, como acreditamos que todos os conceitos, todas as idéias, todas as ciências, todos os elementos e todos os objetos são universais e que todos enxergam da mesma forma, acabamos por considerar que seringueiros, índios ou egípcios, vêm como nós, ou que apenas denominam diferentemente as mesmas coisas. O conteúdo do conceito se altera, mas seu

correspondente na natureza existe para qualquer cultura, logo, é possível identificar no outro parâmetros passíveis de serem comparados e hierarquizados, estabelecendo até mesmo a evolução histórica de determinada idéia ou prática.

O seringueiro, que ao conceber o rio que passa defronte à sua morada, como morada da Cobra Grande, dando origem à vida e também a tomando de volta, não pode ter a mesma dimensão e compreensão de realidade que temos.

Se existem outras realidades, devem haver outros códigos de mundo que sejam menos perniciosos, que sejam mais éticos, esteticamente melhores e mais instigadores que o nosso. Portanto, ao invés de buscarmos unidades de conservação, deveríamos buscar outras formas de representação.

Não sejamos filosoficamente infantis, nem teoricamente inúteis, pois os propósitos da conservação ambiental são antes de mais nada propósitos do capital; são antes de mais nada tentativas de conservação do capital, mesmo as mais bem intencionadas atitudes de militantes e ecologistas. Antes da busca de uma representação de mundo mais justo, eles acabam por revelar a busca pelo capitalismo menos injusto (se é que esta discussão passa fundamentalmente pelo plano moral). A idéia de uso sustentável nada mais significa que a idéia de mercadoria preservada. Temos que estabelecer a busca de códigos diferentes que possibilitem a constituição de códigos interpretativos capazes de destruir o próprio capital e a nós mesmos como seus produtores-guardiães. E é ele quem destrói o mundo, é ele quem destrói o homem. Se existe um tipo de práxis social que não tem o homem como meio e como fim, inexoravelmente leva-o à destruição, pois ele se torna mero detalhe. O tipo de práxis social que vivenciamos, o modo de conceber as coisas através da idéia de mercadoria, se substancia na idéia de capital. Isso sim destrói, mas este tipo de representação não destrói só a natureza, destrói o homem, fisicamente; destrói o homem na possibilidade, na capacidade que ele tem de sonhar, de criar, de imaginar e instituir reali-

dades, de olhar para a lua e de deixar de encará-la como se fosse um corpo celeste.

Nesse sentido, a poesia contribui por tornar evidente as outras dobras do origame, capazes de provocar no homem sempre novas interpretações. Não se trata de ressuscitar o Bom Selvagem, mas o Bom Guerrilheiro, que se ocupe da destruição do ca-

pital e, se necessário, de si mesmo como parte do imaginário do capital. Afinal, criar o que ainda não existe, deve ser a pretensão de todo homem que ainda está vivo. Afim de não nos iludirmos inutilmente, é imperiosa a pergunta:

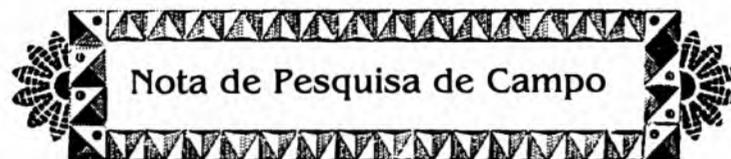
Quae utilitas in sanguine meo?

Para que servirá meu sangue?

Bibliografia

- ADORNO, Theodor. & HORKEHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANDRADE, Manoel Correia de. *Geografia Econômica*. São Paulo: Atlas, 1991.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) Caminhos do Meio Ambiente*. 5. ed., Contexto, 1996.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997
- DURAND, Gilbert. *A Imaginação Simbólica*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1988.
- GEORGE, Pierre. *A Ação do Homem*. São Paulo: Difusão Européia do Livro. sd.
- ISNARD, H. *O Espaço Geográfico*. Coimbra: Almedina, 1982.
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. 4. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S. A., 1997
- LABASSE, Jean. *La organización del Espacio*. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1987.
- LOWI, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de Munchausen*. 2. ed. São Paulo: Busca Vida.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *O Capital*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- VAZQUEZ, Adolfo Sanches. *Filosofia da práxis*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.





Nota de Pesquisa de Campo

O TRABALHO DE CAMPO NA PESQUISA

Reinaldo Corrêa Costa
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

"(...) é preciso reconhecer que há muito mais procuras, ensaios e perguntas, do que respostas. Muito mais experiências em processo do que teorias consagradas. Nada melhor, portanto, e nada mais perigoso". Carlos R. Brandão

"O ponto essencial é que o homem não inventa uma canoa só porque deseja cruzar o rio ou vencer o mar, mas inventando a canoa ele toma consciência do mar, do rio, da canoa e de si mesmo. Se o homem faz-se a si próprio, é preciso também não esquecer que ele assim procede porque pode ver-se a si mesmo em todos os desafios que enfrenta e em todos os instrumentos que fabrica". Roberto DaMatta

Pensamento Inicial

Com a oportunidade de trabalhar em pesquisa, tenho o incomensurável prazer que é proporcionado com as descobertas e o desmistificar dos fatos; dessa maneira, compreendo a importância do trabalho de campo para o geógrafo, para a sociedade, para o meio acadêmico, e para a realização pessoal. Porém, desgraçadamente, para alguns, persiste a dicotomia professor X pesquisador. CAPRA(1988), com o qual concordo, fala-nos a respeito do trabalho de pesquisa, e me reconheço no que diz:

"Quando decidi escrever um livro sob as limitações da visão do mundo mecanicista e o surgimento de um novo paradigma em diversos campos do saber, fica bem claro para mim que eu não poderia empreender

tal tarefa sozinho. Teria sido impossível apreciar a volumosa literatura de uma única ou outra disciplina que não a minha a fim de descobrir onde as principais mudanças estavam ocorrendo e onde começam a surgir novas idéias significativas quanto mais tentar isso em várias delas. Portanto desde o início concebi minha tarefa como resultado de algum tipo de esforço em conjunto."

Começando

Tendo como objetivo reconstituir a história da ocupação e analisar a (re) produção de três localidades no sudeste do Pará, procuro entender as suas atividades no ambiente em que vivem. Entender

relações não só econômicas como pessoais diante de realidades diferentes, se possível com perspectivas e propostas.

Para fazer um estudo fundamentado no processo histórico de ocupação, é preciso que se tenha uma noção da história da ocupação da região Amazônica. O processo de colonização da Amazônia, pelos *conquistadores*, teve início com as expedições realizadas por ingleses, franceses, espanhóis e holandeses. Essas expedições eram de cunho especulativo, em busca de metais preciosos, ou de qualquer outro produto que estivesse em alta no mercado europeu.

É importante ressaltar que essas expedições sempre seguiram os cursos dos rios e o principal objetivo era explorar as riquezas naturais existentes na região e não a colonização propriamente dita. A ação das ordens religiosas também foi muito importante para a ocupação da Amazônia. Índios eram reunidos em aldeias, que deram origem a algumas das cidades mais antigas do Pará.

As *frentes de expansão* ocorridas na segunda metade do século XVII também influenciaram bastante no processo de ocupação da Amazônia. A necessidade cada vez maior de obter terras no litoral para o cultivo de cana-de-açúcar, afastava para o interior do território a criação bovina, que também ocupava grandes extensões territoriais, mesmo com baixa produtividade. Ressalta-se que essa prática não se dava uniformemente; existiram áreas que sofreram maior concentração de terras para a pecuária e outras que não passaram por esse processo. A frente de expansão pastoril foi muito importante para a ocupação do Brasil Central, assim como para o Maranhão, o que fez com que a pecuária fosse bem expressiva nessas regiões, até a atualidade.

Já no século XVIII, a frente pastoril, seguindo o curso do rio Tocantins, alcançou as proximidades do que é hoje a cidade de Marabá. Uma outra frente de expansão já tinha ocorrido no Brasil. Foi a frente da *drogas do sertão*. Muitas expedições eram direcionadas ao norte do País, em busca de ouro e prata, porém, estes produtos nunca foram encontrados.

Para compensar, os viajantes encontraram espécies vegetais que poderiam substituir as especiarias das Índias: cravo, canela, cacau, castanha-do-Pará, entre outras, que foram sendo exploradas e exportadas para a Europa. As *drogas do sertão* se constituíram como um negócio lucrativo para a metrópole portuguesa e a prática de aprisionamento de índios, para torná-los mão-de-obra não pagã, formava uma espécie de povoado, onde os missionários catequizavam os índios favorecendo o controle por parte dos portugueses.

Por volta do final do século XVIII, uma das espécies vegetais, a seringueira, foi bastante utilizada e foi um dos produtos que mais trouxe riquezas para a região. Com a decadência da borracha brasileira, no mercado internacional, a região voltou a uma *estagnação*. Contudo, já havia uma oligarquia local se fortalecendo e terras já tinham sido ocupadas, e um outro produto, a castanha-do-Pará, passou a ser explorado. Até a década de 1950, a Amazônia era considerada mal conhecida, fornecedora apenas de produtos extrativos e vegetais. No final dos anos 50 e início da década de 1960, o Brasil vivenciou os impasses decorrentes do modelo de substituição de importações acentuados pela elevada inflação. Passou-se a incentivar empresas para se instalarem na região da Amazônia, com subsídios do Governo Federal. Um dos desdobramentos dessa situação foi a aquisição de grandes extensões de terras na Amazônia por industriais e banqueiros do centro-sul do País e grupos estrangeiros com fins especulativos. Ao mesmo tempo, intensificou-se a articulação da economia nacional com o capital monopolista internacional.

De simples aquisição de terras, os grupos econômicos industriais e financeiros passaram a instalar suas empresas na Amazônia. Acompanhando esse movimento e buscando garanti-lo, o Estado reelaborou as políticas de incentivo a essa forma de ocupação que, num primeiro momento, era incipiente. De uma ocupação garantida e incentivada pelo Governo Federal, na década de 1960, iniciou-se uma ocupação fortemente induzida pelo Estado e

com ritmo acelerado a partir da década de 1970. O que contribuiu para que, na Amazônia Oriental, se formassem os maiores latifúndios do Brasil e talvez do mundo. Desde 1976, eclodiram conflitos fundiários em vários pontos da Amazônia, mais acentuadamente no sul e sudeste do Pará, onde se confrontaram posseiros e fazendeiros e/ou posseiros e antigos donos de castanhais. Também outras distorções do modelo de ocupação, via grande empresa agropecuária-industrial, começaram a vir à tona.

Observando

Temos agora uma visão geral da área estudada, o sudeste paraense, mais especificamente, agricultores e pescadores em três localidades pertencentes ao município de Jacundá, no Pará. Na atuação da pesquisa é preciso reconhecer que existem relações do dia-a-dia, e isto é, uma contribuição para a (re)produção e organização das localidades e tais práticas devem ser encaradas como produção de conhecimento útil. Quanto ao processo da pesquisa, elas são mais ou menos científicas (há o envolvimento emocional), porém, se há a clara compreensão da relação com elas, para analisar os questionamentos e as possíveis respostas, a pesquisa é - e deve ser - científica, não emocional, ela acaba sofrendo uma intervenção, e "o rigor da ciência encontra-se, justamente, no seu discurso" (PEREIRA, 1996). A pesquisa não pode ter soluções em seu início, as soluções são construídas com o diálogo entre as partes. Então haverá uma relação de igualdade (transparência) entre todos. Surge daí um grupo que tem relação interna, portador da possibilidade de democracia no próprio grupo. A questão de poder é passada sem - ou com o mínimo de intervenção do pesquisador.

Ao propor um estudo de comunidades rurais no sudeste paraense, percebi a dificuldade de encontrar materiais escritos para uma boa fundamentação teórica, portanto, a criatividade deverá ser utilizada como forma de superar as dificuldades, não só teóricas quanto metodológicas, com a lembrança de

estar sempre atento ao acaso e sobretudo estar pronto para aceitar o erro, e dele tirar proveito para um crescimento não só intelectual como pessoal. Quando em trabalho de campo, é fundamental estar alerta, pois, conforme ressalta BOCHNIAK (1996):

"(...)sem dúvida nas diferentes áreas do conhecimento científico estamos diante de nova concepção, também, do que seja rigor. Através da superação dos princípios do modelo de racionalidade científica da Modernidade, poderíamos dizer que a rigorosidade já não mais se distrai pelos caminhos da exacerbação da objetividade, da neutralidade, da fragmentação, da relevância apenas do numericamente significativo e da ilusão da previsibilidade da Ciência, muito menos pelos caminhos da universalidade, regularidade, padronização, porque hoje já se admite e, principalmente, se reconhece que o atípico, o inédito, o irregular, o local também têm muitos subsídios a oferecer para a pesquisa científica"

Labor: trabalho de campo

Tive a oportunidade de passar 35 dias fazendo trabalho de campo. Não foi a primeira vez. E não foi só isso: também foi a oportunidade de crescer, de amadurecer, enquanto aluno, enquanto pessoa e enquanto aprendiz de pesquisador. Lembro que a área é o sudeste paraense, tendo como maior parte das andanças o município de Jacundá. Estive em três localidades: Beira Mojú, Açaizal e Ilhas do Maternal (no lago de Tucuruí). Fiz 21 entrevistas em cada localidade, totalizando, portanto, 63 entrevistas; acrescenta-se a isso conversas com lideranças políticas, sindicais etc. A metodologia que uso é de uma aprendizagem, de sentimento, de percepção, e não é colocar o real na teoria e nem o contrário, é entender o real a partir das teorias que temos como aceitas e com elas estabelecer um diálogo crítico. Por estar em uma área que ainda tem características da fronteira, o uso do gravador foi proibido pelo método que adotei. Preferi a conversa, com um roteiro estimulador de conversa do que o uso de questionário que limita e constrange. O roteiro me deixa livre para interpre-

tações, e melhor, livra também, ao mínimo, creio, o entrevistado de algum constrangimento, desconfiança. Trabalhar só, e de certo modo artesanalmente, também é parte desse método, para poder sentir, perceber todas as dimensões das informações, tê-las na memória ou anotá-las na caderneta de campo. Quanto ao método, incluo-me no pensamento de Pereira (1996):

"(...) quero dizer que a questão do método é uma questão de escolha do pesquisador. É uma tarefa que cabe a cada pesquisador, a cada pesquisador em particular, já que o método depende, certamente do que se pretende conhecer(o objeto), quanto da especificidade daquilo que se pretende conhecer, mas, principalmente, da inevitável indissociabilidade entre teoria e prática, embutida na visão de mundo que cada pesquisador tem".

Em alguns dias caminhei aproximadamente de 15 a 20 km, em outros remei por quase 2h(direto). No lago, excepcionalmente, precisei de um guia, também porque a situação nas ilhas é de muita desconfiança, há boatos de despejos por parte do IBAMA/ELETRONORTE. As caminhadas eram solitárias, sob sol, chuva, de manhã, de tarde e de noite. As remadas eram comandadas e acompanhadas pelo guia, filho de uma liderança da localidade. Sustos sempre aparecem, mesmo nas cidades; em alguns momentos quase tudo ganha outro significado. Não foram poucas as vezes em que me senti tal e qual um viajante do século XIX. Sei que não sou e não almejo ser, porém, são sensações e percepções que procurei registrar.

Há o prazer de conhecer pessoas agradáveis, sábias em seus espaços e em seus tempos; também existe o aprendizado quando a desconfiança se torna latente. Creio que só não fui de *nervo exposto* devido à curiosidade, suponho. A experiência pessoal é riquíssima. Ao traçar estas palavras sinto saudades das experiências, sem exceção.

A idéia era obter 20 entrevistas em cada localidade, a fim de ter uma *amostra*, algo que se aproximasse de uma fundamentação para entender

e apreender as lógicas dominantes na reprodução das relações sociais nas três localidades. Para fazer as entrevistas usei croquis feitos por moradores e guardas da SUCAM, além do mapa de conjunto da área de atuação da mesma instituição, agora Fundação Nacional de Saúde (FNS), pois não conhecia os caminhos e as estradas. Para me locomover, usei tudo aquilo que foi possível, não poderia ter um meio de transporte, pois o caminho da ida muitas vezes não foi o caminho da volta.

Na localidade Beira Mojú entrevistei, também, pessoas que, pelos limites municipais, estão em Rondon do Pará. Entretanto, suas ações estão ligadas à sede de outro município, o de Jacundá, que fica mais próximo. No Açaizal a preferência era conversar com moradores que têm seus lotes em contato com o lago de Tucuruí, para ter uma dimensão da nova paisagem na vida dos moradores (o lago tem dez anos de existência). Como são as atividades que exercem junto ao lago? Como eram antes dele? Que mudanças ocorreram? Essas eram as preferências. As Ilhas do Maternal foram algo novo, pois nunca estivera lá antes. *Tudo* era preferencial, tudo era e é curiosidade, motivação para pesquisar, conhecer, desvendar, desvelar, revelar. Por outro lado, como escreve MARTINS (1997):

"Relevante é o que as pessoas ocultam, o que constitui propriamente elemento de sua vida privada. Portanto, a melhor técnica de pesquisa acaba sendo aquela que induz a vítima a confessar o que, provavelmente, gostaria que não se tornasse público. A pesquisa acaba se revelando uma certa forma de espionagem, de invasão, de violência".

Para o desenvolvimento do trabalho de campo, a ajuda dos moradores das três localidades foi crucial e essa solidariedade é demonstrada na acolhida que tive em seus lares, onde obtive a permissão para armar minha rede em algum lugar da casa. E, nas refeições, que sempre eram repartidas comigo de forma generosa.

Reflexões Finais

Mesmo com esse apoio, questiono-me a respeito de minha posição no grupo estudado. O que sou? Um pesquisador? Um coletor de informações? Ou outra coisa? Procuo ter cuidado quando questionado sobre problemas específicos das localidades, pois, apesar de ser solidário com a causa deles, sou um estranho e não faço parte do grupo, e nem o pretendo. O que pretendo é fazer uma pesquisa *com* eles, embora a idéia inicial seja de uma pesquisa *sobre* eles. Questiono, também, a minha aproximação com os líderes locais; não quero legitimar pessoas que têm interesses que não são os do povo da localidade, e nem quero desacreditar pessoas honestas. Muitos moradores pensam que trabalho para o IBAMA ou para o INCRA. Quanto ao apoio da maioria, para as necessidades mais gerais, das carências, dos planos etc., minha opinião, meu relatório final, enfim, a mensagem do pesquisador deve ser norteadas primeiro pela análise e depois a crítica. Na pesquisa tem que haver um certo distanciamento para sermos objetivos e evitarmos cair no equívoco da *participação popular, participação democrática* ou algo parecido. Para não divulgarmos somente a carência, a necessidade imediata, o utilitário. Este não deve ser o caminho da pesquisa, porque colocará a noção de processo, de dinâmica, de produção/reprodução, de contradição, de cultura, em segundo ou terceiro plano, se elas não caírem no esquecimento. Nesse sentido, OLIVEIRA e OLIVEIRA (1981) comentam o seguinte:

“De fato se o objetivo do pesquisador é contribuir para uma problematização e uma clarificação da prática vivida pelo grupo, ele deve preservar uma distância crítica em relação à realidade e à ação cotidiana do grupo. A verdadeira inserção implica, portanto, numa tensão permanente entre o ris-

co de identificação excessiva do pesquisador com os protagonistas da situação em que está inserido e a necessidade de manter um recuo que permita uma reflexão crítica sobre a experiência em curso. É preciso, justamente, alcançar uma síntese entre o militante de base e o cientista social, entre o observador e o participante, sem sacrificar nenhum dos dois pólos desta relação”.

As diferenças, elas existem e não podemos escapar delas; o jeito de falar, de segurar as coisas, de olhar, de vestir etc., tudo isso é perceptível. Isso sem falarmos dos objetos que possuo, caderno, lápis, roupas, mochila etc. Na diferença está a riqueza do relacionamento, pois nos costumes do outro tomo a dimensão de meus costumes e da humanidade que há entre nós, afinal de contas, “o mundo humano forma-se dentro de um ritmo dialético com a natureza. Foi respondendo à natureza que o homem modificou-se e assim inventou um plano onde pôde simultaneamente reformular-se, reformulando a própria natureza” (DaMATTA, 1981). O pesquisador, por ser estranho, deve ser aceito como tal, havendo a consciência de que, mais cedo ou mais tarde, voltará para seu mundo, para sua realidade, ou para qualquer outro grupo. O resultado da pesquisa também é político, uma vez que não existe conhecimento neutro; e é limitado, pois serve apenas a uma parcela do mundo acadêmico.

Deve haver uma integração do trabalho de pesquisa com a teoria. É também uma atividade teórica pautada em especificidades da realidade. O uso de teorias é fundamental para o exercício acadêmico e intelectual, aliado ao fato de que no trabalho de campo, algumas teorias se sobressaem na mentalidade do pesquisador, e isso é revisto com a análise das informações coletadas. O trabalho de campo, por outro lado, também mostra quem é o seu realizador, seja no aspecto político, acadêmico ou pessoal.

Bibliografia

BOCHNIAK, R. *Considerações sobre a produção do conhecimento*. Íntegra da palestra dada pela autora em 22/05/96. São Paulo.

BRANDÃO, C. R. "Pesquisar-Participar". In: BRANDÃO, C. R.(org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

CAPRA, F. *Sabedoria Incomum*. São Paulo: Cultrix. 1988.

DaMATTA, R. *Relativizando: Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GARCIA Jr, A. R. *Terra de Trabalho: Trabalho Familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz

e Terra. 1983.

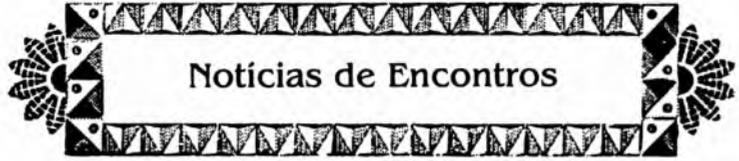
MARTINS, J. S. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

OLIVEIRA, R. D. e OLIVEIRA, M. D. "Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la". In: BRANDÃO, C. R.(org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense. 1984.

PEREIRA, P. A. *A Ciência da Educação*. Palestra proferida no dia 01/ 12/95. VII Reunião do Forum Paulista de Pedagogia. UFSCar. São Paulo.

ZALUAR, A. *Teoria e prática do trabalho de campo: Alguns Problemas*.





Noticias de Encontros

5º SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA DE 21 A 24 DE OUTUBRO/1997

Adilson Rodrigues Camacho
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

Este texto é desenvolvido a partir da concepção do Simpósio em três momentos de síntese.

- I. A proposta de síntese: ou “o espírito da coisa”
- II. A síntese localizada: O 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador-BA.
- III. A síntese realizada: presenças e ausências...

I. A PROPOSTA DE SÍNTESE: ou “o espírito da coisa”.

A idéia de noticiar o 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana foi se transformando gradualmente num caminhar mais informal do que nos moldes do retrato noticioso, descritivo. Isso, tentando explicar a idéia de síntese coletiva inerente ao processo de construção e participação do evento.

Um simpósio deve reunir pesquisadores com certa afinidade temática, cristalizar sentidos e direções de linhas e correntes de pensamento, que configurem indicações para serem pensadas e estendidas em alcance e profundidade, pela comunidade acadêmica, através do contato escrito e oral.

Um evento de caráter científico deve funcionar como um fórum privilegiado de exposição e difusão das pesquisas, de idéias em desenvolvimento, em amadurecimento, uma *publicização* so-

mente em princípio seletiva, dirigida aos participantes, com privilégios e problemas. O maior privilégio, ao que parece, é o de poder avançar e corrigir a rota, a trajetória das investigações, o contexto da percepção, pois *da arena* do Simpósio os trabalhos postos assim ao público podem ganhar o mundo, numa socialização do conhecimento, com o aval de uma (quase) criação coletiva que fortalece, estatui academicamente a pesquisa, estando aí também os problemas: além do rebaixamento da importância da educação e da pesquisa, tem-se os descaminhos, os desvios que arremetem o trabalho científico/intelectual, na melhor das hipóteses, às estantes e prateleiras de bibliotecas. Nada de errado se as mesmas estantes e prateleiras fossem abundantemente visitadas, procuradas pelos cidadãos sobre quem versam os trabalhos. Por isso, uma das ações mais importantes, embora tímida, é o de tornar públicos os resultados dos encontros acadêmicos¹ normalmente através dos anais, livros com as apresentações das mesas, cadernos de resumo, ou pela transmissão, algures,

¹ Cabe observar que as quatro edições anteriores do Simpósio, foram publicadas: CARLOS, Ana Fani A. (org.). “Simpósio Nacional de Geografia Urbana”, 1, 1989, São

do conteúdo dos tópicos das comunicações de pesquisas, além de outras formas já existentes ou a serem inventadas para o alastramento do conhecimento. Tão importante é manter o ideal crítico como componente metodológico dessa multiplicação dos fatos ocorridos, propagá-los, atendo-se ao espírito que motivou as apresentações, as discussões, os debates.

O fundamental é que se vai e se volta de um evento acadêmico a procura de uma síntese (ou sínteses?, dadas as idiosincrasias das diversas manifestações de um saber específico. Tal síntese não vai pronta, acabada, mas perfaz-se, realiza-se durante o encontro, como deve ser, pelo fato simples de não serem possíveis conclusões antecipadas, que respeitem a lógica. Daí o caráter participativo, fundante e antecedente básico expresso nas dimensões superiores do fazer científico, a-científico-intelectual e a-fraternal, atributos maiores do trabalho do pesquisador engajado na luta pela ascensão do humano, da pessoa como princípio e finalidade integradores das construções intelectuais, racionais, pensando aí a própria sociedade como entidade assustadora quando desintegrada, dissociada dessas preocupações.

As preocupações da geografia urbana parecem ir ao encontro da elaboração e trato das questões teóricas relacionadas à vida social, concomitantemente à ênfase dada aos estudos de casos tematizadores de construções teóricas. Ou seja, os estudos tópicos têm estado junto das teorizações, numa con-

veniente cobrança epistemológica de uma matriz científica que contempla a unidade, a complementaridade conformadora das faces da questão existencial humana, numa geografia das relações sociais.

O 5º SNGU foi, como as edições anteriores, irradiado e promovido a partir da AGB, através de seus membros (quase todos os presentes, imagine-se), mostrando uma participação regionalmente concentradora, como se poderia imaginar. Mas é um fato quantitativo e formal, o número de presenças aponta o Estado de São Paulo com vinte e quatro (24) pessoas inscritas para apresentar trabalhos, entre mesas e sessões, no segundo lugar em quantidade de participantes, com dezessete (17) da USP, ficando atrás do Rio de Janeiro com trinta e seis (36) pessoas inscritas, embora superando os números advindos da Bahia, com doze (12), de Minas Gerais com oito (8), de Pernambuco com seis (6), e um significativo número de Estados com uma (1). Isso, sem contar as ausências, é claro, por um cem número de motivos. Se os números referidos, assim, um tanto aleatória e livremente podem dizer algo, interessante seria analisar os dados para encontrar a razão e a relação entre inscrições e ausências/desistências, tentando-se estabelecer uma ponte para as evidentes dificuldades que acompanham a locomoção pelo território nacional, com todas as dificuldades e *dificuldades* conhecidas, além daquelas que ainda, seguramente o serão, na hora do preenchimento de um formulário.

II. A SÍNTESE LOCALIZADA: O 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador-BA.

Reiterando a ótima qualidade dos trabalhos, este texto almeja contribuir com uma percepção do evento.

O Simpósio mostrou - além da concentração das origens estaduais, da frequência já citada e que, sabe-se, não é nova - uma criatividade que pareceu desejar menos que a complexidade do homem e do mundo/do planeta, e isso pensando nas inumeráveis

Paulo. In: *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, 1994. PINTAUDI, Silvana Maria (org.). "Simpósio Nacional de Geografia Urbana", 2, 1991, Rio Claro. In: *Boletim de Geografia Teorética*, v. 21, n.42, Rio Claro: Ageteo, 1991. (com as comunicações livres). CORRÊA, Roberto Lobato. et al (orgs.). "Simpósio Nacional de Geografia Urbana", 3, 1993, Rio de Janeiro. *ANAIS*. Rio de Janeiro, 1993. (com as comunicações livres). SILVA, José Borzacchiello da. et al (orgs.). "Simpósio Nacional de Geografia Urbana", 4, 1995, Fortaleza, *A cidade e o urbano: temas para debates*. Fortaleza: EUFC, 1997.

linguagens, códigos, subcódigos, preconceitos, marginalidades, as diversas formas de poesia deixados ao largo, paralelos mesmo, aos da ciência geográfica e que não figuraram nas mesas - à exceção da literatura, nas artes, o que não parece ser suficiente (...). Todas as mãos à palmatória, inclusive estas que neste instante escrevem! Registre-se que a deficiência descrita parece ser compreensível quando se considera o temor que o cientista, buscando pautar seu trabalho por uma seriedade herdada da visão clássica do fazer ciência, tem de *errar na mão*, pois o intelectual caminha (ou vagal) nos limites entre ciência e poesia, entre elegância e pieguice, subjetividade e objetividade, entre outras fronteiras, em meio ao tenso, efêmero equilíbrio que procura alcançar. A lembrança-cobrança não ignora que muitas pesquisas procuram novos caminhos, a exemplo da atual organização das redes geográficas, do ambiental como uma reconquista dos geógrafos e do método geográfico, de uma geografia histórica do passado, uma outra do futuro, dos enfoques nas mais diversas escalas das relações humanas, como os bairros, as *idades médias*, as metrópoles, experiências, explorações lingüísticas, reinterpretações metodológicas de outras disciplinas etc. Desculpe-se aqui o etcetera.

Arrisco também dizer que ainda falta o Brasil, tanto aquele das metrópoles quanto o dos interiores, como falta também transportá-lo para as salas de aula de geografia do primeiro, segundo e até, dos terceiros graus, para todos nós! Questões pedagógicas ligadas ao conhecimento desse imenso território brasileiro e à geografia como instrumento deste. Antes de finalizar o parágrafo, deve-se colocar o problema e a importância, pouco falados, dos estudos dos lugares, do Brasil, por exemplo, relacionados a outros, de outras partes do planeta, utilizando-se de antigas ferramentas da geografia: a correlação de locais. Assim, os países dos demais continentes não seriam tão superficialmente reportados e desconhecidos - da maior parte de nós! em suas especificidades.

Os problemas da programação das sessões de comunicações que, por estarem concentradas em

duas salas, portanto com falta de tempo, não permitiram, na maior parte das sessões, debates, discussões e tampouco simples observações dos participantes, tornados meros espectadores! É claro que o problema tem ângulos: a comissão organizadora foi democrática e se tivesse selecionado as apresentações, seria difícil justificar os critérios, ao passo que as mesmas poderiam ter sido dispersas, com um lado negativo, o da própria dispersão... por outras tantas salas; e um positivo, o debate, mesmo que com um número menor de participantes... Situações como estas devem ser exemplares e pedagógicas.

A concentração nas salas possibilitou a percepção de que muitos dos presentes eram arquitetos que se interessaram pelo que os geógrafos tinham a dizer, ou ao menos pelo espaço que se oferecia, tão democraticamente, para que pudessem, também, expressar-se, apresentar as suas idéias, provocando em algumas das sessões uma outra questão: a das interfaces do conhecimento geográfico.

Pode-se, além de se fazer comentários sobre as instalações, sobre a organização etc, indagar sobre quanto de Salvador chegou através do evento, assim como qualquer outra cidade que já os tenha sediado. Os encontros, reuniões de caráter científico para os geógrafos, em geral, deveriam propiciar, estimular alguma interação (como tem sido feito nos Encontros Nacionais de Geógrafos) com os locais-sede. Painéis, algumas sessões específicas sobre a cidade que sedia o evento, seus pontos de vista como membro federativo, bem como suas ligações com as vizinhanças, suas redes, seu contexto urbano poderiam ser apresentados pelos pesquisadores locais como um exercício fundamental da(s) experiência(s) dos anfitriões. Tudo isso, de certa forma, é feito, pedindo ao que parece, muito mais, de todos!

III. A SÍNTESE REALIZADA: entre presenças e ausências...

Os eixos temáticos das apresentações de 1989 a 1997 mantiveram-se, se não com o mesmo

nome, próximos em seu espírito, fundamentos e idéias centrais, possibilitando a emergência da idéia de processo, no caso, de progresso... Basta compará-los, enfileirá-los um a um (...) para perceber as variações sobre os temas, as recorrências, na maior parte das vezes saudáveis.

A homenageada, Maria Adélia, mostrou-se muito esperançosa com a atuação do geógrafo no devir, que se devem transformar em conjunto, considerando a prática do geógrafo juntamente às demais relações sociais que o formam e informam *existenciando-o* no espaço, para onde dirige seus esforços de compreensão e interpretação.

Das falas se depreendeu a preocupação com os temas do espaço, do tempo, da natureza, dos processos e objetos no espaço urbano, nas cidades, como também da natureza neles; o homem, as sociedades, ditando cada vez mais os ritmos do movimento, do desenvolvimento das relações...

Seguiram, apanhadas, captadas das apresentações, frases ilustrativas de pessoas que com seus trabalhos representam a geografia urbana brasileira em construção:

1. Matrizes da Geografia Urbana

Pedro P. Geiger: ressaltou tenazmente o papel do espaço, defendendo a existência de vários espaços correspondendo às ações humanas...

Arlete M. Rodrigues: lembrou a vigente modernização econômica sem desenvolvimento social geral e que a modernização em questão somente pode ocorrer com altíssimos custos humanos (à saúde, pelas poluições, por exemplo, mas também à educação, à dignidade...), lembrando também do aumento dos espaços de circulação com diminuição dos espaços de viver como fatos interligados.

Maria Encarnação Sposito, a Carminha: apresentou uma reflexão sobre as relações entre as geografias urbana e econômica, uma revisão naquilo que a primeira teria deixado de se beneficiar desta que,

em sua opinião, sempre lhe rendeu boas fundamentações, um bom aparato teórico-metodológico, principalmente diante da exacerbação crescente do econômico na vida social.

Paulo César Gomes: destacou a importância da busca, na análise geográfica, da lógica, da coerência do arranjo das formas e objetos, com seus limites e discontinuidades e, principalmente, seu(s) uso(s) no espaço, dando exemplos de cidades atuais e da antigüidade.

2. Redes Geográficas: redes urbanas e outras redes

Roberto L. Corrêa: expôs a trama conceitual e factual das redes geográficas. O assunto lhe é caro e vem sendo contínua e proveitosamente elaborado por ele nos Simpósios Nacionais de Geografia Urbana. Falou também sobre espacialidades e temporalidades singulares, de acordo com os objetos e processos em questão.

Sylvio Mello e Silva: expôs/propôs uma comparação entre as políticas territoriais de governos brasileiros.

3. Espaço, Poder e Cultura: identidades e territorialidades

Silvana Pintaudi: Discorreu sobre espaços sociais do simulacro, da encenação, como conseqüência do reducionismo econômico e dos problemas ligados à separação da atividade real da sociedade de sua representação.

Amélia Luisa Damiani: sugeriu o movimento dialético para entender a tríade poder, cultura e espaço com a mediação deste último, na relação.

Ignês Ferreira: abordou o poder no planejamento territorial.

Marília Peluso: tratou das identidades e preconceitos com relação aos sujeitos sociais em meio

ao trabalho pela vida, à luta pela moradia/habitação, em Brasília.

Edivânia Gomes: resgatou a importância da paisagem em seus componentes predominantemente humanos, continente de técnica e de cultura.

4. Espaço e tempo no urbano: passado, presente e futuro

Ana Fani A. Carlos: abordou a ampliação da avenida Faria Lima em São Paulo, com suas apropriações, desapropriações, transformações nos usos e os novos significados, tomando a percepção de um segmento de sujeitos que vivem esse espaço. Fez as colocações oportunas em meio ao debate - de que o empírico já é uma elaboração teórica! - além de afirmar que tempo e espaço são abstratos, pois quantitativos, advertindo, também, que não se deve transpor conceitos construídos a partir de pressupostos metodológicos diferentes.

Marcelo L. Souza: anunciou uma geografia do futuro, instaurando uma polêmica com relação às suas propostas de cenários e tendências como projeções históricas.

Maria Clélia L. Costa: falou em mudanças de valores políticos e econômicos associados a mudanças geopolíticas, ascensão e decadência de cidades, com o exemplo de Fortaleza-CE.

Pedro Vasconcelos e Maurício de Abreu: defenderam a existência de uma geografia histórica (ou história geográfica?, ao que perguntam alguns!), com ensaios e exercícios metodológicos, como a proposta do Maurício das dez (10) leis que, na sua opinião,

devem ser observadas na direção do passado, o que lhe rendeu várias interlocuções... Ambos desenvolveram esforços metodológicos de conexão do tempo-espaço na reflexão geográfica das sociedades, gerando muita polêmica...

5. Dinâmica Sócio-Espacial e formas de intervenção

Fanny Davidovich.: discutiu os problemas da habitação no Rio de Janeiro-RJ, no contexto sócio-espacial da favela.

José B. da Silva: pensando em Fortaleza-CE, expôs algumas contradições das imagens produzidas dentro e as emitidas de fora, para a cidade, estabelecendo uma ponte entre o local e o global no nordeste.

Dá para se ter idéia dos avanços ou, pelo menos, através deste breve e superficial *memorando* (notícias e conversas um tanto inconclusas e, talvez por humanidade, subjetivas!), ter em mente que, o acontecimento - mais ainda uma reunião de acontecimentos - faz-se algo arejado e inclusivo (de tendências, escolas e procedências, respeitando os cânones acadêmicos, é claro!). Cabe aplaudir o esforço dos que se propõem a organizar, pois todos que se interessam pelo tema central e contigüidades têm a ganhar. É por aí que se pode imaginar como serão as comemorações do primeiro decênio do Simpósio..., em Presidente Prudente, São Paulo, em 1999! Imaginar e trabalhar para manter o interesse, (re)criar e ampliar a legitimidade da geografia como corpo teórico, instrumental interpretativo da realidade que se volta de uma determinada maneira para a realidade. Até lá!

BREVE RELATO SOBRE A VIAGEM PARA A ALEMANHA E A PARTICIPAÇÃO DO LABORATÓRIO DE GEOGRAFIA URBANA NO SEMINÁRIO DO GRUPO KRISIS

Ana Cristina Mota / Anselmo Alfredo
Departamento de Geografia-FFLCH/USP

O seminário do grupo Krisis foi realizado em Hamburgo, Alemanha, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 1997. Os participantes brasileiros deste evento são pesquisadores universitários, estão vinculados ao Laboratório de Geografia Urbana -Labur¹ do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo e integram, juntamente com outros, um grupo de estudos (Krisis) cujo objetivo é discutir a produção teórica do grupo Krisis da Alemanha, com atenção especial aos trabalhos de Robert Kurz.

A nossa participação não se limitou exclusivamente ao seminário, pois aproveitamos o mês para conhecer várias universidades em diferentes cidades do país, participar de outros eventos, como o caso do 51º Encontro Nacional de Geografia – “Europa num Mundo em Mudança” realizado pelos geógrafos alemães em Bonn, entre os dias 6 e 11 de outubro de 1997. A nossa interação com o país tornou-se mais intensa por estarmos em companhia do profes-

sor alemão do Departamento de Geografia da USP e membro do grupo no Brasil, Heinz Dieter Heidemann.

A viagem obedeceu ao seguinte roteiro: de Bonn prosseguimos para Essen, um dos centros do aglomerado do vale do Ruhr. Neste vale pudemos observar uma paisagem caracterizada por intensa ocupação urbana, cujo limite de uma cidade para outra apresentava-se quase difuso para o viajante.

Seguimos, então, para Marburg, uma pequena cidade que se destaca por ser um antigo centro universitário. Pudemos conhecer o Instituto de Geografia e o seu acervo bibliográfico, onde o professor Dieter estudou e onde pesquisadores do Laboratório de Geografia Urbana puderam desenvolver seus trabalhos através do sistema de bolsa *sandwich*. A cidade ainda guarda as características do período medieval, com castelos e igrejas que se impõem na paisagem. O tempo corria e precisávamos chegar em Ipsheim, um pequeno vilarejo onde encontraríamos os membros do grupo Krisis da Alemanha. Ali tivemos uma primeira aproximação das discussões que norteariam o seminário. No final de dois dias viajamos para conhecer Nuremberg, onde visitamos uma exposição organizada por um membro do grupo Krisis ale-

¹ Os participantes do Seminário foram: Alexandrina Luz Conceição, Ana Cristina Mota, Anselmo Alfredo Carlos de Almeida Toledo, Claudinei Lourenço, Heinz Dieter Heidemann e Tatiana Schor.

mão, sobre a história do movimento operário na Alemanha. Aqui descobrimos que Nuremberg, no início do século, foi o centro da resistência operária alemã. A exposição mostrava desde as primeiras greves operárias, com a interrupção do movimento durante o nazismo, até as transformações no processo de produção, culminando com o enfraquecimento desta forma de resistência social. Foi divertido constatar a presença de um videogame no qual o jogador assumia a posição de um líder, cujo objetivo era conquistar os operários para que fizessem greve. O jogo parecia mostrar uma certa virtualização de algo que já foi real na sociedade alemã.

No dia seguinte, passamos em Weimar, centro intelectual e artístico do final do século XVIII e início do XIX, e local da proclamação da República de Weimar, onde conhecemos a casa de Goethe, Schiller e Liszt. Em Saalfelden, fomos informados sobre uma manifestação dos neonazistas que reivindicavam o fim das imigrações como forma de proteger os postos de trabalho neste momento de crise, entrando em confronto com os *punks*, que defendiam os direitos de imigração. No final do dia seguíamos para Berlim. Chegamos à noite e fizemos um primeiro contato com a cidade e nos certificamos de que havia muito para desvendar nos próximos dias. Nas nossas caminhadas pela cidade, observávamos que a Berlim do leste apresentava uma arquitetura mais padronizada, onde os prédios domiciliares, embora grandes, caracterizavam-se pela enorme fragmentação em apartamentos. Nas conversas com os moradores da cidade pudemos descobrir que a região próxima ao muro, antes de sua queda, era uma área periférica tanto para o leste como para o oeste. Com a queda do muro houve uma redefinição da posição relativa desta área que se tornou central. Assim, ocorreu uma valorização da terra tornando-se área de grande interesse para o capital imobiliário. A região próxima ao muro de Berlim é hoje o maior canteiro de obras da Europa.

Em Berlim foi possível participar do Seminário "Brasil – País do Futuro? – Direitos Democráticos e Exclusão Social", no Lateinamerika Institut, nos dias

15 e 16 de outubro, com a participação do ex-prefeito de Porto Alegre, Tarso Genro, da vice-presidente de Associação de Bairro de Porto Alegre, Marília Alves Fidel, sob a moderação do prof. Manfred Nitsch, (que já esteve presente no Labor), onde foi defendido o Orçamento Participativo como forma de resgate da cidadania.

Neste Instituto, tivemos também outros interlocutores como o Prof. Elmar Altvater, professor de Ciência Política da Universidade Livre de Berlim, organizador do ciclo de debates "Transformação e o Setor Informal", no qual o Prof. Dieter proferiu uma palestra, no dia 15/10/97, sob o tema "O Setor Informal em uma Mega Cidade na América Latina, nesta mesma universidade. Conversamos, também, com Lígia Chiapini, professora titular do Lateinamerika Institut e ex-professora da FFLCH-Letras, o prof. Bertold Zilly, professor de Literatura brasileira e tradutor, para o alemão, de *Os Sertões* de Euclides da Cunha.

Fizemos consulta de apoio à pesquisa na Universidade de Humboldt, na Biblioteca do Estado (Staatsbibliothek) e no Kulturforum. Visitamos uma exposição sobre a resistência ao regime socialista na Alemanha do Leste e uma outra sobre as paisagens urbanas alemãs desde 1938 até 1994.

Nestes dias em Berlim, aproveitamos também para fazer os últimos acertos de nossa apresentação no seminário que ocorreria em Hamburgo.

Enfim, chegamos em Hamburgo para o nosso encontro final. O seminário contava com a participação de mais de 70 integrantes e estava estruturado com grupos de trabalho durante o dia e, no início da noite, palestras, ambos proferidos em inglês e alemão. A nossa apresentação ocorreu no dia 19 de outubro e dizia respeito à repercussão do grupo Krisis no Brasil, principalmente do "Colapso da Modernização no Brasil". No dia seguinte, o professor Dieter proferiu a palestra "Ubiquidade da Miséria e Migração no Brasil".

As discussões que fomentaram o seminário buscavam compreender as barreiras que dificultam a continuidade do processo de modernização, já que

o movimento de modernização do *sistema produtor de mercadorias* ter-se-ia completado. Nesse sentido, esta ríamos passando não só por um momento de crise do capital e da sua conseqüente forma de sociabilidade (crise do trabalho abstrato, por exem-

plo) como este seria o momento em que novas formas de interação social estariam se colocando como possibilidade. Enfim, o esforço estaria no sentido de compreender o presente como um momento de ruptura.





RESENHA

AS IMAGENS QUE NOS DEFINEM

(GARCIA, Fernanda Ester Sanches. *Cidade Espetáculo: política, planejamento e city-market*. Curitiba, 1997)

Paulo Cesar Scarim

Departamento de Geografia-FFLCH/USP

É cada vez mais um desafio buscar pensar a cidade e o urbano e, principalmente, pensar as metrópoles (seriam metápolis?). Elas parecem caminhar para um destino comum, relacionado com a denominada globalização (mundialização, para os franceses). E quando o comum toma conta do discurso científico, o pensamento entra numa zona de perigo. O que leva muitas vezes e, principalmente na geografia, a uma saída desesperada pelo empirismo, como forma de provar, diferenciar ou ainda cientificizar o que se entende por real. Isto porque, e o que é mais perigoso, a verdade já está dita e confirmada pelas notícias jornalísticas ou oficiais, seja ela dos governos nacionais ou dos órgãos internacionais. E uma primeira questão que se apresenta é: falar de uma cidade é falar de muitas? Falar de um lugar *plugado* na globalização é falar de outros nesta mesma situação? Falar de uma imagem é falar de uma difusão de imagens, como um jogo de espelhos, labirínticos, numa relação espectral?

E esta questão da imagem é central no livro *Cidade espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing*, de Fernanda Ester Sanches Rodrigues, que manifesta em seus propósitos de “desnaturalizar a imagem dominante e permitir a descoberta dos diferentes planos de símbolos, linguagens e discursos, planos estes que se combinam e sobrepõem nos

espaços urbanos e nas relações sociais para construir a Cidade Espetáculo” (pág. 12).

A cidade da qual nos fala a autora é Curitiba - e qual outra nos permitiria melhor adentrar no assunto em questão? Falar sobre Curitiba significaria também falar sobre outras cidades? -, de onde busca desvendar as sínteses (cidade modelo e planejada, capital do primeiro mundo e da qualidade de vida) relacionadas a ela a partir da década de 1970, que corresponde às gestões de Jaime Lerner. À medida que a leitura caminha, vamos sentindo um certo desconforto e inquietação: a autora vai mostrando a relação destas sínteses com outros discursos e práticas, os sujeitos que as produzem, seus discursos e suas relações político-econômicas. Estas sensações advêm da forma acrílica com que a mídia e a ciência se apropriam destas sínteses e discursos.

A autora chama de *mitos* a estes *planos intervenientes*, nos quais se apóia a produção da imagem urbana. Mitos que estão presentes na realidade social e cultural, sendo portanto transparentes deste ponto de vista. Nestes termos, há uma realidade mitificada, da qual fazem parte as sínteses da cidade. Será que a aparência passa a ser a essência na realidade contemporânea? Ou será que na dialética da vida elas não se separam? Ou ainda no caminho de sua separação será possível desvendar a história? Mas

antes que me fuja o texto, é necessário dizer junto com a autora que "acreditamos que leituras críticas da imagem urbana devem procurar desmistificá-la e situá-la enquanto realidade contingente e histórica, de modo algum objetiva e universal, realidade esta que se organiza mediante determinadas categorias unificantes utilizadas" (pág. 25). Ou seja, é necessário pensar o conjunto das mediações, sem a qual a dialética não se sustenta.

O mito é o do sucesso do projeto urbanístico, atribuindo-o ao domínio da técnica, à criatividade iluminada e visionária dos urbanistas e, sobretudo, ao poder transformador do planejamento, e seu conteúdo ideológico implícito que tenta conferir um sentido absoluto por ser *racional*. Estes símbolos, por estarem fixados no imaginário social, são facilmente utilizáveis. Ao colocar estas ações como a que priorizam o *homem urbano*, espécie de universalidade incontestável, elas procuram unidimensionar a cidade, mostrando seu caráter totalizante, assim como a globalização procura mostrar como totalidade interesses de uma parcela da realidade social, no caso de Curitiba, apoiado nos valores da classe média.

Elegeu-se para isto a forma urbana como base material mais evidente do mito, e esta nova forma impõe sua ordem, um novo modo de ser urbano, eliminando a diversidade (identifica-se modernidade com formas espaciais modernas), criando uma identidade associada a estes símbolos urbanísticos. Portanto, estas formas correspondem ao discurso, são a sua exemplificação, que possibilitam a construção da identidade entre fatos, mitos, espaços, discursos, cidadão, cidade. Entre eles estão os meios de comunicação que transformam a realidade em espetáculo (ou o espetáculo em realidade?).

Como forma de crítica do paradigma constituído (e aqui seria o próprio espaço?) a autora chega, valendo-se da leitura de Barthes o que poderia ter sido feito também através de outros autores à discussão da transformação da história em natureza (que para a geografia pode ser estranho), o que corresponde a uma imagem da realidade sem pro-

fundidade, sem contradições, uma espécie de clareza feliz, produtora de vontades que encontram sustentação na nova paisagem construída. E para isto se articulam saberes como o do planejamento, urbanismo, *telemarketing*, publicidade e psicologia social, num crescente fortalecimento do poder, associado aos fluxos de consumo e de capitais direcionados para esta região. Portanto, para uma identificação entre meios técnicos, esfera cultural e aparelho de poder.

No centro da produção da imagem de Curitiba, como um fenômeno de *marketing*, está o planejamento urbano, em que a cidade aparece como um "sujeito tão inespecífico, amplo e absoluto" e assim é um espetáculo sobre o próprio planejamento, em que todos são figurantes e poucos, atores principais. O que daria um belo debate sobre o espaço como sujeito.

Esta imagem, associada à classe média sob a égide do lazer, do usufruto circunstancial e do consumo, colocou a cidade como o palco do turismo urbanístico para a classe média nacional, já que estas buscam sempre encontrar a si mesmas. Este é um dos elos que a autora procura desvendar para discutir a elaboração da identidade da cidade como uma identidade do Brasil contemporâneo dos últimos três governos (e por que não do mundo da globalização?), em que se busca associar o padrão de vida curitibano com o da classe média nacional.

Na cidade espetáculo, tudo é objeto de consumo estético e contemplativo. A paisagem urbana é vendida através do turismo. Mas também no cenário atual da competição entre os lugares a cidade mesmo, e sua imagem de capital da qualidade de vida e de capital ecológica, é colocada na mesa de negociações enquanto trunfo.

Juntamente com estes marcos do espaço segregado da cidade assiste-se hoje a uma acelerada busca de dotar a cidade das condições do meio técnico-científico-informacional, pois, ao se incorporar à globalização, a cidade é definida pela sua existência material e relacional, o que leva a autora a discutir o lugar, e através de idéias de Milton Santos, afirmar

que ele (o lugar) restitui o mundo. Levando à questão: quais serão os impactos trazidos pela espacialidade dos recentes processos econômicos para o lugar? Como pensar Curitiba diante das transformações em curso? O espaço assume um conteúdo misto, de várias escalas; a globalização dos comandos produz uma verticalização dos espaços; dissociação entre firma e o lugar; implantação de objetos e de ações próprias de sistemas que transcendem os limites regionais; fluxos que cada vez mais ultrapassam fronteiras anteriores; as tecnologias de informação permitem o avanço dos mercados, mantendo um monitoramento centralizado: por estas questões, que sentido teria então este *restituir*? (devolver, retornar, recuperar, recompensar, recompor?).

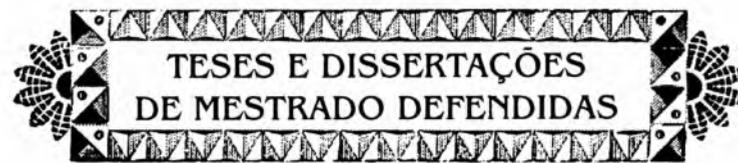
Por várias vantagens locacionais e competitivas, a grande Curitiba passa a compor o novo mapa industrial, recebendo atualmente várias indústrias de grande porte, por exemplo, as automobilísticas Audi, Renault e Chrysler, o que traz à tona a problemática metropolitana e busca-se identificar a imagem de alguns espaços de Curitiba com toda a grande Curitiba,

redimensionando e renovando as imagens-sínteses, que associadas àquelas junta-se agora o discurso das novas tecnologias e dos novos empregos. Assim, o planejamento urbano e regional na grande Curitiba vai procurando responder às demandas dos grandes grupos econômicos que vêm chegando à região, no sentido de reorganizar e refuncionalizar o espaço da metrópole no atual estágio de desenvolvimento industrial. Este novo momento vem colocar impasses como os desrespeitos às leis ambientais já sedimentadas na região. Estes impactos não desfazem a imagem de cidade planejada e moderna?

Desta forma, a autora busca entender a cultura urbana local não só como uma condição para estes novos empreendimentos, mas também como rugosidades, resistências no tecido social, na ordem do lugar, que precisam ser melhor entendidas e mais fortemente evidenciadas.

Estas questões, e outras, podem ser melhor discutidas diretamente com a autora pelo e-mail: fsanches@usp.br





TESES E DISSERTAÇÕES
DE MESTRADO DEFENDIDAS

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS*

Vão do Paraná - a estruturação de um território regional - TD

Celene Cunha Monteiro Antunes Barreira

Este trabalho tem como objetivo compreender os processos que resultaram numa organização geográfica regional em parte do território goiano, denominada região do Vão do Paraná. Verificou-se que nesta região o processo produtivo passou por etapas sucessivas de diferentes articulações com o espaço, desde o âmbito estadual até nacional. Atualmente, insere-se notadamente no mercado através da pecuária comercial e extração de madeira, reutilizando, assim, em novas bases, um território que se estruturou no passado, a partir da pecuária como uma região contígua aos currais baianos. Nela, a fronteira econômica avançou paulatinamente nas duas últimas décadas, desencadeando transformações numa combinação de fatos, formas e processos que a caracterizam como a última área de Goiás a conhecer processos típicos de fronteira em movimento, com transformações rápidas, intensas e sua conseqüente problemática. A estruturação do território regional se desenvolve ao longo de três séculos, com períodos que se alternam entre a estagnação e prosperidade. Trata-se de um lento processo no qual se delineia o perfil de uma sociedade local, com traços singulares, onde o contraste da presença do *outro* - os que estão chegando agora -, faz ressaltar esta diferença. A abordagem desta situação localizada possibilitou o estudo do específico, através do recorte, traço fundamental da abordagem geográfica, que pode se revelar extremamente rico no contexto atual, face à interação de múltiplos agentes e no qual as diferenças persistem e se manifestam, enquanto forma e função.

Palavras-chave:

ocupação do território - paisagem - região - complexo geográfico - expansão da fronteira.

Industrialização de Caxias do Sul- da gênese às exportações TD

Leoni Nussochm Frizzo

A primeira parte da referida tese trata da gênese e evolução do setor industrial em Caxias do Sul (RS), da inserção da sua economia no movimento de expansão do capitalismo no país e da especificidade histórica assumida pelo processo ao longo do tempo na sua estrutura e setores constituintes. No segundo capítulo, enfatiza-se as estratégias adotadas pelas firmas locais na concorrência intercapitalista, considerando os aspectos econômicos, políticos, ideológicos e de dominação do capital sobre o trabalho e instituições civis. O terceiro capítulo volta-se para a esfera da circulação e realização da produção e busca estabelecer a atual estrutura das relações comerciais das firmas líderes em exportação e, ao mesmo tempo, apontar as tendências do mercado mundial a partir do processo da constituição de blocos econômicos de poder e da globalização do mercado, viabilizada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte nas últimas décadas.

Palavras-chave:

Gênese e evolução industrial - concorrência intercapitalista - competitividade no mercado - exportação - mercados.

Unidade e diversidade do mundo contemporâneo. Holambra: a existência do mundo no lugar - TD

Samira Peduti Kahil

Este trabalho teve a preocupação de reconstituir os aspectos principais do "tema globalização" no processo histórico das grandes transformações

técnicas, reconhecendo-o num lugar específico: Holambra. Discute-se Holambra como um lugar onde encontramos as tendências de realização do mundo na manifestação do fenômeno técnico, em si mesmo, um modo de ação, força-motriz e explicativa do processo de unificação entre o lugar e o mundo.

Há uma vocação dos holambrenses quanto a essas realizações, que forma o mito coletivo do fazer. Um "fazer" simultâneo e que se equilibra, iguala em necessidade, impulso e objetivos. Na escala, nos limites e nas condições possíveis do humano. E é por essa razão que se pode enxergar a nova localidade sempre à luz de novas realidades.

Recortes de Paisagem na cidade do Recife: uma abordagem geográfica - TD

Edvânia Torres Aguiar Gomes

Historicamente, o sítio e a situação constituem substratos sobre os quais se dá a gênese da cidade. Valores culturais atribuídos a esses fatores definem apropriações de seus espaços, determinando formas de uso e ocupação. Ao longo deste processo, os elementos naturais são subordinados ao ideário do urbano, como projeto de espaços gerenciados/dominados pelas engenharias técnicas e econômicas. Sobre essa base são construídas as representações das cidades, que se reproduzem através de práticas cotidianas, nos diversos segmentos sociais. Essas representações revelam relações estabelecidas culturalmente com os elementos da natureza presentes nos espaços da cidade. Os debates contemporâneos sobre meio ambiente e as denúncias sobre as variantes da inospitalidade urbana, tornam oportunas as revisitações acerca dos entendimentos suscitados pela idéia de natureza (da e) na cidade, a partir dos seus usuários. É nesse contexto que se situa a questão central deste trabalho: qual idéia de natureza reside na representação de paisagens do Recife, na perspectiva dos seus usuários? Partindo desta questão,

foram pesquisados três eixos urbanos, distintos pela origem e funcionalidade, enfatizado-se os aspectos sócio-ambientais do sítio e revelados valores culturais a eles atribuídos. Usuários de perfis sócio-econômicos e etários diferenciados convergiram para a negação da natureza próxima vivenciada, reencontrando-se em bases culturais comuns, onde sequer como útil a natureza foi digna de reconhecimento. A distância entre o discurso e a prática em defesa dos elementos naturais, manifestou-se inclusive e principalmente através de intervenções do Estado. Os resultados alcançados na pesquisa inspiram preocupações, afinal, não se identificou avanço cultural na idéia de natureza, refletida em práticas desde 400 anos atrás, quando do surgimento dos primeiros núcleos de povoamento do Recife, através de conquista às águas e alagados. Os elementos naturais da cidade, enquanto cenário nas representações de paisagens pelos poetas, artistas, intelectuais e viajantes, são recorrentes e apropriados no quadro das conveniências dos diferentes interesses. Por outro lado, as práticas os rejeitam e os alienam sob discursos ideologizados e culturalmente arraigados de *medidas urbanizadoras* dos espaços da cidade. Recuperando o itinerário histórico da confecção dessas paisagens culturais, através de textos e mapas, este trabalho exhibe falas de usuários sobre as suas impressões obtidas mediante questionários, tendo sido os resultados expressos sob a forma de gráficos. O trabalho encontra-se também ilustrado por fotografias e poemas que permitem reencontros dos eixos investigados, segundo diferentes momentos da história, revelando as transformações aludidas nas representações das paisagens. Longe de apresentar conclusões definitivas, este trabalho reflete um convite ao deslocamento do olhar convencional sob o qual se assenta a discussão atual sobre a questão ambiental na cidade.

O espaço agrário fluminense: ideologia, desenvolvimento, contradição e desigualdade - TD

Jacob Binztok

O Estado do Rio de Janeiro apresenta uma dinâmica sócio-econômica complexa pois, colocado em segundo lugar nos indicadores nacionais de renda *per capita* e atividade industrial, possui, entre outros, referenciais, interpretados por alguns setores, como sintomas de uma grave regressão econômica.

O setor agrícola - com uma presença distante das médias nacionais - é freqüentemente apontado como um dos mais significativos emblemas da crise existente no Estado do Rio de Janeiro.

A partir desta perspectiva, o trabalho preocupou-se em investigar o espaço agrário fluminense, mediante uma revisão das principais contribuições da Economia Política que, a paritr de Marx, Lênin, Kautsky, Chayanov, Rosa Luxemburgo, Weber e Sharún, deram relevo à dimensão espacial das questões agrárias, influenciando a elaboração de estudos sobre o desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, consignada nas seguintes vertentes: das relações de produção pré-capitalistas; vertente das relações de produção capitalistas e vertente da criação e recriação capitalista do latifúndio e do campesinato.

A importância do estudo reside no avanço dos limites impostos pelas tradicionais concepções dualistas, permanentemente dicotomizadas entre os adeptos da estagnação ou da modernização do campo no Estado do Rio de Janeiro. Assim, a pesquisa aponta para o caráter contraditório e desigual do desenvolvimento capitalista no espaço agrário fluminense, no qual convive o avanço da empresa e formas aparentemente *estagnadas* ou *retrógradas* - como a expansão do campesinato, o reaparecimento da *escravidão* e a super exploração da mão-de-obra infantil -, compreendidas como uma criação e recriação capitalista de relações de trabalho não capitalistas no campo brasileiro.

Enfim, a pesquisa trata das questões pertinentes à reestruturação do espaço agrário fluminense, realizada pelo recente ajuste neoliberal, ressaltando sua importância para o resgate da união dialética entre os trabalhadores do campo e da cidade, destacando, também, a expansão e as limitações da estabilização conservadora fomentada pelos ideólogos da globalização para a América Latina, signatários do denominado Consenso de Washington.

Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel - TD

Virginia Elisabeta Etges

O objetivo da tese é analisar o referencial teórico e metodológico, utilizado por Leo Waibel em suas pesquisas.

Waibel iniciou suas pesquisas na África, em 1911, época em que estava profundamente engajado no projeto expansionista do Estado alemão.

Em 1925, realizou sua primeira investigação em território americano, na Sierra Madre de Chiapas, no Sul do México, onde elaborou um dos conceitos mais importantes de sua obra: a formação econômica.

A partir de 1938, por razões políticas, passou a viver nos EUA atuando como docente em duas universidades, quando estabeleceu o primeiro contato com jovens geógrafos brasileiros, entre eles Orlando Valverde.

No período de 1946 a 1950, Waibel esteve no Brasil, a convite do Conselho Nacional de Geografia. Durante este período, deu especial atenção a dois temas: colonização e uso da terra praticado na agricultura brasileira. Quando tomou conhecimento da região colonial do sul do país, redirecionou seus interesses e passou a se dedicar à análise da realidade vivida pelos colonos, descendentes de imigrantes europeus desta região.

Foi nestes estudos que Waibel deu a sua contribuição mais importante à Geografia Agrária brasileira, estabelecendo uma tipologia de sistemas agrícolas, a partir do tamanho das propriedades e do uso da terra feito pelos pequenos proprietários da região.

Espaço e cultura: São Paulo e a *Semana de 22 - DM*

João Carlos Moreira

O objetivo deste trabalho é tentar - através de uma análise relacional, - aproximar a epistemologia da Geografia Humana com a formação sócio-espacial da cidade de São Paulo nas primeiras décadas deste século. Para tanto, foi escolhida a *Semana de Arte Moderna*, a *Semana de 22*, como referencial empírico.

Pretendemos demonstrar de que forma as alterações promovidas pelo desenvolvimento de um novo meio técnico-científico promove alterações na esfera cultural e, em contrapartida, como esta reage dialeticamente sobre a produção desse mesmo espaço.

No primeiro capítulo, delimitamos o objeto da pesquisa e definimos as concepções de Modernidade e Modernismo. No capítulo seguinte, realizamos uma análise teórica das causas e conseqüências da inserção de São Paulo no processo de Globalização e Fragmentação.

No capítulo 3, descrevemos a configuração espacial da cidade de São Paulo naquele período histórico e apresentamos, a seguir, os antecedentes, os eventos e os principais personagens de sua maior manifestação estética a *Semana de 22*.

A forma e o conteúdo das manifestações estéticas, analisadas no capítulo 4, ajudam-nos a entender as causas da pequena repercussão da *Semana* tanto em escala local quanto nacional, naquele momento. Finalmente, no capítulo 5, analisamos os aspectos da cultura no meio urbano de São Paulo nas primeiras décadas deste século.

Trabalho familiar na agricultura do município de Rio Claro (SP): a mulher e a criança na pequena produção.

Maria Luiza Oliveira de Francisco

Esse trabalho procurou investigar as estratégias de sobrevivência familiar na agricultura e as formas de inserção da mulher proprietária e da criança, no município de Rio Claro. Especificamente, buscou-se analisar as estratégias de sobrevivência familiar na pequena produção, procurando demonstrar o papel desempenhado pela mulher proprietária e a criança nas atividades produtivas e reprodutivas. À mulher, verificou-se os papéis atribuídos que lhe são atribuídos pela família, a divisão sexual do trabalho e as relações de poder no interior da unidade doméstica.

Abordou-se, assim, as relações de gênero na Geografia, ou seja, na construção de uma Geografia de Gênero e suas vinculações com as estratégias de sobrevivência familiar, fato que possibilitou o estudo da inserção da mulher na força de trabalho da pequena produção.

Verificou-se que as atividades produtivas e reprodutivas desenvolvidas pela mulher e pela criança eram essenciais para a produção e reprodução da força de trabalho. As atividades produtivas eram encobertas pelo trabalho familiar, ou seja, o caráter integrativo e cooperativo do trabalho familiar mascarava o trabalho da mulher e da criança que não eram valorizados, pois não eram remunerados.

Constatou-se também que a intensificação das relações capitalistas no campo rioclarense, através da sujeição da renda da terra, tem levado a uma acentuação do trabalho familiar, no qual a mulher e a criança trabalham mais intensamente nas atividades produtivas e reprodutivas, buscando fugir da expropriação da terra e do assalariamento. A soma das atividades produtivas e reprodutivas tem levado a mulher a um elevado sobretrabalho, ou seja, a uma dupla jornada de trabalho, o que tem prejudicado seu tempo de repouso. Hoje, o capital tem ocasio-

nado uma maior subordinação da mulher à família e ao próprio capital.

Palavras-chave:

geografia de gênero – trabalho familiar – Rio Claro – pequena produção.

Senador Pompeu: um geógrafo do poder no Império do Brasil - DM

Manoel Fernandes de Sousa Neto

O Senador Pompeu (1818-1877), tem aqui analisadas três de suas obras: 1) *Compendio de Geographia Geral e Especial do Brazil*; 2) *Ensaio Estatístico da Província do Ceará* e 3) *Memórias Sobre o Clima e Secas no Ceará*. A análise dos livros faz um cotejo permanente com aquele presente histórico da consolidação do Império do Brasil e sugere um mergulho de maior profundidade na História Social do Pensamento Brasileiro do século XIX.

Território: Direito Imemorial e o Dever - DM

Ivani Ferreira de Faria

Este trabalho enfoca a luta das nações indígenas do Alto Rio Negro na reconquista da autonomia perdida com a chegada dos europeus no continente, reafirmada mais tarde com a invenção do Estado Moderno e, conseqüentemente, com a criação do Estado brasileiro.

A tutela sobre o índio, confundida com a tutela sobre as terras dos índios, legalizou a perda dos direitos territoriais indígenas. O índio-sujeito tornou-se índio-objeto, tutelado pelo Estado.

O Estado, representado pela FUNAI, por diversas vezes tentou emancipar compulsoriamente os índios, fundamentando-se na tese de que se os tomassem como brasileiros, estes perderiam sua

identidade e, conseqüentemente, seus direitos territoriais. No entanto, sabe-se que a tutela sobre a pessoa do índio ou mesmo a concessão da cidadania, não lhe tira seus direitos imemoriais sobre a terra ou território.

Entretanto, o grande pivô do não reconhecimento das nações indígenas como nações, bem como de seus territórios pelo Estado, centra-se no binômio Segurança e Desenvolvimento Nacional.

Na águas da lagoa há reprodução da vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos Rio Grande/RS - DM

César Augusto Ávila Martins

A dissertação analisa o trabalho dos pescadores artesanais da Lagoa dos Patos no município do Rio Grande/RS. O trajeto proposto considera que a reprodução simples da pesca artesanal constitui um dos momentos da reprodução ampliada do capital no setor pesqueiro. Sua manutenção dá-se através da reprodução das famílias com a realização de uma multiplicidade de atividades desempenhadas por seus membros, que garantem o fornecimento de alimentos baratos para diferentes mercados, matéria-prima para as indústrias e trabalhadores preparados para o trabalho nas embarcações industriais. O estudo apresenta duas trajetórias iniciais: retomam-se estudos de uma possível *Geografia da Pesca*; como é realizado no Rio Grande do Sul, estado federado, onde há hegemonia da aliança entre os proprietários de terras, especialmente da campanha, e o bloco comerciante-industrial, procura-se igualmente reconstituir a história da pesca no lugar. A linha básica de reflexão trata da produção do capital em um lugar da moderna sociedade capitalista.

Espaço e planejamento urbano introdução ao estudo de Porto Alegre - DM

Mario Lel Lahorgue

Esta dissertação compreende uma revisão bibliográfica a respeito da urbanização e do planejamento urbano ao longo da história da cidade de Porto Alegre (RS). Para tanto, procuramos contextualizar as principais tentativas de ordenação do território, mostrando que eles não surgiram casualmente. Com o intuito de demonstrar que a discussão, mesmo baseada num espaço restrito como uma cidade do Sul do país, não pode se resumir aos acontecimentos desta localidade, apresentamos também a teorização mais contemporânea a respeito do processo de urbanização em geral. Por tudo isto, mostramos que o Partido dos Trabalhadores e sua *política urbana* para Porto Alegre, tiveram que trabalhar em cima de uma herança, que é tanto derivada das gestões municipais e das idéias de urbanistas anteriores, quanto das limitações que a própria urbanização capitalista impõe.

Palavras-chave:

urbanização – planejamento urbano – urbanismo marxista – política urbana – Estado – configuração territorial urbana – participação popular.

Ruas e calçadas de Campo Grande/MS uma contribuição ao estudo dos espaços públicos urbanos DM

Antônio Firmino de Oliveira Neto

Campo Grande, embora não nascesse de uma prancheta, construída como Belo Horizonte, Goiânia e Brasília, teve o seu desenho de cidade definido a partir de uma planta de expansão urbana em forma de tabuleiro de xadrez, projetada e executada em 1909. A partir daí, tornou-se uma constante a atuação dos sucessivos governos, do município e do Estado, na tentativa de ordenar o seu crescimento.

Em 1914, a chegada dos trilhos da Noroeste do Brasil, estrada de ferro que ligaria Bauru a Corumbá, na divisa com a Bolívia, mudou substancialmente o futuro da cidade, que passou a ter crescimento expressivo, sempre acima da média nacional por várias décadas seguidas.

Estes fatores definiram o tipo de traçado das ruas de Campo Grande e o seu desenvolvimento, ao longo do tempo, estabeleceu as funções de cada uma delas, dentro do processo produtivo capitalista.

Através de uma pesquisa empírica, onde o mais importante foi a observação da função econômica de algumas das principais ruas do seu núcleo central e, conseqüentemente, no uso do espaço público. Procurou-se, desta forma, relacionar a utilização das calçadas Campo-grandense com as atividades econômicas desenvolvidas em cada uma delas.

Palavras-chave:

ruas – calçadas – Campo-Grande – espaços públicos – Cidadania.

O conceito de Região em Geografia: um estudo preliminar DM

Mauro Luiz Peron

A tese propõe uma reflexão sobre o conceito de região em Geografia, procurando identificar as posturas teóricas e metodológicas subjacentes a tal conceito, apontando as problemáticas que as mesmas apresentam. O referencial da crítica é o materialismo histórico e o materialismo dialético. Nesse sentido, este referencial é situado, em relação às outras posturas teóricas e metodológicas, procurando, então, elucidar neste campo o conceito de região. Num primeiro momento, a construção conceitual é situada na relação entre *concreto* e *abstrato*. No segundo capítulo, procura-se associar a construção do conceito de região e a questão da relação entre *natureza* e *sociedade*. No capítulo seguinte, a relação entre o conceito de região e a questão da relação

entre *aparência e essência*. Finalmente, o quarto capítulo aborda a relação do conceito de região, com a tríade *singular, particular e universal*. Propõe, enfim, evidenciar a importância da análise relacional em

Geografia, na construção conceitual e, portanto, no próprio desenvolvimento da investigação, que procura, fundamentalmente, compreender este caráter relacional da transformação da realidade objetiva.



Normas de Publicação

A revista GEOUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

1. Tipos de trabalhos publicados:

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisa que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de Encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão ter, no máximo, 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as Resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deve ser encaminhado à Redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando eventuais contatos por parte de outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e inglês ou francês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês ou francês). O original deverá ser digitado em *word for windows*, preferencialmente *windows 95*, em letra número 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto, entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, página(s) citada(s). No caso de diferentes títulos do mesmo autor no mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme ex.:

(SOJA, 1989, p. 32) ou (HARVEY, 1985a, p. 77-78).

As citações abreviadas enviam à bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, como segue:

Livro:

SOBRENOME, Nome do Autor. *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editora, ano de publicação.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Artigo" *Título do Periódico*, Número do Volume, Data do Volume, Páginas (inicial e final).

Artigo de coletânea:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, Data, Páginas (inicial e final).

6. Destaques: deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7. Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da Revista.

9. Exemplos do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um exemplar em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícias de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP. No caso de Artigo, ele receberá, ainda, dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as Normas de Publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

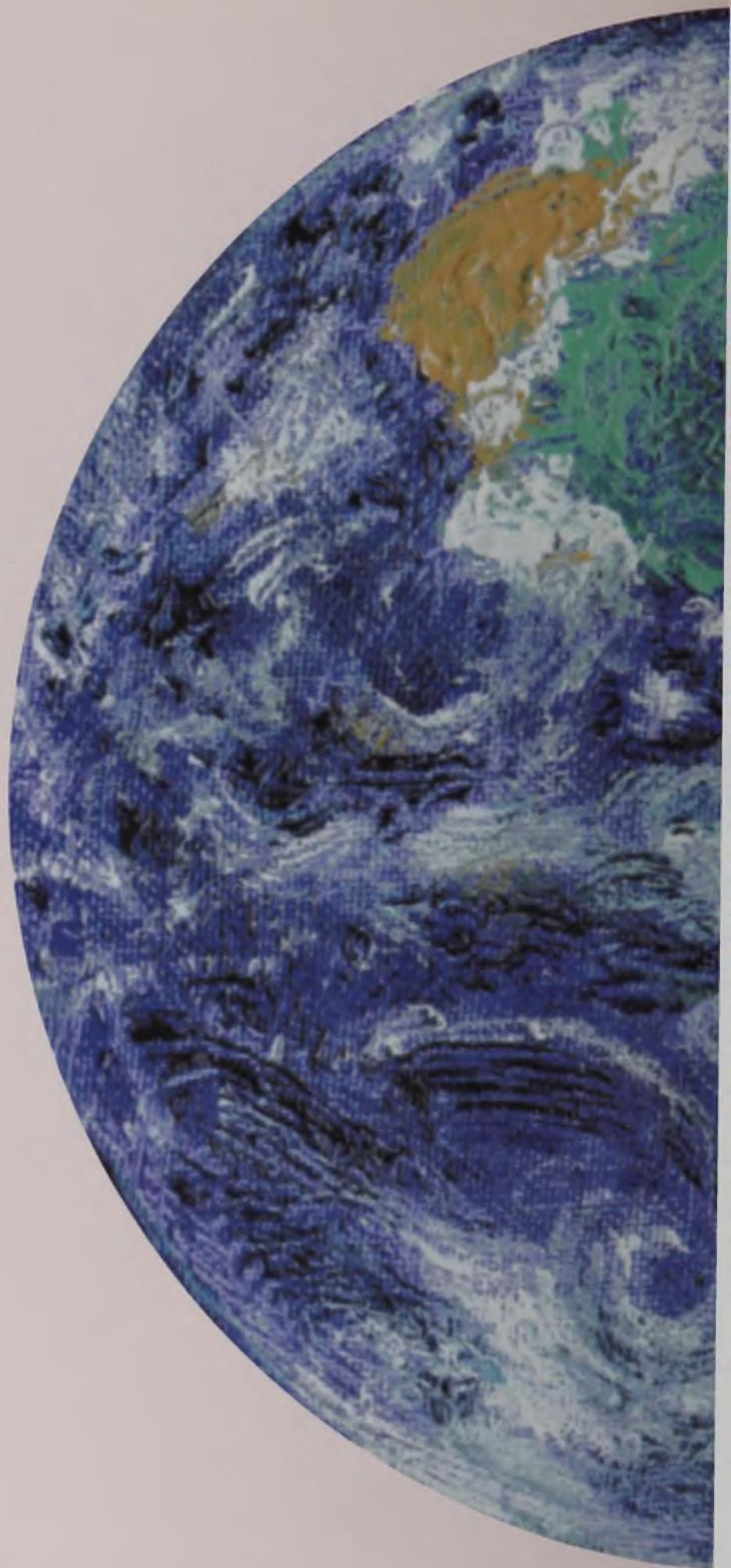
Endereços para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL
Geosp - Revista da Pós-graduação do
Departamento de Geografia FFLCH/USP
Caixa Postal 2530 - CEP 01060-970 - São Paulo - SP -
Brasil
Fax (011) 818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS
Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Rua do Lago, 717 - Cidade Universitária
CEP 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil
Fax (011) 211-6281
e-mail: publch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>

Título Geosp n° 3
Capa e Projeto Gráfico Eduardo Yázigi
Diagramação/Editoração Joiceley Vieira de Souza
Ilustração da Capa Obra *O Mundo*, de Rogério Gimenes de Campos,
janeiro/1998. Acrílico sobre tela, 24x30cm.
Revisão Marisa Midori Deaecto/Lucas Janonni Soares
Montagem Erbert Antão da Silva
Divulgação Humanitas Livraria FFLCH/USP
Formato 20 x 23cm
Mancha 16,5 x 19,3cm
Tipologia Bangkok
Papel Off-set 75g/m² (miolo);
Couchê 240g/m² (capa)
Impressão da capa Quadricromia
Nº de páginas 136
Tiragem 500 exemplares

ISSN -14147416



USP

Humanitas
PUBLICAÇÕES
FFLCH/USP